

Paulo Carvalho

Coordenação

LAZERES ATIVOS I



2014

Editado por Servicios Académicos Internacionales para eumed.net
Derechos de autor protegidos. Solo se permite la impresión y copia de este texto para uso Personal y/o académico.

Este libro puede obtenerse gratis solamente desde
<http://www.eumed.net/libros-gratis/2015/1426/index.htm>
Cualquier otra copia de este texto en Internet es ilegal.

FICHA TÉCNICA

Título: Lazeres Ativos I

Autores: André Roque, Arturo Sousa, Bruna Cordeiro, Diana Ferreira, Luiz Alves, Maria João Valente, Paulo Carvalho

Infografia: Paulo Carvalho

Fotografias da Capa (Paulo Carvalho): Percursos Pedestres/Rota das Salinas (Figueira da Foz, 2013); *Geocaching* (Foz do Arelho, 2014); *Trail Running/Louzan Trail 2014* (Lousã, 2014); BTT/*Cross-Country* (São Martinho do Porto, 2014).

Edição: EUMED (Universidade de Málaga – Espanha)

Copyright: © Autores

Nº. Registo:

ISBN:

ÍNDICE

Índice	3
Autores.....	5
Nota de Abertura.....	7
<i>Downhill</i> urbano em Portugal	11
<i>Geocaching</i> e descoberta/valorização de territórios rurais. A sua geografia em Portugal e o exemplo da Serra da Lousã.....	31
Turismo de passeio pedestre no Funchal (Ilha da Madeira)	49
Lazer na natureza: o exemplo do Clube de Atividades de Ar Livre	67
“Eco-lodge Wild Kalandula”: proposta de uma unidade de <i>glamping</i> em Angola	85
Parques culturais, lazer e turismo: uma proposta para a Serra d’Ossa (Alentejo)	107

AUTORES

André Roque (andreroque@live.com)

Licenciado em Turismo, Lazer e Património e Mestre em Lazer, Património e Desenvolvimento pela Universidade de Coimbra.

Arturo Sousa (arturo.jorge13@gmail.com)

Licenciado em Turismo, Lazer e Património e Mestre em Lazer, Património e Desenvolvimento pela Universidade de Coimbra.

Bruna Cordeiro (bc2159@hotmail.com)

Estudante finalista da Licenciatura em Ecoturismo da Escola Superior Agrária/Instituto Politécnico de Coimbra.

Diana Ferreira (dianaferreira@gmail.com)

Licenciada em Turismo, Lazer e Património pela Universidade de Coimbra.

Luiz Alves (luizalves90@hotmail.com)

Licenciado em Geografia (com Pré-especialização em Geografia Humana) e Mestre em Geografia (Ordenamento do Território e Desenvolvimento) pela Universidade de Coimbra.

Maria João Valente (mariaV@hotmail.com)

Licenciada em Turismo, Lazer e Património e Mestre em Lazer, Património e Desenvolvimento pela Universidade de Coimbra.

Paulo Carvalho (paulo.carvalho@fl.uc.pt)

Licenciado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no Departamento de Geografia, e Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) das Universidades de Coimbra, Porto e Braga.

NOTA DE ABERTURA

Com o título “Lazeres Ativos I” pretendemos divulgar um primeiro conjunto de trabalhos inéditos em resultado de processos de investigação concluídos ou em curso, no contexto da oferta formativa da Faculdade de Letras de Coimbra, designadamente a licenciatura em Turismo, Lazer e Património, e o mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, mas também no âmbito de projetos e iniciativas que revelam sinais de aprofundamento e alargamento de horizontes temáticos e geográficos no percurso académico dos respetivos autores.

Na contemporaneidade, o lazer materializa uma crescente amplitude e diversidade de práticas, seja na perspetiva das temporalidades, seja na dimensão das territorialidades. Nesse universo, nem sempre fácil de individualizar, destacamos as atividades que decorrem ao ar livre e, destas, em particular aquelas que interligam exercício físico, fruição, ensino/aprendizagem e experimentação.

Passeios pedestres, cicloturismo, *downhill*, observação de fauna e flora, *geocaching*, *trail* e *ultrail*, são alguns exemplos de práticas de lazer ativo ao ar livre, que em certos casos pode assumir uma dimensão desportiva e/ou turística, em contextos geográficos desenhados na amplitude do rural ao urbano, embora os ambientes rurais e as montanhas correspondam de forma mais recorrente aos quadros matriciais de génese e consolidação das referidas práticas – a que é necessário acrescentar, também, a relevância das novas escolhas geográficas dos praticantes.

Eventos como o *North Face/Ultra-trail du Mont Blanc*, uma prova de corrida pedestre em alta montanha, considerada a mais importante a nível mundial, realizada na sua versão principal por mais de 2000 participantes que percorrem quase 170 quilómetros e vencem cerca de 10 000 metros de desnível acumulado no famoso maciço do Monte Branco (a que se juntam mais de 5000 concorrentes em variantes secundárias integradas nesse evento); a *Word Bike Tour*, com edições realizadas em cidades de Portugal, Brasil e Espanha, entre 2006 e 2012, e que chegou a ser o passeio com mais ciclistas em Portugal (uma vez que mobilizou cerca de 5000 participantes por edição); o *Sky Road Aldeias do Xisto*, cuja segunda edição decorreu em outubro de 2014, com mais de um milhar de participantes, à descoberta das Serras da Lousã e do Açor, configurando algo semelhante a uma etapa de montanha ao nível de uma grande prova de ciclismo internacional, com dois níveis de exigência (90 e 160 quilómetros); a “1ª EDP Bike Maratona” (Lisboa, outubro de 2013), entre Cascais e o Parque das Nações,

que pretendeu incentivar a utilização da bicicleta e sensibilizar toda a população para a mobilidade urbana e a saúde; o “Passeio Mimosa Avós e Netos 2013”, com um percurso de quatro quilómetros que podiam ser percorridos a caminhar ou a correr (no Parque das Nações), está integrado no programa da prova Meia Maratona de Lisboa EDP, e constitui uma iniciativa de confraternização que visa motivar e sensibilizar as famílias portuguesas para a relevância do leite e desporto em todas as idades; ou a recente “Corrida Sempre Mulher” (9 de novembro de 2014), uma iniciativa que visa angariar fundos para a Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama, que decorreu no Parque das Nações, com a participação de doze mil pessoas (e a intervenção do artista Tony Carreira, na qualidade de embaixador desta causa), entre muitas outras iniciativas, exemplificam o alargamento e o crescimento das referidas atividades de lazer.

Estas iniciativas, apesar das suas especificidades, partilham preocupações em matéria de solidariedade (associam-se a causas e ações solidárias), responsabilidade (social, económica e ambiental) e ética, assim como pretendem estabelecer a ligação entre o exercício físico (ou a prática desportiva formal e informal), através do pedestrianismo, da corrida ou da utilização da bicicleta, e a promoção da saúde e do bem-estar.

O alinhamento de textos que configura a presente narrativa inclui reflexões sobre o *downhill* em contexto urbano (Portugal), o *geocaching* (Serra da Lousã, Centro de Portugal) e o pedestrianismo/turismo de passeio pedestre (Funchal, Ilha da Madeira/Portugal); analisa as atividades de lazer desenvolvidas em Portugal e no estrangeiro pelo Clube de Atividades de Ar Livre; e integra propostas de criação de uma unidade de *glamping* (Malanje, Angola) e de um parque cultural (Serra d’Ossa, Alentejo, Portugal), respetivamente.

Alicerçadas na utilização e valorização de atributos (materiais e imateriais) diferenciadores dos territórios e das populações, algumas atividades de lazer envolvem largas centenas de praticantes/participantes (e respectivos acompanhantes/apoios familiares e técnicos), e podem mobilizar milhares de espetadores, com ganhos relevantes para o comércio e os serviços locais (em particular o alojamento e a restauração), para além de contribuir para associar essas características únicas à imagem/marca dos lugares – o que numa perspetiva comercial pode aumentar o valor do produto ou do serviço oferecido.

Por um lado, os recursos ecoculturais e os estatutos de classificação de lugares (como mecanismos de reconhecimento do seu valor excecional), por outro, as mudanças qualitativas ao nível do comportamento dos cidadãos (como, por exemplo, o reconhecimento dos benefícios físicos e psicológicos de certas atividades ao ar livre), estão na génese da visibilidade crescente de práticas de lazer ativo que configuram, em determinados casos, oportunidades para promover ações e dar visibilidade a causas solidárias e humanistas.

Coimbra, 10 de novembro de 2014.

Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Departamento de Geografia e CEGOT
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra (Portugal)

DOWNHILL URBANO EM PORTUGAL

André Roque

Paulo Carvalho

Resumo

No contexto de diversificação de ofertas e aposta no setor dos eventos desportivos, o *Downhill* Urbano pode assumir-se como um elemento com capacidade de geração de valor acrescentado a vários níveis nos espaços urbanos, não só pela regularidade de competições oficiais, como também pela espetacularidade deste evento desportivo e sua ligação com o património construído, acrescentando-se ainda as oportunidades de promoção territorial e turística.

No caso de Portugal, considerado o berço do *Downhill* Urbano, através de registos estatísticos, bibliografia especializada e trabalho de campo, pretendemos analisar a dimensão desportiva (segundo os territórios e os participantes) desta modalidade de BTT. Como principais conclusões destacamos o crescimento significativo dos praticantes deste tipo de desporto, o carácter inovador destes eventos e o seu potencial para dinamizar e projetar os territórios onde decorrem as provas.

Palavras-chave: Eventos Desportivos. *Downhill*. *Downhill* Urbano. Portugal.

Abstract

In the context of diversification of offerings and bet on sports events sector, the Urban Downhill can be assumed as an element with value added generation capacity at various levels in urban spaces, not only by the regularity of official national competitions, as well as the spectacular nature of the sporting event and its connection with the built heritage, adding the territorial promotion and tourist opportunities.

In the case of Portugal, considered the cradle of Urban Downhill, through statistical records, specialized bibliography and field work, we intend to analyze the sports dimension (according to the territories and participants) of the sport of mountain biking. As main conclusions we highlight the significant growth of the practitioners of this type of sports, the innovative nature of these events and their potential to streamline and design the territories where the evidence.

Keywords: Sport Events. Downhill. Urban Downhill. Portugal.

1. Eventos desportivos

Os eventos assumem um papel fundamental nas estratégias de gestão territorial, afirmando-se como âncoras de desenvolvimento socioeconómico, produzindo em alguns casos benefícios relevantes, não só pela sua capacidade regeneradora, como também pelas oportunidades que criam e a atenção que são alvo por parte dos média e os fluxos de deslocações que são capazes de gerar (Roque, 2011).

Num contexto genérico, os eventos podem ser de ordem cultural, de negócios ou desportivos, envolvendo em cada categoria diversos subtipos, que passam pela arte, música, tradições, religião, festivais, feiras, congressos, bem como as diferentes modalidades desportivas e suas características.

No que diz respeito à escala, estas variam entre os megaeventos de âmbito internacional, aos de âmbito nacional, regional e local, contudo a vertente da espetacularidade do evento influencia diretamente a capacidade de atração, e o consequente alcance do evento (Roque, 2011).

O mercado dos eventos representa um universo de grande valor designadamente junto da atividade turística, dado que, de acordo com Canton (2009: 197), “pela sua evidência e expressão os eventos passaram a fazer parte significativa na composição do produto turístico, atendendo intrinsecamente às exigências do mercado de entretenimento, lazer, conhecimento descanso e tantas outras motivações”.

A aferição dos benefícios e problemas decorrentes da realização de eventos, na perspetiva económica, social e territorial, levou Wood (2005: 40) a propor um modelo de análise que contempla uma investigação adequada a todos os grupos de interesse envolvidos, desenvolvendo seis tipos de questionários, a saber: “Levantamento pré-evento das atitudes para a região; levantamento dos espectadores e participantes do evento (características, gastos, motivações, opiniões acerca dos benefícios e problemas associados ao evento); levantamento junto dos não-participantes (características, razões para não participar, opiniões dos benefícios e problemas do evento); levantamento junto dos negócios locais (características, efeitos do evento a curto e longo prazo no volume de negócios, opiniões dos benefícios e problemas do evento); levantamento junto dos patrocinadores e grupos da comunidade (características, efeitos do evento no envolvimento futuro, opinião dos benefícios e problemas do evento); levantamento pós-evento das atitudes para a região”.

O produto eventos, cada vez mais, afirma-se sobretudo como um propulsor de atração no que diz respeito ao mercado turístico, o qual devido à sua flexibilidade e

versatilidade, propicia a promoção de diferentes variáveis com capacidade de criação de valor, revelando-se assim como uma oportunidade de enorme potencial para o desenvolvimento turístico em espaço urbano, pois tal como Henriques (2003: 129) refere, “os eventos podem ser de naturezas várias, muito embora tendam a ser entendidos, não apenas como celebrações locais mas como acontecimentos «construídos» para atrair turistas, à medida que se lhes reconhece capacidade de captação de turistas, de melhorar o perfil da cidade, de mudar a imagem das cidades em que ocorrem, de aumentar a animação das atrações existentes, de encorajar visitas repetidas à mesma cidade de regenerar, entre outros aspetos”.

Canton (2009: 198) sublinha também as potencialidades inerentes ao produto eventos, ao afirmar que “são vistos por governos e iniciativa privada como catalisadores para a atração de visitantes, para o aumento dos gastos médios por turistas, bem como o seu período de permanência. Eles são tidos como formadores de imagem, pois criam um perfil para os destinos posicionando-os no mercado e fornecendo-lhes uma vantagem competitiva de marketing. Além do mais, os eventos podem fornecer novidades, originalidade e mudanças, o que sustenta o interesse local em um destino e aumenta o apelo aos visitantes”.

Portanto, os eventos estão ligados ao aumento de fluxos de visitantes, criação de benefícios económicos directos, aumento da empregabilidade e “combate” à sazonalidade do turismo, como também, promovem a imagem do território que os suporta, fomentam em muitos casos intervenções de revitalização urbana, respondem à necessidade de entretenimento dos autóctones e alimentam o orgulho público, incitam ao prolongamento da estada, e sobretudo podem criar nos consumidores o desejo de voltar, seja num evento futuro, seja num período pré ou pós-evento.

Em relação aos eventos de cariz desportivo a espetacularidade intrínseca a determinadas modalidades produz efeitos extremamente positivos, sobretudo no que concerne à capacidade de atração, arrastando milhares de entusiastas, cativando novos amantes e promovendo experiências únicas aos habitantes dos territórios em que se realizam os eventos (Roque, 2011).

A componente tecnológica desempenha um papel essencial na difusão do fenómeno desportivo, seja na vertente dos transportes, seja nas novas tecnologias da informação, que permitem um acompanhamento *in loco* por parte dos espetadores, o que impulsiona a promoção dos locais de realização, constituindo-se deste modo como um eixo de desenvolvimento turístico. A título de curiosidade seria interessante analisar

o número de procura em motores de busca *online* dos locais de realização dos eventos e sua localização, bem como dos serviços turísticos.

A valorização do papel dos eventos desportivos como catalisadores de desenvolvimento levou Van de Berg, Erik Braun e Alexander Otgaar (2002: 1) a referir que “Num mundo cada vez mais globalizado e comercializado, o impacto dos eventos desportivos está a aumentar dia, após dia. Como consequência, as cidades cada vez mais estão cientes dos potenciais benefícios que podem derivar da aquisição e organização de tais eventos. De facto desportos (clubes, estádios e eventos) podem ser um instrumento para alcançar os objectivos da gestão urbana”.

As potencialidades dos eventos desportivos e a sua difusão em espaços urbanos também é evidenciada por Henriques (2003: 129), afirmando que “os serviços desportivos, quer na forma de atividades desportivas regulares quer na de eventos, desenvolvem-se primordialmente nas cidades. A população numerosa destes espaços propicia o desenvolvimento de equipamentos desportivos e a instalação de sedes de equipas prestigiadas. As principais atividades servem para projectar o orgulho cívico, o espírito comunitário e a imagem da cidade, nomeadamente através do papel dos media”.

Com efeito os eventos desportivos emergem como um instrumento de marketing urbano, afirmando-se como um elemento estratégico para a incrementação da capacidade de atracção de uma cidade, não devendo ser encarados como atos isolados, mas sim como parte integrante da oferta turística, no sentido de fomentar a articulação de todas as valências de uma cidade, e sua dinamização em forma de rede, dado que o público não é um elemento homogéneo, existindo interesses e motivações diferenciadas, logo a promoção turística deve ser alargada ao conjunto de todos os produtos urbanos.

Um exemplo clássico do aproveitamento das potencialidades dos eventos desportivos, como eixo de desenvolvimento urbano a diferentes níveis, é o caso da cidade de Barcelona que no ano de 1992 foi responsável pela organização dos Jogos Olímpicos.

As sinergias criadas por este evento foram impressionantes, pois de acordo com Berg, Braun e Otgaar (2002: 19, citando Guevara, Coller e Romani, 1995), “Os Jogos Olímpicos colocaram Barcelona no mapa como destino turístico em duas formas. Primeiramente, o projecto de renovação urbana relacionado com o evento, que aumentou a qualidade e a acessibilidade interna do produto turístico, enquanto a ampliação do aeroporto melhorou a acessibilidade externa. Em segundo lugar, o evento gerou por si só uma quantidade de publicidade enorme: potencialmente publicidade

gratuita para a cidade. A cidade foi primeira página de mais de 15000 jornais por todo mundo, com uma circulação estimada de 500 milhões de cópias. Doze mil jornalistas acreditados cobriram os jogos, tendo sido não só mais do que em qualquer evento olímpico anterior, como também um record no mundo da cobertura jornalística em geral”.

No caso concreto de Barcelona, a herança pós jogos olímpicos saldou-se como positiva, dado que o evento serviu como propulsor para a organização de outros eventos desportivos, como também um aproveitamento estratégico da imagem atrativa impulsionada pelo evento.

É igualmente importante salientar os benefícios que pode trazer para os residentes, não só as vantagens de ordem financeira, como também na satisfação das necessidades de entretenimento, e como já foi mencionado no aumento do orgulho público, da auto-estima e sentido de pertença (topofília).

Contudo, são vários os riscos que os eventos desportivos encerram, riscos que vão desde a segurança, ao tráfego, à sobrelotação de determinadas áreas e à perturbação da vida quotidiana dos habitantes, logo de forma a extrair todas as potencialidades dos espectáculos desportivos há que delinear estratégias que contemplem a minimização dos riscos ao máximo, no sentido de garantir a sustentabilidade dos eventos, evitando deste modo efeitos contrários aos objetivos delineados aquando da aposta na realização de um determinado evento.

Outra desvantagem transversal aos eventos desportivos, neste caso, megaeventos, prende-se com os elevados custos que a organização pode trazer, dado que em alguns casos o investimento em infraestruturas de apoio como, por exemplo, os estádios, pode causar inúmeros dissabores após o evento, isto porque, a relação custo/aproveitamento pode não ser profícua, na medida em que, a utilização futura das infra-estruturas não seja devidamente planeada, não contemplando a sua dinamização e por conseguinte, a rentabilização das mesmas. Um caso exemplificativo é o de Portugal aquando da organização do Europeu de Futebol no ano de 2004, onde o aproveitamento de uma parte dos estádios construídos para a competição não tem sido benéfica, estando alguns reduzidos a uma série de jogos, com um número de espetadores diminuto, não providenciando deste modo a sua rentabilização.

2. Do Downhill ao Downtown

O *Downhill* “(...) caracteriza-se pela descida de um trilho, geralmente em zonas montanhosas, de declive acentuado, no menor tempo possível, através do recurso a uma bicicleta especificamente preparada para esse efeito. Esta modalidade representa uma das disciplinas do BTT [bicicleta de todo-o-terreno], provavelmente, a primeira modalidade de BTT a ser praticada. O BTT surge, com maior visibilidade, a partir da década de 70 [do século XX], porém, existem referências datadas de 1890, de um grupo de soldados americanos, pertencentes à *25th Infantry Regiment US Army* dos Estados Unidos da América, que utilizaria bicicletas adaptadas a terrenos acidentados e nelas percorreriam grandes distâncias, com o objetivo de patrulhar esses locais (Tisue, s.d)” (Riachos, 2011: 64).

No plano internacional, o “primeiro campeonato do mundo foi realizado em 1987 em dois continentes, nos Estados-Unidos, em Mammoth na Califórnia, e em França em Villard-des-Lans. (...) Em Portugal, esta especialidade do ciclismo surge em 1987, como elemento de preparação dos ciclistas de estrada profissional, no período preparatório. Entre 1988 e 1989 realizaram-se as primeiras provas de BTT na variante de Cross-Country, na zona de Ovar, S. João da Madeira. Ainda naquele ano e antes da formação da comissão, a Federação Portuguesa de Ciclismo realiza a primeira prova de Cross-Country, no Parque Florestal de Monsanto-Lisboa” (Ribeiro, 2012: 1).

Nas últimas duas décadas e meia o número de praticantes de BTT (em diversas modalidades como, por exemplo, *Downhill*, *Cross-Country*, *Free Ride*, Maratona), quer na perspetiva de lazer e turismo, quer na vertente desportiva (competição), aumentou de forma significativa, para o qual contribuiu o reconhecimento olímpico desta modalidade, a sua afirmação no seio das federações nacionais de ciclismo e ainda o crescimento do número de provas (nacionais e internacionais) acompanhado do interesse e divulgação por parte dos meios de comunicação social.

Como reconhece Gavinho (2010: 26), “Um dos aspetos impressionantes na evolução da BTT é sem dúvida a passagem de uma actividade recreativa restrita para um produto turístico de grande procura. Hoje a BTT é mais do que simplesmente realizar percursos com irregularidades e ultrapassar obstáculos em caminhos, trilhos ou estruturas construídas para o efeito (DECO, 2009). Estamos perante uma atividade em contínuo crescimento e evolução e que, devido às suas características, permite um melhor conhecimento das regiões e das suas riquezas naturais e culturais, sendo um produto turístico com forte potencial para o sector da animação turística em Portugal”.

No caso do *Downhill* a transição dos contextos de montanha (trilhos de terra e pedra) para os cenários urbanos (percursos asfaltados e empedrados) aconteceu no início deste milénio com a realização do “1º Lisboa Downtown” (Roque, 2011), o que demonstra o pioneirismo de Portugal neste domínio.

O *Downhill* Urbano (DHU) consiste numa prova cronometrada, dividida em diferentes categorias de acordo com a idade dos participantes. Estas provas decorrem sobretudo nos centros históricos das cidades (figura 1), onde se articula o espaço físico com pequenas infraestruturas construídas, de modo a garantir o aumento do grau de dificuldade do circuito e consequentemente a espetacularidade da prova. Procura-se criar um circuito sinuoso, com escadarias, saltos, calçadas, ruas estreitas, com poucas retas num percurso o mais descendente possível (Roque, 2011).



Autor: Toni Carmo

Figura 1. Troço de prova de DHU na Sé Velha (centro histórico de Coimbra) em 2010

Os ambientes escolhidos para as provas são vários, procurando-se em cada prova evidenciar elementos exclusivos, daí algumas se realizarem à noite ou articularem no circuito pequenas partes em terra com asfalto e calçadas, bem como promover uma certa rotatividade dos locais de realização das provas.

Após o “1º Lisboa DownTown” (2000) verifica-se o crescimento e a difusão espacial do *Downhill* Urbano. No plano internacional, embora não haja uma competição internacional ao nível de um campeonato europeu ou do mundo, têm-se registado dinâmicas positivas com a difusão da disciplina em vários países da Europa e da América Latina. Em Espanha são vários os eventos de *Downhill* Urbano em diferentes cidades, já com diversas edições, destacando-se por exemplo a cidade de Cáceres, a qual pela sua riqueza patrimonial (declarada Património Mundial pela UNESCO em 1986), reúne as características ideais para a realização de um evento desta natureza. Edimburgo, na Escócia, também já recebeu eventos de *Downhill* Urbano, realizados de dia e de noite, destacando-se o aproveitamento da variação diacrónica, no sentido evidenciar duas paisagens distintas no mesmo local. Em Inglaterra a título exemplificativo a cidade histórica de Scarborough também já recebeu provas de *Downhill* Urbano. Ainda na Europa, em Sarajevo a capital da Bósnia já se realizaram igualmente provas de *Downhill* em circuito urbano. Como podemos observar na Europa registam-se vários exemplos da realização de eventos desportivos deste género, existindo ainda em alguns países provas em contexto urbano, contudo com características distintas, onde a ligação com o património não se verifica.

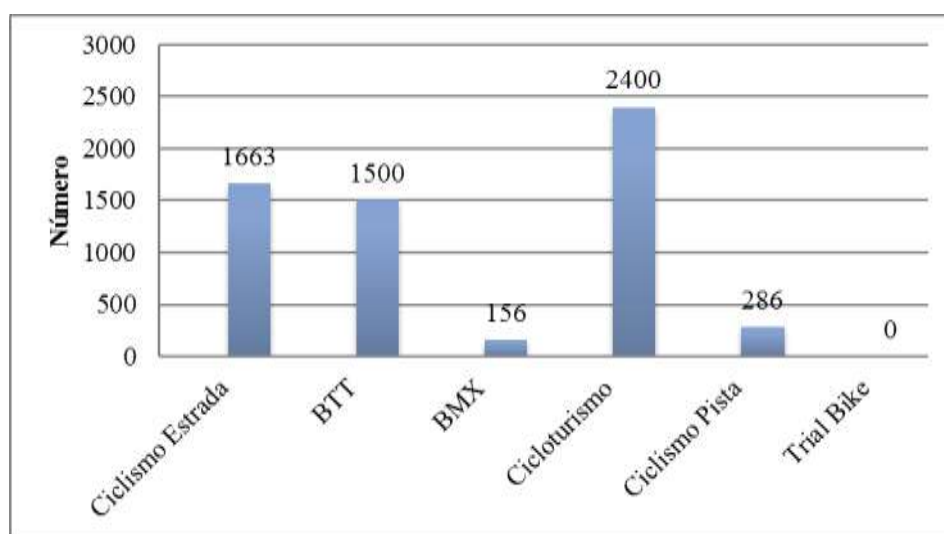
Relativamente à América Latina destaca-se o Brasil, onde *Downhill* Urbano chegou em 2003, com a primeira descida das históricas escadas do Monte Serrat em Santos, contando já com 10 edições, evidenciando-se um percurso com grande grau de dificuldade propiciando deste modo um espetáculo único. A evolução da disciplina tem registado dinâmicas bastante interessantes neste país, existindo já uma competição oficial, a “Copa do Brasil de Downhill Urbano” com várias etapas, todas elas realizadas em centros históricos. No âmbito da disseminação internacional do *Downhill* em contextos urbanos, dentro da América Latina, importa igualmente salientar a prova em Valparaíso no Chile, um evento com várias edições, onde o público vibra com um circuito de elevado nível de sinuosidade, onde a destreza dos atletas é elevada ao limite, criando-se um espetáculo onde o perigo é a imagem de marca.

3. *Downhill* Urbano em Portugal: dimensão desportiva

Roque (2011), com base nos “planos de atividades e orçamentos”, bem como nos “relatórios e contas” da Federação Portuguesa de Ciclismo (que congrega as modalidades de Ciclismo, BTT, BMX, Cicloturismo, Ciclismo de Pista, Ciclismo de Sala e *Trial Bike*), refere que em Portugal o período 2001-2006 é marcado por um

crescimento do número de atletas federados praticamente em todas as vertentes desportivas de ciclismo.

Em 2006 o cicloturismo é a vertente desportiva mais representada (figura 2), com uma evolução positiva (24,2%) em relação ao ano de 2001. O ciclismo de estrada corresponde ao segundo desporto com maior número de praticantes. O BTT é a terceira vertente, com um incremento significativo do número de atletas federados (de 52,5% em relação ao ano de 2001), o que traduz o progresso das vertentes associadas à modalidade. De acordo com a Federação Portuguesa de Ciclismo, “a vertente de BTT continua com um crescimento contínuo em todas as suas disciplinas [*Cross Country; Downhill; Downhill Urbano*]. Vertente do ciclismo atrativa, reúne cada vez mais adeptos e praticantes em Portugal, quer na competição, com um aumento significativo do número de federados e provas, quer no lazer, com a filiação crescente de «betetistas» e a legalização de grupos que passam a ser parte integrante do mundo do ciclismo (FPC, 2010: 18).



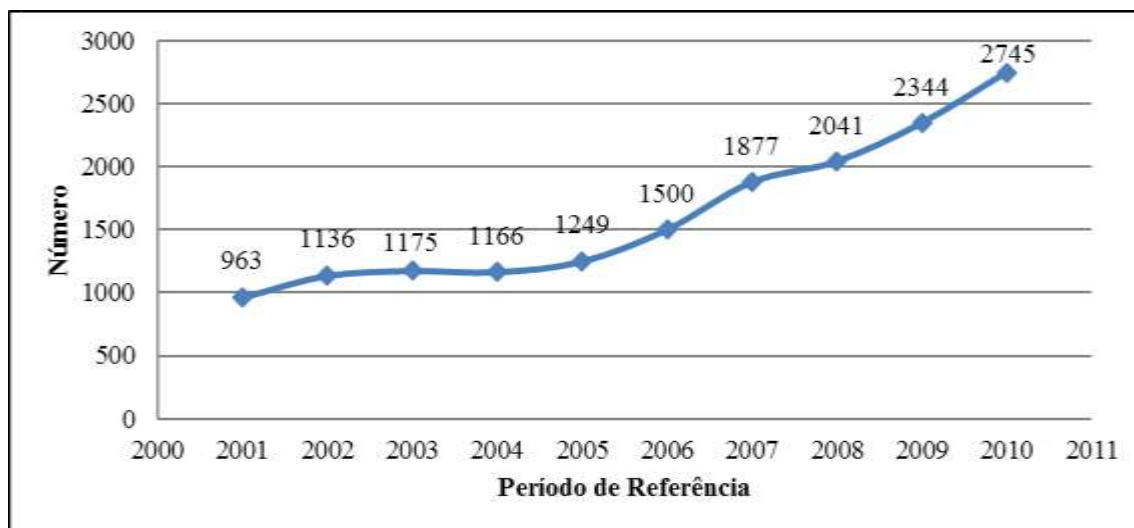
Fonte: Dados: Federação Portuguesa de Ciclismo; Gráfico: Roque (2011)

Figura 2. Atletas da Federação Portuguesa de Ciclismo, por vertente desportiva, em 2006

Os dados disponíveis na Federação Portuguesa de Ciclismo demonstram o incremento do número de atletas de competição nos últimos dez anos (2001 a 2010), onde a partir de 2006 a disciplina de “*Downhill Urbano*” começou a contar com um

circuito nacional, contribuindo desta forma para a difusão e crescimento do BTT (Roque, 2011).

A figura 3 revela o crescimento do número de atletas federados em BTT, registando-se somente uma ligeira quebra no ano de 2004. No que concerne à evolução registada entre 2001 e 2010, o crescimento situou-se na ordem dos 185%, isto é, no intervalo de tempo considerado o número de praticantes federados em BTT de competição quase triplicou, aumentando igualmente a percentagem da vertente desportiva em relação ao total de praticantes federados para 33,9%, o que demonstra o peso que o BTT e as diferentes disciplinas alcançaram na Federação Portuguesa de Ciclismo, o que beneficia o quadro competitivo em Portugal.



Fonte: Dados: Federação Portuguesa de Ciclismo; Gráfico: Roque (2011)

Figura 3. Número de Atletas de BTT Federados (Competição): evolução em 2001/2010

No âmbito do BTT a Federação Portuguesa de Ciclismo procura criar sinergias não só no sentido do aumento da qualidade competitiva, como também no que concerne à divulgação e difusão destes desportos no território nacional, providenciando deste modo um aumento ao nível dos eventos desportivos. Os esforços recentes visam não só promover provas internacionais, como também expandir o calendário desportivo a todo o território nacional e sobretudo procuram incrementar a profissionalização ao nível da organização de provas, de forma a aumentar a qualidade dos campeonatos nacionais e provas internacionais (Roque, 2011).

A análise do número de competições oficiais, que inclui o primeiro Circuito Nacional de Downhill Urbano (2006) e todas as provas do Campeonato Nacional e Taça de Portugal, permite concluir que até 2011 foram realizadas 38 provas (quadro 1). As provas predominam sobretudo entre os meses de Maio e Setembro, tendo-se realizado no período destes cinco meses 31 provas desde 2006, o que representa 81,6% em relação ao total. Este coincide com o período em que se regista maior número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros no território nacional nos últimos cinco anos, o que evidencia as potencialidades inerentes à realização de eventos desportivos no período compreendido entre Maio e Setembro, na medida em que o número de turistas tende a ser superior.

Quadro 1. Calendário do Campeonato Nacional e Taça de Portugal de *Downhill* Urbano: distribuição mensal das provas, em 2006/2011

Mês									
Ano	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Número de Provas
2006	–	1	2	1	2	1	–	–	7
2007	–	–	2	1	2	1	1	–	7
2008	1	1	1	1	1	–	1	1	7
2009	–	1	1	–	2	1	1	1	7
2010	–	–	1	–	1	1	2	1	6
2011	–	–	1	1	1	–	1	–	4
Total	1	3	7	5	9	4	6	3	38

Fonte: Publicações da Federação Portuguesa de Ciclismo: “Relatório e Contas” e “Plano de Actividades e Orçamento” 2006 a 2011; Roque (2011).

No ano de 2006 o Circuito Nacional (que marca o início das competições oficiais de *Downhill* Urbano em Portugal) incluiu sete etapas, realizadas em cinco cidades (Covilhã, Tomar, Portalegre, Leiria, Vila Real – estas três últimas capitais de distrito), uma vila (Vila Pouca de Aguiar) e uma aldeia histórica (Monsanto), com predomínio de territórios do interior do país (que acolheram cinco provas). O número (médio) de participantes por prova foi de 151.

No ano de 2007 surgem as duas primeiras competições de âmbito nacional de Downhill Urbano, estruturadas e regulamentadas pela Federação Portuguesa de Ciclismo, a Taça de Portugal (com diversas provas) e o Campeonato Nacional (com uma única prova), cuja organização ficou a cargo da empresa “*Downstream*”, tal como tinha sucedido no Circuito Nacional realizado no ano anterior.

Relativamente à Taça de Portugal o calendário foi composto por seis etapas, não tendo sofrido grandes alterações ao nível da distribuição geográfica das provas comparativamente com o Circuito Nacional (2006), o que permite depreender que as provas realizadas em 2006 foram encaradas pelas autarquias como um elemento com capacidade para criar efeitos multiplicadores no território, isto porque, o papel dos municípios é fundamental, pois só mediante o apoio financeiro por parte das autarquias aos organizadores a realização dos eventos se torna viável. Em comparação com o ano de 2006, o número de participantes por prova foi bastante superior (191,5), conforme nota Roque (2011).

Em 2008, o calendário competitivo foi novamente composto pela Taça de Portugal com seis provas, e o Campeonato Nacional com uma prova. A organização das provas foi entregue a duas empresas, a “*Geapro*” ficou com a primeira e a quarta etapa da Taça, e a “*Downstream*” com as restantes etapas e campeonato.

A distribuição geográfica das provas em 2008 comparativamente com o ano anterior foi alvo de grandes alterações, tendo sido modificados todos os locais de realização à excepção da etapa de Portalegre. Esta alternância de locais pode revelar-se um elemento crucial para o Downhill Urbano, uma vez que permite apresentar novidades na competição a cada ano a par da sua difusão em território nacional, tornando-a deste modo mais competitiva e atrativa, sendo igualmente benéfico ao nível do território pois significa a oportunidade de receber os eventos em diferentes locais, promovendo assim novas potencialidades de desenvolvimento turístico em diferentes pontos do país, sobretudo ao nível da divulgação das atrações e consequente oferta turística de cada localidade.

Em relação aos locais de realização das seis etapas da Taça de Portugal, em 2008 a competição incluiu quatro cidades (Gaia, Ourém, Guarda e Portalegre) e duas vilas (Sesimbra e Porto de Mós), o que traduz uma litoralização da competição (com apenas duas provas a decorrer no interior do país, o que representa uma diminuição de 50% do número de provas comparativamente com 2007). No que diz respeito ao número de participantes por prova em 2008, a afluência desceu consideravelmente, situando-se a

média de atletas por prova em 112,6. Contudo, como será possível observar na análise aos anos posteriores a 2008, o número de atletas registado em 2007 é uma excepção, devendo-se o elevado número de atletas ao facto da competição ter sido uma novidade no panorama competitivo nacional, tendo-se registado um número de atletas bastante elevado na categoria “promoção”, classe que engloba os participantes não-federados (Roque, 2011).

No ano de 2009, o calendário competitivo não sofreu qualquer alteração mantendo-se as seis provas para a “Taça de Portugal” e uma para o “Campeonato Nacional”. No que concerne à distribuição geográfica das provas houve novamente alterações em relação ao ano anterior, tendo surgido duas novas etapas Viseu e Pinhel, em detrimento de Ourém e Gaia, o que permitiu um equilíbrio entre o interior e o litoral. No que concerne ao número de participantes por prova, em 2009 regista-se novamente uma descida na afluência de atletas às provas, situando-se a média de participantes por prova nos 98.

Em 2010, surgem algumas alterações ao nível do calendário competitivo, quer no contexto geográfico, quer no número de provas. A principal mudança reside na diminuição do número de provas da Taça de Portugal de seis para cinco. A organização das cinco etapas da Taça de Portugal ficou novamente, na totalidade, a cargo da empresa “*Downstream*”.

Ao nível da distribuição geográfica destaque para a realização de uma prova no distrito de Faro (Vila do Bispo), e a saída da etapa de Portalegre do calendário, cidade que recebia uma prova oficial de *Downhill* Urbano, desde a criação do circuito em 2006. Ao nível geográfico a competição desenrolou-se em duas cidades, capitais de distrito (Viseu, Guarda), e três vilas (Sesimbra, Vila do Bispo e Porto de Mós). Em relação ao ano de 2009, verifica-se novamente uma litoralização da competição. Como já foi referido, a rotatividade de territórios na realização das etapas da Taça de Portugal da vertente desportiva, revela-se como um elemento de grande importância, permitindo a diferentes locais obter um evento desportivo diferente, com grande potencial para a divulgação das potencialidades turísticas de cada território, além do mais a inovação competitiva também é um elemento de valor para o *Downhill* Urbano, que deve sempre ser encarado como um tónico da atração do evento, quer para atletas, quer para os espetadores. Em relação ao número de participantes por prova manteve-se o cenário de descida: a média situou-se nos 68,8 participantes por prova, o número mais baixo desde o desenvolvimento do domínio oficial nas provas de *Downhill* Urbano em Portugal.

O Campeonato Nacional de *Downhill* Urbano, como já foi referido, nasce no ano de 2007, assumindo-se como uma competição oficial da Federação Portuguesa de Ciclismo. Em relação à Taça de Portugal, a competição apresenta algumas diferenças estruturais, pois embora as características dos percursos sejam similares, o Campeonato Nacional é composto somente por uma prova anual. A organização das provas, mediante a coordenação da Federação, entre 2007 e 2009 ficou a cargo da empresa “*Downstream*”, tendo em 2010 a organização ficado a cargo do “*Bike Clube de Coimbra*”.

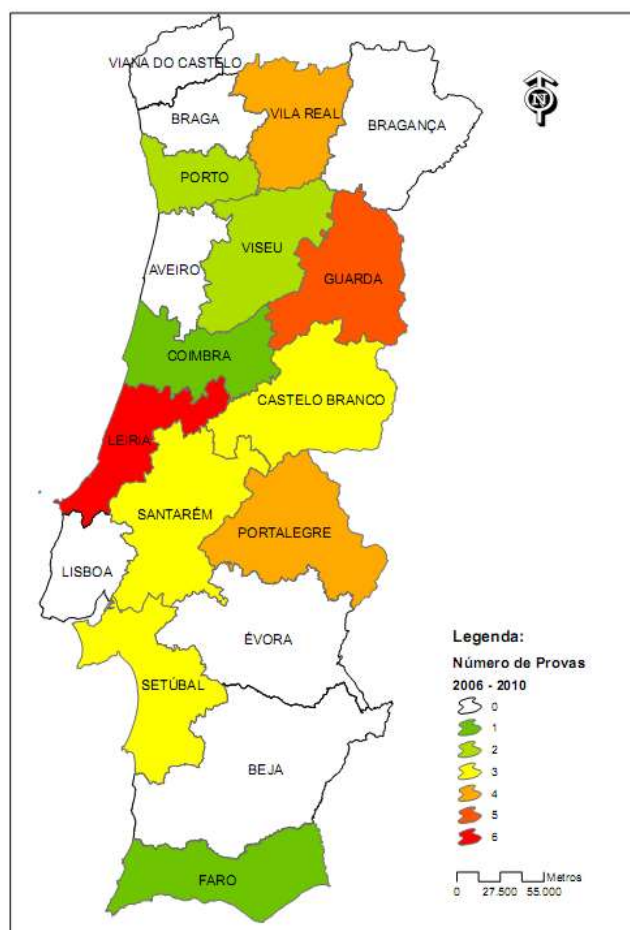
A distribuição geográfica das provas revela que as quatro edições (2007-2010) foram realizadas em locais diferentes, a saber: Porto (2007), Pinhel (2008), Pombal (2009), Coimbra (2010), confirmando-se deste modo a rotatividade de locais no domínio das competições de “*Downhill Urbano*”. No caso do Porto e Coimbra a riqueza histórica de ambos os locais, aliada ao espaço físico, proporciona provas mais próximas do “*Lisboa Downtown*”. Portanto a competição não incluiu territórios a sul do Tejo (como aconteceu em larga medida com as provas da Taça de Portugal). O número de participantes nestas quatro edições do campeonato apresenta oscilações significativas (entre os 97, da edição de 2008, e os 238 participantes, da edição de 2010) (Roque, 2011).

Em 2011 o Campeonato Nacional de *Downhill* Urbano decorreu em Penela e em 2012 o figurino das provas sofreu alterações face ao do período anterior, com a redução do número de provas da Taça (para quatro, a saber: Penacova, Mértola, Belas e Coimbra) e o fim do Campeonato de Portugal de *Downhill* Urbano.

Em síntese, importa sublinhar que as competições oficiais da Federação Portuguesa de Ciclismo, na vertente de *Downhill* Urbano, conseguiram afirmar-se e difundir-se no país, e apresentam potencial para se assumirem como um elemento capaz de criar valor junto do território, a par da capacidade de promoção de uma vertente desportiva com génese em Portugal.

No período de apenas cinco anos (2006/2010) registou-se um total de 34 provas, referentes às competições oficiais da Federação Portuguesa de Ciclismo, divididas pelo Circuito Nacional de *Downhill* Urbano (2006), a Taça de Portugal e o Campeonato Nacional. As competições desenrolaram-se num total de 11 distritos de Portugal continental (figura 4), tendo 9 capitais de distrito recebido pelo menos uma prova, percorreram-se 12 cidades diferentes, 4 vilas e uma aldeia histórica. A distribuição territorial das 34 provas entre 2006 e 2010 evidencia uma rotatividade ao nível da

realização das provas, surgindo novos locais a cada ano, fomentando assim a oportunidade a diferentes territórios de aproveitarem as potencialidades do *Downhill* Urbano.



Cartografia: António Coelho, 2011; Fonte: Roque (2011)

Figura 4. Distribuição Geográfica das Provas Oficiais de Downhill Urbano (2006-2010) em Portugal

Embora a distribuição espacial das provas se traduza em dinâmicas extremamente positivas, assiste-se a uma certa concentração das provas a norte do Tejo, contabilizando-se, a título exemplificativo, somente uma prova realizada no distrito de Faro, sendo que Évora e Beja não registaram qualquer prova oficial de *Downhill* Urbano entre 2006 e 2010. De igual modo, as regiões autónomas da Madeira e Açores também

não receberam provas oficiais, contudo em ambas as regiões já se realizaram e realizam provas da vertente desportiva em causa, contudo, de cariz não-oficial.

Relativamente aos participantes nas provas oficiais da Federação Portuguesa de Ciclismo não se verifica uma regularidade no que diz respeito ao número de inscritos, registando-se em 2006 e 2007 um número superior comparativamente com os anos seguintes, evidenciando-se não só um cenário de quebra entre 2008 e 2010, como também as diferenças entre as provas são assinaláveis, podendo em certa medida o facto de muitos dos atletas de BTT participarem em mais que uma disciplina desportiva, o que se traduz num calendário competitivo bastante preenchido, a par do apelo pela novidade competitiva nos dois primeiros anos da criação dos circuitos oficiais (2006/2007).

No contexto de análise das provas oficiais de *Downhill* Urbano, importa igualmente evidenciar o “Troféu DHX”, uma vez que, embora não seja uma competição da Federação Portuguesa de Ciclismo, está incluído no calendário oficial da instituição.

O “Troféu DHX” é uma competição organizada pela empresa “*Geapro*”, sendo igualmente importante salientar que algumas provas de *Downhill* deste troféu já integraram calendário oficial da *Union Cycliste Internationale*. A sua criação data de 2006, caracteriza-se por um conjunto de provas em que os atletas vão acumulando pontos e prémios a cada etapa, obtendo o vencedor no final do troféu um prémio extremamente aliciante, o qual nos últimos anos tem sido o pagamento total da participação do atleta numa prova do campeonato do mundo de *Downhill*.

A importância desta competição insere-se na valorização das potencialidades que os eventos de *Downhill* Urbano podem providenciar aos núcleos urbanos, na medida em que o “Troféu DHX” a partir do ano 2008 passou a desenrolar-se em dois ambientes distintos, mais concretamente, a competição em terra e em espaço urbano, acrescentando deste modo provas da disciplina de *Downhill* Urbano ao calendário de competição oficial, providenciando assim um número superior de eventos deste género ao território nacional.

No ano de 2008, o troféu contou com quatro provas de *Downhill* Urbano, realizadas na cidade da Guarda, Gaia, Viseu e na vila de Óbidos. As duas primeiras, como no ano em causa a empresa “*Geapro*” ficou responsável pela organização de duas provas da Taça de Portugal de *Downhill* Urbano, as provas foram anexadas ao troféu. Neste conjunto de provas destaca-se a vila de Óbidos e toda a riqueza do seu centro histórico como um novo território a receber um evento deste género. No que concerne

ao número de participantes as etapas de Óbidos e Viseu, registaram respectivamente 48 e 78 atletas.

Já no ano de 2009 o troféu teve novamente quatro etapas realizadas em contexto urbano, tendo as provas sido distribuídas pela cidade da Covilhã, Guarda, Gaia e Viseu. Tal como no ano anterior em 2009 a “*Geapro*” obteve a realização de duas provas da taça, tendo agregado ao troféu as etapas da Guarda e Viseu (figura 19). As provas não agregadas à Taça de Portugal registaram uma afluência interessante de participantes, tendo a prova da Covilhã obtido 86 participantes e Gaia 81.

No que diz respeito ao ano de 2010 o regulamento do troféu previa a realização de cinco provas de *Downhill* Urbano, com o local de realização de duas etapas por definir e três etapas a realizar em Torres Vedras, na Covilhã e em Viseu. Contudo, só se verificou a realização da etapa de Torres Vedras, tendo sido canceladas as provas restantes, devendo-se o motivo de cancelamento, ao que foi possível apurar, à falta de apoios. Embora, os objectivos do troféu não tenham sido alcançados, salienta-se a realização de uma prova num novo território (Torres Vedras), numa cidade com um centro histórico com grande riqueza patrimonial, onde se destaca a existência de um castelo, o que mais uma vez evidencia a relação entre o património histórico e as provas de *Downhill* Urbano, nesta prova o número de participantes registado foi de 86, um número a ter em conta, na medida em que nas provas da Taça de Portugal a média de participantes foi de 68,8 (Roque, 2011).

Uma das singularidades do “Troféu DHX” que deve ser realçada, prende-se com a sua capacidade de difusão da disciplina de *Downhill* Urbano, na medida em que a criação em Fevereiro de 2011 do magazine “*Off Limits*”, o qual integra a grelha de programação do canal “*Sportv 3*”, permite deste modo uma oportunidade extremamente importante para o desenvolvimento e divulgação da disciplina desportiva em causa, bem como dos locais de realização das provas da competição. Neste sentido, o magazine “*Off Limits*” pode vir a afirmar-se como um veículo de promoção por excelência, na medida em que, ao que foi possível apurar, mediante negociação será possível a transmissão de 60 minutos em directo de uma prova para um canal nacional, estando ainda assegurada a realização de um programa com o tempo máximo de 20 minutos, com quatro a sete repetições semanais para Portugal e ainda mais quatro a seis repetições, igualmente semanais, para África Estados Unidos e Canadá.

A possibilidade de transmissão internacional, com a particularidade de expandir a difusão deste género de eventos desportivos em dois continentes diferentes, aumenta

exponencialmente a importância do troféu e oportunidades adjacentes, as quais não devem ser ignoradas aquando da realização das provas, uma vez que estamos perante uma ocasião singular de promover não só os territórios e toda a sua paisagem urbana onde se realizam as provas, como divulgar e promover toda a espectacularidade de um evento como Downhill Urbano, através de um meio de comunicação com uma capacidade de alcance absolutamente extraordinária.

4. Conclusão

O desporto encontra-se em mutação constante, surgindo novas dimensões, contextos e formas de praticar e em certa medida estas dinâmicas vão ao encontro com a génese e evolução do Downhill Urbano, na medida em que, até à entrada no novo milénio o ambiente do Downhill resumia-se às condições naturais das montanhas aliadas a pequenas modificações antrópicas nos percursos, com o objetivo de aumentar o grau de dificuldade e consequente espectacularidade das provas.

A grande mudança no seio do *Downhill* surge aquando da transposição dos percursos da montanha para a cidade, o que está na origem do *Downhill* Urbano. No caso de Portugal a empresa “*Extreme Conteúdos*”, é a grande responsável por esta nova dimensão no *Downhill*, através da organização do primeiro “*Lisboa Downtown*”, no ano 2000. Esta disciplina do ciclismo procura aliar as características do espaço urbano a uma prova deste género. O local escolhido foi o histórico Bairro de Alfama, criando-se um circuito descendente, com início no Castelo de S. Jorge até ao Largo do Terreiro do Trigo. O aproveitamento das ruas estreitas, túneis e escadarias permitiram a criação de um circuito vertiginoso, com a capacidade de fazer vibrar quer os praticantes, quer os espectadores (Roque, 2011).

O crescimento internacional do *Downhill* Urbano tem vindo a registar sinais bastante positivos, que demonstram o impacto deste género de eventos, e por conseguinte o espetáculo promovido em estreita ligação com elementos históricos dos espaços urbanos. O desenvolvimento da disciplina em diversos países reflete todas as suas potencialidades. Neste sentido, cada vez mais emerge a necessidade de criar um circuito ou uma competição de cariz internacional, de forma a consolidar a evolução da disciplina, na medida em que uma competição internacional poderá fomentar efeitos extremamente positivos ao nível dos territórios, tal como acontece com outras modalidades. Deste modo, a criação de um circuito similar ao “*Red Bull Air Race*”, realizado em grandes centros urbanos de diferentes países, salvaguardando a ligação

entre um desporto radical e o património histórico dos contextos urbanos certamente lograria a criação de oportunidades de desenvolvimento ímpares.

Em Portugal as dinâmicas de crescimento registadas no desporto federado em Portugal, no que diz respeito aos praticantes federados, com um aumento exponencial de 53,2% entre 2001 e 2009, espelham o interesse pelos desportos e o aumento da competitividade e espetáculos desportivos em território nacional. Paralelamente a análise à evolução dos praticantes federados no seio da Federação Portuguesa de Ciclismo evidencia tendências bastante positivas no âmbito do *Downhill* Urbano, dado que o número de praticantes federados em BTT entre 2001 e 2010 registou um crescimento impressionante, na ordem dos 185% (Roque, 2011).

No que diz respeito à distribuição geográfica das provas oficiais de *Downhill* Urbano pelo território nacional desde 2006 até 2012, no conjunto de 42 provas realizadas, é evidente um certo equilíbrio da distribuição de provas entre o interior e o litoral, para além da difusão das potencialidades deste género de eventos um pouco por todo o país, o que revela também a sua importância estratégica na promoção das valências turísticas dos territórios.

Ainda ao nível dos territórios, sublinha-se a necessidade de salvaguardar as características do *Downhill* Urbano, neste sentido deve-se optar pela escolha de locais em que o circuito promova riqueza patrimonial do local de realização da prova, deste modo, a título exemplificativo, cidades como Lisboa, Porto, Coimbra, Guarda e Covilhã, podem ser consideradas “modelos”, pela simbiose perfeita entre o espetáculo desportivo e o património do centro histórico.

As recentes dificuldades de apoio e a sua repercussão ao nível da redução do número de provas nacionais e mesmo a não inclusão de provas no calendário oficial da Federação Portuguesa Ciclismo em 2013 (embora decorram provas de âmbito regional e local) é uma oportunidade para repensar e relançar a dimensão nacional e internacional do *Downhill* Urbano em Portugal.

Bibliografia

Barreto, M. e Rejowski, M. (2009). “Considerações Epistemológicas sobre Segmentação: Das Tipologias Turísticas à Segmentação de Mercado”. In Netto, A. e Ansarah, M. (coord.); *Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Edições Manole, pp. 3-18.

Berg, L., Braun, E. e Otgaar, A. (2002). *Sports and City Marketing in European Cities*. Aldershot, Ashgate.

- Brenol, R. (1999). *Manual de Eventos*. Caxias do Sul, Educs.
- Canton, A. (2009). “Evento, um Potencializador de Negócios”. In Netto, A. e Ansarah, M. (coord.); *Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Edições Manole, pp. 197-212.
- Gavinho, E. (2010). *Projeto Ecobike Trail na Serra da Estrela. O turismo alternativo na redução da sazonalidade*. Tese de Mestrado em Turismo (especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura), Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.
- Gomes, R. (2009). “El Ocio y el Deporte en la Época del Turismo Global”. *Apunts Educación Física y Deportes*, nº 97, 2º trimestre, pp. 36-45.
- Henriques, C. (2003). *Turismo, Cidade e Cultura: planeamento e gestão sustentável*. Cascais, Edições Sílabo.
- Johnson, L. (2009). *Cultural Capitals: revaluing the arts, remaking urban spaces*. Aldershot, Ashgate.
- Netto, A. e Ansarah, M. (2009). “Segmentação em Turismo: Panorama Atual”. In Netto, A. e Ansarah, M. (coord.); *Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Edições Manole, pp. 19-43.
- Orbasli, A. (2000). *Tourists in Historic Towns: urban conservation and heritage management*. Taylor & Francis (1st edition).
- Riachos, R. (2011). *Práticas de Aventura: uma subcultura de risco*. Tese de Mestrado em Lazer e Desenvolvimento Local. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Ribeiro, E. (2012). *Análise da Variabilidade da Frequência Cardíaca em Atletas de B.T.T.* Tese de Mestrado em Biocinética. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Richards, G. e Wilson, J. (2006). “Developing Creativity in Tourist Experiences: A solution to the serial reproduction of culture?”. *Tourism Management*, 27 (6), pp. 1209-1223.
- Roque, A. (2011). *Downhill Urbano em Portugal: Dimensão Desportiva e Potencialidades Turísticas*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Roque, A. e Carvalho, P. (2012). “Eventos desportivos e turismo em contexto urbano: o caso do Downhill”. *Revista Turismo e Sociedade*, vol. 5, nº 2, pp. 545-562.
- Rowe, D. (1999). “Drunk for three weeks – sporting success and city image”. *International Review for the Sociology of Sport*, February 34, pp. 125-141.
- Selby, M. (2004). *Understanding Urban Tourism: image, culture and experience*. I.B. Tauris.
- Shipway, R. & Fyall, A. (coord.) (2012). *International Sport Events. Impacts, Experience and Identities*. Routledge.
- Wood, E. (2005). “Measuring the economic and social impacts of local authority events”. *International Journal of Public Sector Management*, vol. 18, nº 1, pp. 37-53.

GEOCACHING E DESCOBERTA/VALORIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS. A SUA GEOGRAFIA EM PORTUGAL E O EXEMPLO DA SERRA DA LOUSÃ

Luiz Alves

Paulo Carvalho

Resumo

O *geocaching* tem registado um crescimento exponencial do número de praticantes/aderentes em todo o Mundo e, de forma particular, em Portugal, perspetivando-se que continue a crescer nos próximos anos o que, enquanto atividade de lazer, consubstancia uma oportunidade de enorme relevância para descobrir, promover e desenvolver os territórios onde ocorre.

A presente investigação, para além de um enquadramento teórico-conceitual, tem subjacente uma análise geográfica desta temática em Portugal que será aprofundada através de um estudo de caso (Serra da Lousã/Cordilheira Central) em ambiente rural de montanha.

Palavras-chave: *Geocaching*. Territórios Rurais. Portugal. Serra da Lousã.

Abstract

The *geocaching* has recorded an exponential growth in the number of practitioners/adherents worldwide and particularly in Portugal, foreseeing that continues to grow in the next few years which, while leisure activity, constitute an opportunity of enormous relevance to discover, promote and develop the territories where it occurs.

This research, in addition to theoretical-conceptual framework, has a geographical analysis underlying this theme in Portugal which will be deepened through a case study (Serra da Lousã/ Cordilheira Central) in rural mountain environment.

Keywords: *Geocaching*. Rural Areas. Portugal. Serra da Lousã.

1. *Geocaching*, lazer e turismo: oportunidades para descobrir, valorizar e desenvolver os territórios rurais

O lazer assume, cada vez mais, uma dimensão com elevado nível de importância na sociedade contemporânea, muito impulsionado pelo aumento dos índices de qualidade de vida associado à modernização do trabalho, que tem gerado uma maior

disponibilidade para tempos livres. No lazer, apesar das múltiplas motivações de cada um, coabitam preocupações de saúde e bem-estar com enriquecimento cultural, e que muito têm feito alastrar a importância crescente das suas práticas na sociedade.

Os espaços rurais constituem atualmente locais onde se podem encontrar ecossistemas particulares, ricos em fauna e flora, paisagens humanizadas, modos de povoamento, sítios históricos, aldeias exemplares, tradições, manifestações ancestrais, entre outros (Covas, 1999).

As atuais dinâmicas económicas, sociais e territoriais, assim como a renovação da imagem das áreas rurais, reflete a importância estratégica dos recursos ecológicos e culturais, e a sua crescente vinculação ao lazer e turismo (Carvalho, 2009), em resultado de mudanças recentes na procura turística em especial por parte da população urbana (Kastenholz e Lima, 2011).

São vários os lazeres turísticos procurados nos territórios rurais, fruto das condições excecionais que estas áreas geográficas oferecem. A busca de ambientes mais calmos, com capacidade de oferecer atividades de lazer em múltiplas vertentes, com graus de exigência diferenciada, com possibilidade de usufruição durante todo o ano, a custos reduzidos, com acesso facilitado e com uma complementaridade em termos de oferta de equipamentos e serviços tornam os territórios rurais locais muito procurados para múltiplas práticas de lazer (Alves, 2013).

“São exemplo disso, o caso de atividades associadas ao turismo ativo, de aventura ou radical, de natureza, ecoturismo, e outras modalidades interligadas, podendo se destacar o montanhismo, alpinismo, pedestrianismo, escalada, *trekking*, orientação, bicicleta todo-o-terreno (BTT), *downhill*, todo-o-terreno turístico, parapente ou paramotor, *heli-ski* ou *heli-hike*, *birdwatching*, *geocaching*, escalada, canoagem, *canyoning*, *rafting*, entre outras” (Alves, 2013: 67).

O *geocaching* tem registado um crescimento exponencial do número de praticantes/aderentes em todo o Mundo e, de forma particular, em Portugal, perspetivando-se que continue a crescer nos próximos anos o que, enquanto atividade de lazer, consubstancia uma oportunidade muito interessante para promover dinâmicas positivas de desenvolvimento nos territórios onde ocorre designadamente os rurais e de montanha.

Essa oportunidade torna-se evidente quando entendemos que estes territórios “oferecem uma base de recursos diversificada de extrema importância para o desenvolvimento de actividades turísticas, que lhes conferem um lugar de destaque no

panorama dos destinos turísticos mais populares do mercado turístico atual. As características únicas das montanhas – cenários de extrema beleza cénica, traços biofísicos excepcionais, diversidade, isolamento e autenticidade natural e cultural – proporcionam as condições ideais para a prática de uma panóplia de atividades que enformam alguns dos mais interessantes produtos turísticos alternativos da atualidade, a maioria dos quais se inserem numa lógica de desenvolvimento sustentável, que os próprios territórios de montanha demandam” (Carvalho e Adelino, 2012: 14).

2. Geocaching: uma ferramenta para o marketing territorial

O marketing territorial apresenta-se como uma ferramenta muito importante, e capaz, no reconhecimento e desenvolvimento de espaços menos atrativos, podendo ser utilizado como dinamizador das mais-valias dos territórios, mitigando algumas das suas debilidades. De facto, o marketing territorial pode ser tido em conta como meio de promoção dos territórios rurais e de montanha.

Como refere Cidrais (1998: 18), o marketing territorial pode ser definido “como sendo a análise, planificação, execução e controlo de processos concebidos pelos actores de um território, de forma mais ou menos concertada e institucionalizada. A sua finalidade é, por um lado, responder às necessidades das pessoas e do seu território e, por outro, melhorar a curto e longo prazo a qualidade e competitividade global da cidade no seu ambiente concorrencial”.

De acordo com Ruivo (2006: 190), “A construção de uma imagem positiva e inovadora de um território, pela valorização das amenidades rurais, implica a utilização da filosofia de marketing, e envolve a cooperação entre um alargado número de actores, quer públicos quer privados, de forma a atrair e fixar uma nova população, reorientando a dinâmica dos territórios rurais”.

O *geocaching* assume-se como um lazer importante na capacidade de promoção dos territórios, com especial destaque para os rurais e de montanha. Na sua atividade, o *geocacher*, além de percorrer os territórios, de *logar* as *caches* que encontra, partilha múltiplas fotografias que retratam a beleza dos locais, a sua singularidade, e a excelência; revela locais de importância geológica, salienta a originalidade da *cache*, ou seja, *a posteriori*, divulga uma vasta quantidade de elementos gráficos e comentários de experiências que funcionam como um verdadeiro processo de *marketing* “oferecido” aos territórios, fazendo valer a expressão “uma imagem vale mais do que mil palavras”,

sendo um ótimo elemento e veículo de divulgação dos territórios, potencializando um aumento do número de visitantes.

A aposta no *geocaching* como veículo de divulgação e de promoção dos territórios a par com a diversificação da oferta de atividades de lazer não é novidade, embora não esteja suficientemente esgotada. Podemos dar como exemplo a aposta que alguns municípios de Portugal têm feito neste lazer para divulgar os seus territórios e para aumentar a sua capacidade de atração de visitantes e turistas, procurando criar mais valias para as economias locais, mas que também têm utilizado esta atividade em múltiplas ações desportivas e de lazer, de limpeza de espaços públicos, entre outros. Assim, destaque para os municípios de Águeda, Ferreira do Zêzere, Fundão, Montijo, Vila Franca de Xira, que têm construído redes de *geocaches* pelos seus territórios, de forma a divulgar os seus concelhos e a atrair mais visitantes. Outros municípios como Nazaré, Olhão, Portel, Vila Real, têm feito uma aposta no *geocaching* para fomentar a prática de outras atividades como sejam caminhadas em percursos pedestres, passeios de BTT, atividades de interpretação da natureza e plantação de árvores, recolha de resíduos (lixo) em espaços públicos, entre outras.

O *geocaching* é uma excelente forma de explorar locais novos (uma vez que algumas *geocaches* estão escondidas em locais de interesse histórico ou de grande beleza natural, e que o *geocaching* ajuda/permite descobrir); permite juntar amigos e família em atividades ao ar livre, em contacto com a natureza; pode ser uma atividade desafiadora, visto que algumas das *geocaches* estão muito bem escondidas; é um ótimo complemento a outras atividades de lazer, como caminhadas, passeios de bicicleta, de jipe ou de barco.

A justificação para esta aposta parece simples, para além das já mencionadas, somam-se os números referentes aos *geocachers* e às *geocaches* ativas em Portugal: 22.093 *geocaches* ativas em Portugal, e 40.586 *geocachers*¹, segundo dados referentes a julho de 2013. Já a nível mundial estão ativas 2.346.823 *geocaches* e um total de *geocachers* que ultrapassa os 6 milhões².

¹ Fonte: <http://geostats.geocaching-pt.net/>, em 11 de julho de 2013.

² Fonte: <http://www.geocaching.com/>, em agosto de julho de 2013.

3. Geocaching: conceito, evolução e expressão territorial

3.1 Conceito e princípios gerais

“O Geocaching é uma caça ao tesouro dos tempos modernos, jogado no mundo inteiro por pessoas com espírito aventureiro e equipados com recetores de GPS (*Global Positional System*). A ideia base do jogo é encontrar recipientes escondidos, denominados *geocaches*, referenciadas através de coordenadas GPS e depois partilhar a experiência a sua aventura online” (Curato, 2013: 2), sendo que todas as *geocaches* devidamente registadas se encontram publicadas no site *geocaching.com*.

“A primeira cache foi colocada em Portland, nos Estados Unidos, em 2000, na sequência da decisão do governo norte-americano que, a 1 de maio do mesmo ano, libertou o sinal GPS para uso civil. Por isso, o geocaching tem a sua origem numa tecnologia militar antes apenas acessível aos agentes norte-americanos de segurança” (Fernandes, 2013: 173).

Trata-se de uma atividade que pode ser praticada por todas as pessoas independentemente do grupo etário. Cada *geocache* tem um nível de dificuldade e um nível de terreno próprio. Uma *geocache* 1/1 será das mais fáceis e uma 5/5 será mais difícil. Esta variedade permite que cada participante possa procurar *geocaches* adequadas às suas capacidades e condições físicas.

Existem *geocaches* em todos os continentes e, praticamente, em todos os países. É comum os *geocachers* esconderem caches em locais que lhes são relevantes, ou que mostram um determinado interesse ou capacidade do seu proprietário. Estes locais podem ser muito diferentes. Podem ser encontradas num parque natural, no culminar de uma longa caminhada, debaixo de água ou numa rua de uma cidade, ou até mesmo, Espaço, como na Estação Espacial Internacional ou em Marte.

Sendo uma atividade de lazer com pouco mais de uma dezena de anos, o *geocaching* tem demonstrado um crescimento bastante intenso, registando 92 000 *geocaches* em 2004, número amplamente ultrapassado em 2013, estando já registadas mais de 2 milhões de *geocaches* em todo o mundo (figura 1).

3.2 Distribuição geográfica

A nível mundial, a distribuição geográfica de *geocaches* “apresenta fortes assimetrias, com uma maior concentração na América do Norte e na Europa Central, regiões onde é superior a densidade do geocaching praticado (entenda-se, número de

caches e de geocachers)” (Fernandes, 2013:173/174). Este padrão de distribuição espacial das *geocaches* é, em grande parte, explicado por fatores como: nível de infoexclusão das tecnologias móveis de informação e comunicação; capital de mobilidade das populações; tradição de atividades de turismo e lazer e fruição da natureza, através de práticas como o *trekking*, o pedestrianismo ou o BTT (Fernandes, 2013).

Em Portugal, o início do *geocaching* ocorreu no ano de 2001 com a *cache* “GC1DA: AlfaRomeu Abandonado!” colocada na Rua das Murtas, em Lisboa (Fernandes, 2013). Desde 2001 até fevereiro de 2014, o número de caches evoluiu de forma regular (com maior expressividade entre 2006 e 2007), contabilizando mais de 37 mil em fevereiro de 2014 (37325 caches).

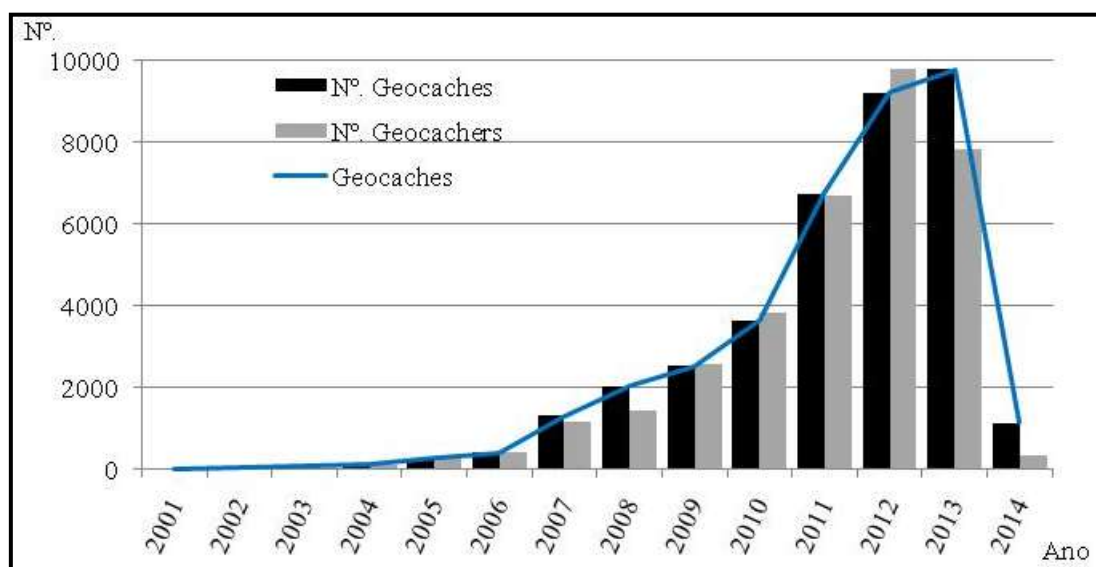
De igual modo, o número de *geocachers* em Portugal, tem registado um crescimento constante, de forma proporcional ao aumento de *geocaches*, de tal maneira que em fevereiro de 2014 estavam já registados mais de 34 mil praticantes de *geocaching* em Portugal (34563 *geocachers*).

Refinando a análise, constatamos que é possível identificar três períodos de tempo que explicam a evolução do número de *geocaches* e de *geocachers* em Portugal (figura 1), a saber:

- 2001-2006 (período de importação): marcado pela inserção deste novo lazer no seio do território nacional. Durante este espaço temporal surgiram em Portugal 936 *geocaches* (maioritariamente localizadas em meios urbanos) e 893 *geocachers*;

- 2007-2010 (período de afirmação): consagrando-se como o período de confirmação da prática deste lazer, comprovado pelo aumento bastante significativo quer do número de *geocaches* (9535) quer de *geocachers* (9005). Com efeito, em apenas 4 anos o número de *geocachers* aumentou mais de 90% em relação aos primeiros 6 anos desde o seu surgimento. De igual modo, o número de *geocachers* registou um aumento de cerca de 90%;

- 2011-2013 (período de explosão): em apenas 3 anos o *geocaching* em Portugal atinge um verdadeiro “boom” quer do número de *geocaches* quer de *geocachers*, pelo que o poderemos designar por “período de explosão”. De acordo com os dados constatamos que, entre 2011 e 2013, surgem 25729 novas *geocaches* e 24334 novos *geocachers* registados. Estes dados representam um aumento superior a 63% do número de *geocaches* e de 62% de *geocachers* entre o período de 2007-2010 e de 2011-2013.

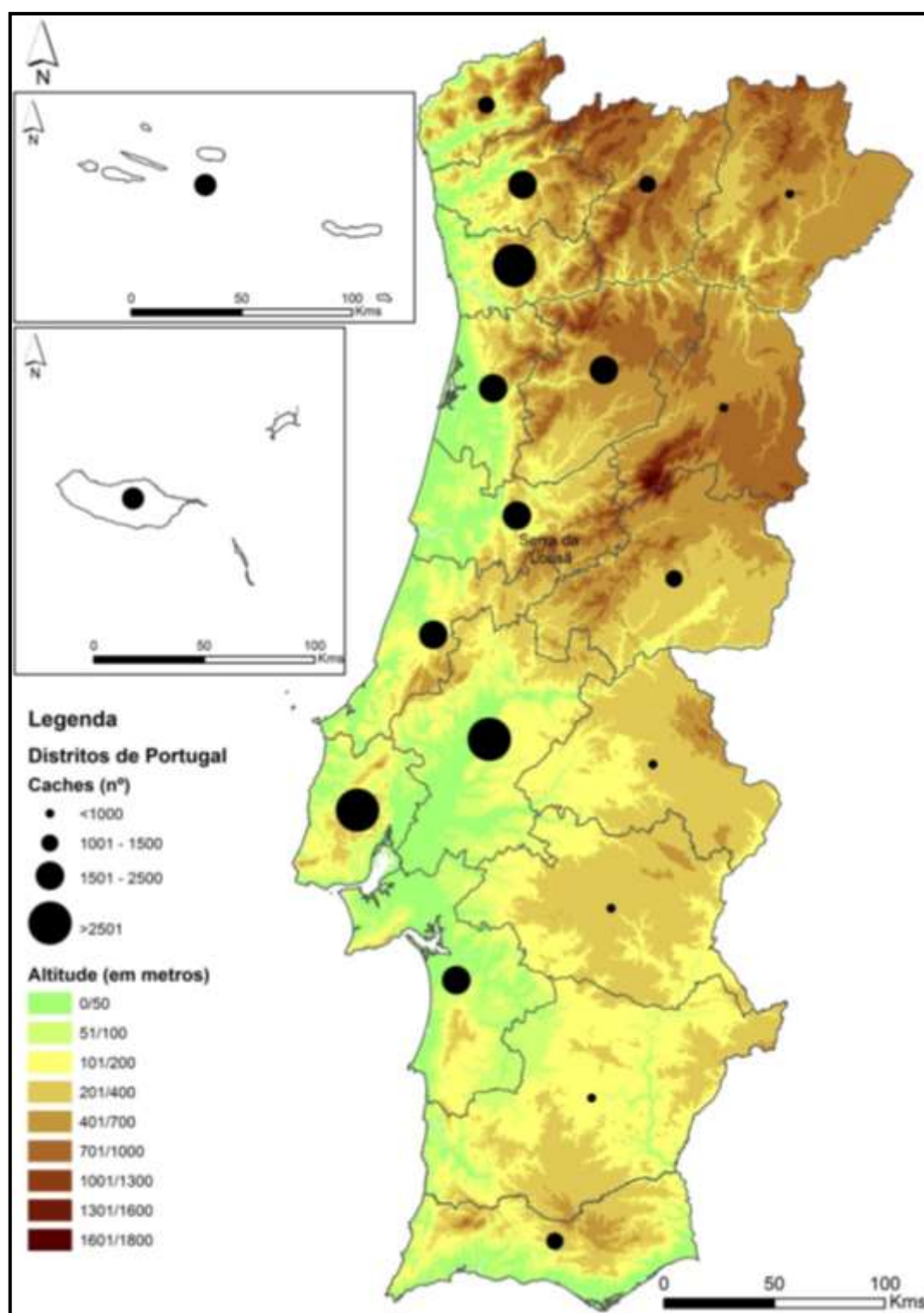


Elaboração própria com base em dados retirados de www.geocaching.com

Figura 1. Evolução do número de *geocaches* e *geocachers* em Portugal (2001-2013)

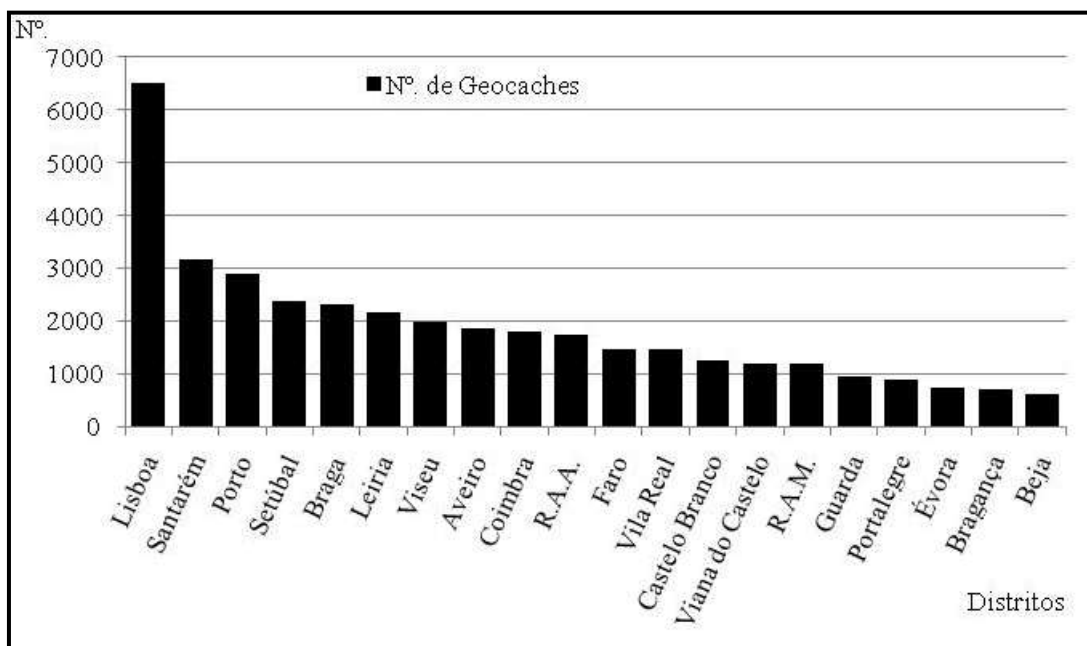
No que diz respeito à distribuição geográfica das *geocaches* existentes em Portugal (até fevereiro de 2014), existem três conclusões-chave a reter: as duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) concentram um forte número de *geocaches*; os distritos que dispõem de território no litoral de Portugal são os que apresentam a maior parte das *geocaches* existentes (em oposição aos territórios situados no interior do país, com menor número de *geocaches*); elevada concentração da localização de *geocaches* em polos urbanos (ou nas suas áreas de influência), quer cidades quer sedes de concelho (figura 2).

Uma análise mais pormenorizada dos dados permite referir que mais de 17% das *geocaches* existentes em Portugal estão localizadas no distrito de Lisboa. Por outro lado, os distritos de Lisboa, Porto e Santarém, em conjunto, representam mais de 33% do número total de *geocaches* localizadas em Portugal (figura 3).



Elaboração própria com base em dados retirados de ww.geocaching.com

Figura 2. Distribuição geográfica do número de *geocaches* em Portugal, por distrito, em 2014



Elaboração própria com base em dados retirados de www.geocaching.com

Figura 3. *Geocaches* em Portugal, por distrito, em 2014

Relativamente à tipologia das *geocaches* existentes, a grande maioria são de tipo tradicional (quase 76% do total); 9,7% são *multi-caches*; 7,4% correspondem a caches mistério e 5% a caches evento. As restantes tipologias de *geocaches* apresentam percentagens de representatividade inferiores a 1%. Quanto ao tipo de *container*, mais de 40% dos recipientes são de tamanho pequeno; 30,3% de tamanho micro e 11,9% de tamanho regular. Por sua vez, no que concerne à dificuldade, a dificuldade média das *geocaches* é 1,94 e a dificuldade do terreno de 1,97.

A capital portuguesa domina nos vários indicadores sobre *geocaching* uma vez que o concelho de Lisboa representa/congrega:

- 3,6% do número total de *geocaches* existentes em Portugal;
- 8,5% do total de *log's* nacional;
- 9,3% do número total de *finds*;
- 8,5% do número total de favoritos;
- 51 das 100 *geocaches* com maior número de registos;
- 17 das 100 *geocaches* com maior número de favoritos.

4. Geocaching na Serra da Lousã: afirmação de (mais) um lazer

4.1 Enquadramento geográfico

Localizada no extremo sudoeste da Cordilheira Central Portuguesa, abrangendo (de forma total ou parcial) os concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pedrógão Grande e Penela, a Serra da Lousã pertence ao complexo xisto-grauváquico e é balizada por cristas quartzíticas que, pela sua maior resistência à erosão, são responsáveis pelos penedos existentes, com falésias abruptas, como é o caso dos Penedos de Góis e, em menor escala, o Pico do Espinhal (São João do Deserto), que configuram o seu limite ocidental e oriental, respetivamente. De igual modo, é evidente a presença de granitóides no contacto Miranda do Corvo-Penela, e também no Coentral. No seu interior nascem diversas linhas de água que se repartem entre o Mondego (rios Sótão, Arouce e Dueça – neste último caso corresponde a um dos seus troços de drenagem – que por sua vez prestam tributo ao Ceira) e o Zêzere (ribeiras de Mega, Pêra e Alge), uma vez que a Serra da Lousã define uma das linhas divisória das respetivas bacias hidrográficas.

O contraste paisagístico é impressionante em particular no setor setentrional onde emerge a bacia sedimentar de Miranda do Corvo-Lousã-Góis-Arganil, elevando-se a montanha de forma brusca até atingir os 1205 metros (no castelo ou altar de Trevim). Em linha reta, cerca de seis quilómetros separa a vila da Lousã (concretamente a área do edifício dos Paços do Concelho, com cotas inferiores a 200 metros de altitude) e a superfície culminante da Serra da Lousã. Este contraste é ampliado pela multiplicidade de formas de relevo quer no interior da referida bacia sedimentar quer na sua bordadura, a que corresponde também uma acentuada diversidade litológica e antrópica (materializada em diferentes formas de ocupação do espaço). Esta amplitude pode traduzir-se através de referências como, por exemplo, as casas solarengas setecentistas/oitocentistas, as construções “verticais” e os loteamentos urbanos do final do século XX, ou as “aldeias de xisto” quais sentinelas nas rechãs da montanha.

Por outro lado, as tonalidades cromáticas, os odores e as sonoridades naturais da montanha, em que a fauna, a flora e os cursos de água configuram elementos expressivos e diferenciadores, fazem da Serra da Lousã, e em particular dos seus recantos mais emblemáticos (como, por exemplo, o vale da ribeira de Pêra, no Coentral, com os seus carvalhos atlânticos seculares; a cintura verde que abraça aldeias do xisto como o Gondramaz, o Talasnal, o Candal ou a Cerdeira, por entre castanheiros centenários, carvalhos cerquinhos e algumas cerejeiras; o cantão florestal das Hortas e

do Porto Espinho, com espécies florestais folhosas e resinosas (re)introduzidas em meados do século passado que consubstanciam ambientes de grande qualidade estética; ou a ribeira do Mouro, perto das Aigras, com um conjunto notável de azereiros) um património natural, cultural e paisagístico de enorme singularidade e valor incalculável (Carvalho, 2013).

O reconhecimento do seu geopatrimónio biótico advém da classificação (de parte) da Serra da Lousã como Sítio da Lista Nacional (Rede Natura 2000).

O interior da Serra da Lousã corresponde às paisagens culturais mais expressivas pois é o berço de microterritórios cuja génese remonta aos séculos XV/XVI. Lugares arcaicos, quais refúgios outrora muito isolados, conheceram nas últimas décadas dinâmicas contraditórias, com sinais de despovoamento, requalificação territorial e revitalização socioeconómica, de tal forma que as principais tendências evolutivas refletem quer atividades vinculadas de forma crescente aos recursos ecoculturais (com destaque para o lazer e turismo), quer espaços e recursos de produção geoeconómica primária (Carvalho, 2013).

4.2 Um outro lazer na descoberta da Serra da Lousã

São várias as atividades de lazer e turismo com expressão na Serra da Lousã, fruto das condições excecionais que este território oferece, com um vasto e diverso património repleto de singularidades. Os recursos permitem a prática de uma panóplia de atividades associadas ao turismo ativo, de aventura ou radical, de natureza, ecoturismo, e outras modalidades interligadas, como sejam: montanhismo, alpinismo, pedestrianismo, escalada, *trekking*, orientação, *trail running*, *free ride*, *cross-country*, *downhill*, todo-o-terreno turístico, parapente ou paramotor, *heli-ski* ou *heli-hike*, *birdwatching*, *geocaching*, canoagem, *canyoning*, *rafting*, entre outras, por entre paisagens únicas.

De entre as atividades de lazer uma das mais recentes na Serra da Lousã é o *geocaching*, que com o passar dos anos vai ganhando mais adeptos e que se vai multiplicando em forma de *geocaches*³, abrindo mais um canal de difusão de todo o seu território para o Mundo.

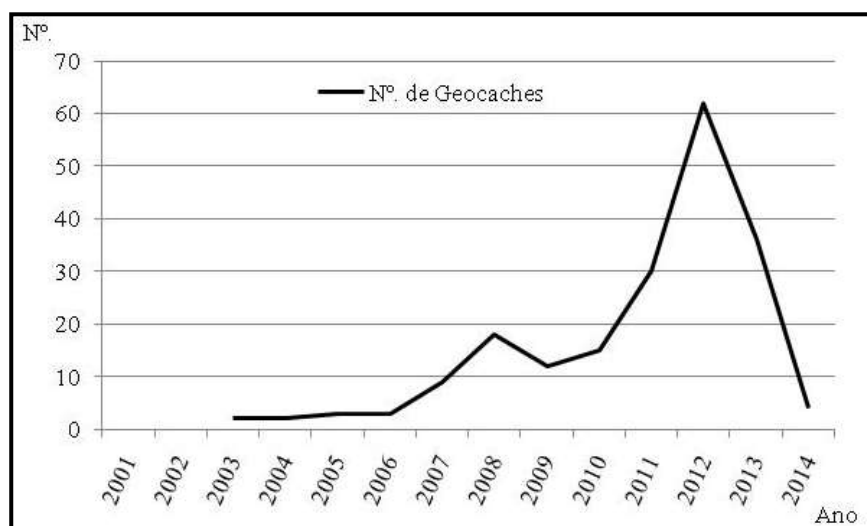
Segundo os dados disponíveis a primeira *cache* foi publicada no concelho de Góis, com a designação “GCH2DB OuohhmmmOuohhmmmm [Pampilhosa da Serra]”,

³ Aqui consideramos as *geocaches* localizadas nos sete concelhos que integram a Serra da Lousã, e não apenas as que integram o perímetro da mesma.

no dia 2 de novembro de 2003. Porém, só a 26 de dezembro de 2004, é que surge a primeira *geocache* localizada no perímetro da Serra da Lousã, com uma “estreia” mesmo no coração da Serra, numa aventura no Santo António da Neve (um dos locais mais emblemáticos para os povos da Serra da Lousã), proporcionada pela *cache* “GCM88K Água e Gelo [Castanheira de Pêra]”.

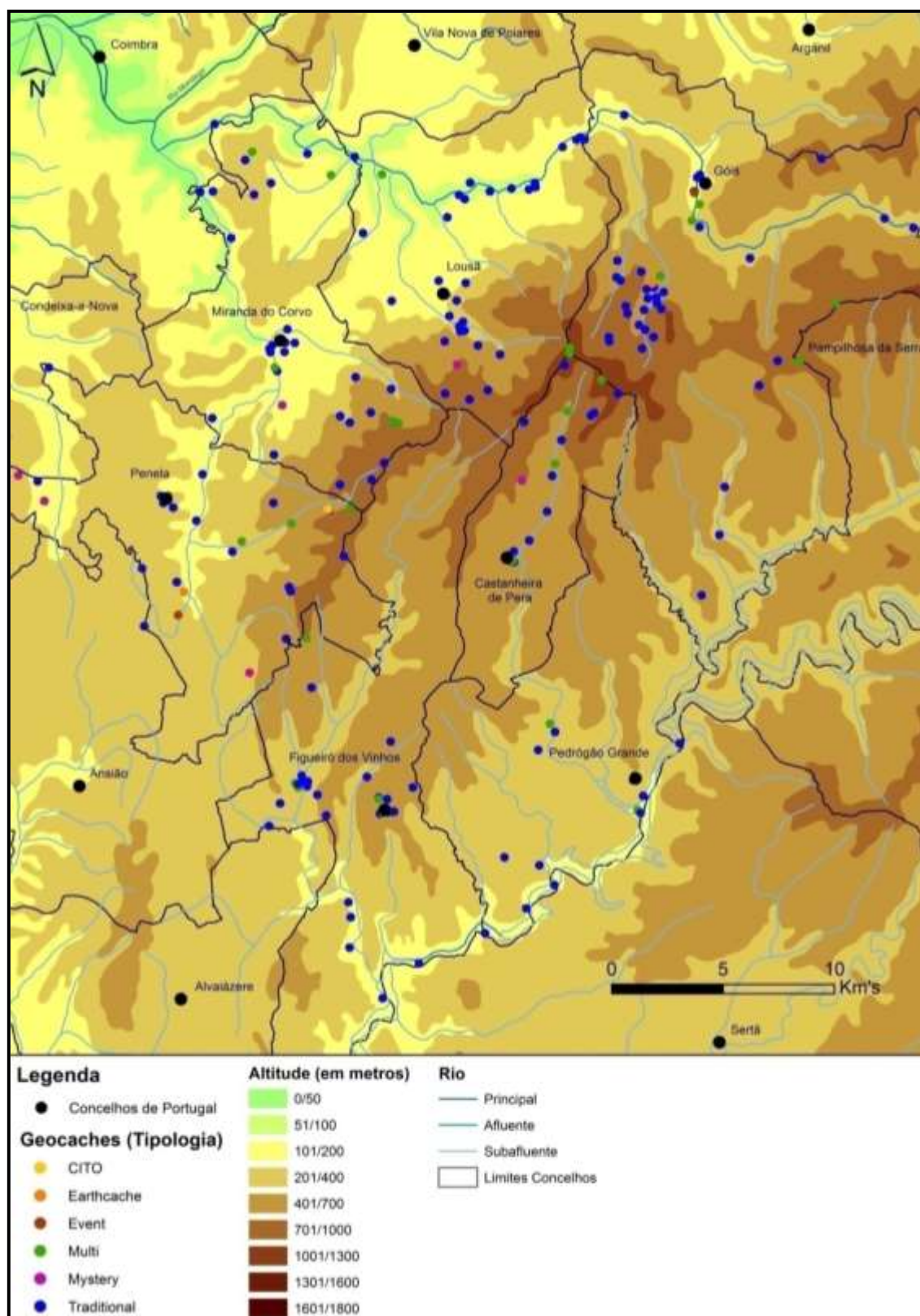
Atualmente são 196 as *geocaches* existentes na Serra da Lousã, representando este valor “apenas” a 0,52% do total nacional; 6,3% do total do distrito de Coimbra (correspondente aos municípios de Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Penela) e 2,8% do distrito de Leiria (correspondente aos municípios de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande).

A análise referente à evolução do número de *geocaches* entre 2003 e 2013 (figura 4) é bastante semelhante ao processo de desenvolvimento verificado no resto do país (embora, como vimos, com proporções menos expressivas). De facto, podemos destacar três períodos de tempo distintos que explicam a evolução do número de *geocaches* na Serra da Lousã: 2003-2007 com um crescimento relativamente lento (com um total de 19 *geocaches* em 5 anos); 2008-2010 com um aumento significativo de implantações, com um total de 45 *cache*s em 3 anos; 2011-2013 com um “pico” considerável, com a implementação de 128 *geocaches* em 3 anos.



Elaboração própria com base em dados retirados de www.geocaching.com

Figura 4. Evolução do número de *geocaches* na Serra da Lousã

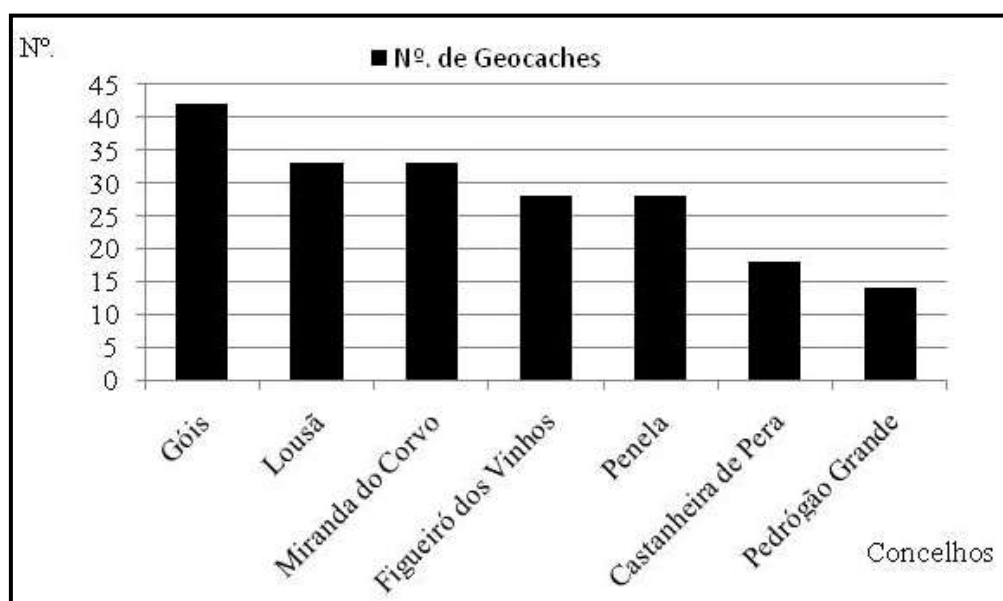


Elaboração própria com base em dados retirados de www.geocaching.com

Figura 5. Tipologia de *geocaches* na Serra da Lousã (2013)

Relativamente à tipologia das *geocaches* na Serra da Lousã (figura 5), a grande maioria são de tipo tradicional (mais de 79% do total); 15,3% são *multi-caches*; 3,1% correspondem a *caches* mistério. As *caches* evento, *earthcaches* e CITO, representam apenas 2,6% do total (com 5 *geocaches*). No que diz respeito ao tipo de *container*, mais de 54% dos recipientes são de tamanho pequeno; 19,9,3% de tamanho regular e 16,8,9% de tamanho micro. Por sua vez, no que concerne à dificuldade, esta é relativamente superior à média nacional, por influência da inserção num território de montanha. Assim, a dificuldade média das *geocaches* é 2,11 e a dificuldade do terreno de 2,23.

A análise da distribuição geográfica das *geocaches* existentes Serra da Lousã (figura 6), permite destacar o município de Góis, com um total de 42 *caches*, correspondendo a mais de 21% do total. Por outro lado, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Miranda do Corvo e Penela têm entre 28 e 33 *geocaches* (com percentagens a variar entre 16,8% e 14,3% do total). Por fim, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande correspondem aos municípios com menor número de *geocaches* (18 e 14, respetivamente).



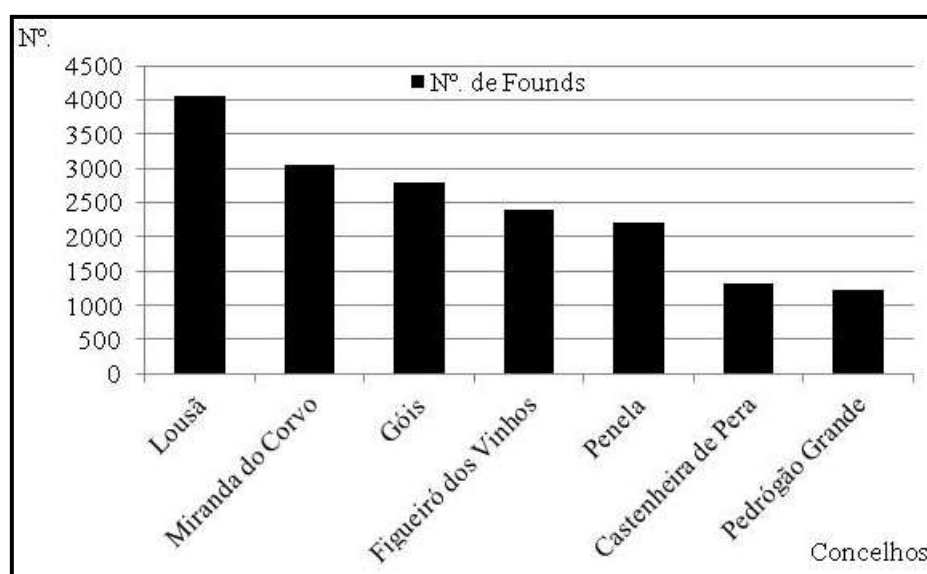
Elaboração própria com base em dados retirados de www.geocaching.com

Figura 6. Distribuição geográfica de *geocaches* na Serra da Lousã, por município, em 2013

Numa total de 17070 *founds* (figura 7), o município da Lousã é o que apresenta maior percentagem do total, com 23,7%. Por sua vez, Miranda do Corvo e Góis apresentam uma variação entre 17,8% e 16,4% do total de *founds* de *geocaches* na Serra da Lousã. Os restantes municípios variam entre 2406 *founds* em Figueiró dos Vinhos e 1232 *founds* em Castanheira de Pêra (14,1% e 7,2%, respetivamente).

Considerando aos 10 *geocaches* com maior número de logs registados destaque-se Figueiró dos Vinhos, com um total de 4 *geocaches*. Por sua vez, no top-10 das favoritas, destaque para Góis e Lousã (com 3 *caches* cada) e para Castanheira de Pêra, com duas *caches*. Porém, em número de favoritos no top-10 atrás referido, as *geocaches* da Lousã superam as demais, com um total de 128 votos, enquanto as localizadas em Góis reúnem 118 votos e, por fim, as de Castanheira de Pêra foram objeto de 56 votos de favoritos.

Por fim, considerando os *owners* das *caches* situadas na Serra da Lousã, importa salientar dois, cada um com 11 *geocaches* colocadas: Lousitânea (11 no concelho de Góis) e VidigalTeam (1 no concelho de Góis e 10 no concelho da Lousã).



Elaboração própria com base em dados retirados de www.geocaching.com

Figura 7. Número de *founds* na Serra da Lousã, por município, em 2013

Referências bibliográficas

Almeida, M. (2007). *O mundo rural e os novos desafios*. In Periferias e Espaços Rurais. Comunicações Apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais. Estoril, Editora Principia, pp. 295-318.

Alves, L. (2013). *Processos de Mudança, Turismo e Desenvolvimento Rural: As Aldeias do Xisto do Concelho de Góis e o Papel da Lousitânea*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Carneiro, I. (2010). *Porque é que não existe uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal?*. In Atas do IV CER – Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros. SPER e UA, pp. 696-707.

Carvalho, P. (2009). *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O Exemplo da Serra da Lousã*. Lousã, Edição da Câmara Municipal da Lousã.

Carvalho, P. (2010). “A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e actores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha”. *Cadernos de Geografia*, nº 28/29, pp.185-191.

Carvalho, P. (2013). *Património, Turismo e Lazer. Propostas para valorizar a (marca) Serra da Lousã*. (no prelo)

Cavaco, C. (1996). *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local: Desafio ou Utopia?* In Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, pp. 333-355.

Corsane, G. et al. (2008). *Ecomuseology: a holistic and integrated model for safeguarding ‘spirit of space’ in the North East of England*. International Centre for Cultural and Heritage Studies. University of Newcastle upon Tyne. Reino Unido. Disponível em: <http://openarchive.icomos.org/11/1/77-7kft-231.pdf> [02-02-2014].

Covas, A. (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural. Temas e Problemas*. Lisboa, Edições Colibri.

Covas, A. (2008). *Ruralidades III - Temas e Problemas da Ruralidade Pós-agrícola e Pós-convencional*. Faro, Universidade do Algarve.

Cristóvão, A. (2011). *Ação colectiva e turismo em espaço rural: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal*. In Sousa, M. e Elesbão, I. (Orgs.), *Turismo Rural: Iniciativas e Inovações*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, pp. 101-141.

Davis, P. et al. (2010). *Heritage, local communities and the safeguarding of ‘Spirit of Place’ in Taiwan*. Museum and society, 2010, pp. 80-89. School of Museum Studies. University of Leicester. Reino Unido Disponível em: <http://www2.le.ac.uk/departments/museumstudies/museumsociety/documents/volumes/davishuangliu.pdf> [02-02-2014].

Drutu, M. & Drăgulănescu, I. (2012). “Rural Tourism for Local Economic Development”. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, vol. 2, Special Issue 1 (2012), pp. 196-203. Disponível em: <http://www.hrmars.com/admin/pics/1028.pdf> [02-02-2014].

Fernandes, J. (2013). “Tecnologia, georreferenciação e novas territorialidades. O caso do geocaching”. *Cadernos de Geografia*, nº. 30/31 (2011/2012), pp. 171-180.

Jacinto, R. (1995). “O Mundo Rural e o seu Desenvolvimento”. *Cadernos de Geografia*, nº14, pp. 143-145.

Margareta, B. (2007). *Effects Produced by the Touristic Activities Insert in Romanian Rural Space*. University of Agricultural Sciences and Veterinary Medicine Cluj-Napoca, Romania. Disponível em: <http://journals.usamvcluj.ro/index.php/horticulture/article/download/2098/2019> [02-02-2014].

Moreno, L. (2007). *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Paul, J. (2006). Potencialidades Turísticas da Serra da Lousã. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 6, pp.103-108.

Turismo Centro de Portugal (2007). *Centro de Portugal, no Coração de um País*. Associação Turismo Centro de Portugal. Viseu.

Teixeira, D. (2005). *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Instituto de Estudos Sociais. Braga.

Resumo

O Turismo de Passeio Pedestre tem como principal suporte o percurso pedestre e também as duas principais tipologias de património (natural e cultural). Este tipo de turismo é uma grande tendência e ao mesmo tempo um exemplo de lazer ativo que ocorre um pouco por todo o mundo.

Em Portugal, e no caso particular do Funchal, esta atividade é valorizada de formas muito peculiares. O Funchal congrega em si vários espaços naturais com percursos pedestres, com ou sem levadas. As levadas, enquanto canais de irrigação que estão presentes ao longo da ilha e cuja principal função corresponde o transporte de água para agricultura, serão candidatas, em 2017, a Património Mundial da UNESCO.

Palavras-chave: Pedestrianismo. Turismo de Passeio Pedestre. Ilha da Madeira. Funchal.

Abstract

Walking tourism its main support the pedestrian path and also the two main types of heritage (cultural and natural). This type of tourism is a big trend at the same time an example of active leisure rather occurs throughout the world.

In Portugal and in the particular case of Funchal, this activity is done in many peculiar ways. Funchal itself brings several natural spaces equipped with footpaths, with or without “levadas”. “Levadas” as irrigation channels that are present throughout the island and whose main function corresponds to the transport of water to agriculture, also they will be candidates for UNESCO World Heritage in 2017.

Keywords: Hiker. Walking Tourism. Madeira Island. Funchal.

1. Turismo de Passeio Pedestre

1.1 Conceitos e singularidades

O Turismo de Passeio Pedestre é uma das modalidades de Turismo de Natureza presente na noção de “Natureza Soft”, definida pela Organização Mundial do Turismo (THR, 2006). Isto justifica-se por o Turismo de Natureza ser definido como aquele

turismo que observa, aprecia e interpreta formal e/ou informalmente a natureza (fauna, flora, paisagens naturais, rurais e humanas, formas de relevo, etc.).

Esta prática turística denominada por Turismo de Passeio Pedestre/Percursos Pedestres, Turismo de Pedestrianismo ou ainda, para Granet (2012), como Turismo de Itinerário/Itinerante, tem ganhado cada vez mais representatividade em várias regiões nacionais e internacionais, rurais e urbanas, tanto no domínio da procura como no domínio da oferta. Sendo interessante nesta prática a fácil conjugação das duas grandes componentes do turismo/património – natureza e cultura – uma vez que são vários os tipos de serviços e produtos que, habitualmente, os praticantes deste lazer usufruem.

O Turismo de Passeio Pedestre como um lazer ativo, desporto de natureza, atividade, deslocação num tempo livre fora do local de residência pelo menos 24 horas, tem como principal objeto/atividade o pedestrianismo, que é definido como a “atividade de percorrer distâncias a pé, de forma a desfrutar de tudo o que rodeia, a um ritmo tranquilo. O caminho não é um fim, mas um meio, pelo que as rotas são habitualmente estabelecidas tendo em conta o interesse paisagístico, cultural ou histórico” (Santos e Cabral, 2005: 103).

Por sua vez, o pedestrianismo conjuga várias práticas muito diferentes, que vão da simples marcha a pé, até caminhadas de natureza desportiva, individualmente ou em grupo; com apoio ou não de empresas de animação turística; em meio rural ou urbano.

A este respeito, Braga (2007) apresentou um breve retrato histórico, no qual aponta o pedestrianismo como prática organizada na Inglaterra do século XIX e refere que só depois da 2ª Guerra Mundial ocorreu o “boom” da criação de percursos por várias regiões do mundo. No entanto, desde cedo já existiam práticas que foram a origem desta atividade, uma vez que na Idade Média e depois, no Renascimento, “eram sobretudo os comerciantes e os peregrinos que se deslocavam por milhares de quilómetros, em míticas viagens que duravam anos, à procura de novos mercados, da espiritualidade e da saúde, à descoberta de novos mundos” (Bietolini, 2007: 7).

É notório o facto deste tipo de turismo crescer ao longo dos anos, tal como o forte aumento das práticas de *merchandising* de equipamentos e serviços deste desporto de natureza (Calmé, 2011; Granet, 2012).

Para Borchgrave *et al.* (2001), as principais componentes básicas deste produto turístico, resumem-se a três, sendo elas os percursos pedestres; os serviços aos caminhantes (alojamento, restauração e os transportes); e o dispositivo de informação (painéis informativos, guia do percurso, mapas, entre outros). Obviamente há outras componentes que integram este produto como as características dos caminhantes (físicas,

sociais, culturais), bem como as entidades que criam/valorizam/protegem os percursos em todas as suas dimensões (infraestrutura física; integração na natureza; simbologia/identidade).

Não obstante, sendo os percursos pedestres a componente principal desta atividade, podem divergir consoante a forma (circular, ziguezague, oito, linear, em anéis contíguos, em anéis satélites e em labirinto); o grau de dificuldade (fácil, médio e alto), com ou sem guia de interpretação ambiental; a extensão (pequena e grande rota), conforme notaram Bietolini (2007), Braga (2007), Calmé (2011), entre outros.

No que diz respeito à sua expressão geográfica, esta é evidente em vários países, muitos deles com maior tradição desta atividade do que Portugal. Alguns países da Europa destacam-se pela vasta rede de percursos sinalizados, uma grande diversidade de empresas deste ramo e as criativas formas de divulgação, como a Áustria, a França, a Alemanha, o Reino Unido, a Suécia e a Suíça. Por exemplo, Tovar (2010) mostra-nos que a Alemanha tem mais de 200.000 quilómetros de percursos sinalizados, Áustria com 44.000 km, Bélgica a rondar os 5000 km e Chipre com mais de 530 Km. Números que devem ter aumentado nos últimos anos, atendendo às potencialidades e maneiras de agir dos países (apoio multifacetado a empresas, instituições e autoridades locais).

Outra ideia relevante é que “não sendo uma atividade particularmente perigosa, exigente ao nível de conhecimentos técnicos ou uma forte interação com outros recursos ou setores” (Santos e Cabral, 2005: 105), pode de facto ser promotor de desenvolvimento, dado que tende a valorizar a conservação dos caminhos, calçadas, lugares de interesse, a fauna e a flora, pois precisamente depende deles para a sua concretização, para além de fomentar práticas de educação ambiental/patrimonial (Carvalho, 2011).

1.2 Práticas sustentáveis e seguras

O Turismo de Passeio Pedestre evidencia uma clara e necessária conduta sustentável, coerente e adequada por parte de dois grandes atores desta atividade, os quais são os seus praticantes e igualmente as instituições/territórios/grupos públicos e/ou privados que os possuem, promovem, preservam, controlam.

Em relação aos turistas/praticantes de percursos pedestres, estes devem esforçar-se para reunirem condições para fazer uma boa caminhada com equipamento e segurança adequados. Entre os diversos conselhos, Barbosa (2000: 14) aponta vários sobressaindo elementos como o equipamento, a segurança, a alimentação e outros,

como se depreende das suas ideias, a saber: “leve sempre consigo uma mochila com uma muda de roupa, primeiros socorros, um saco para lixo, um apito de emergência, uma lanterna, um farnel energético e água potável. (...) Use calçado resistente e vestuário desportivo, adequado à estação do ano. No inverno, não se esqueça do impermeável e, no verão, do chapéu, protetor solar e óculos de sol. Evite caminhar ou pedalar nas horas de maior calor. Embora em passeios com as características destes a bússola possa não ser necessária, não a dispense, é sempre um excelente ‘tira-teimas’ e, caso se desvie do bom caminho ou tenha algum azar, pode ser a sua salvação. Se tiver telefone móvel leve-o, mas não conte com ele em todos os momentos do percurso. Evite passear sozinho. Se for essa a sua opção, deixe o seu contato e uma cópia do percurso que vai fazer a alguém da sua confiança. Antes de partir leia o descritivo do passeio e organize o seu dia em função do tempo que calcula gastar, de modo a que a hora de regresso seja sempre antes do pôr-do-sol.”

Já Bietolini (2007: 23), identifica um conjunto de regras que considera fundamental para o pedestrianista. Estas regras passam por ser um conjunto bem extenso que vai desde o material que deve ser utilizado, ao comportamento que o praticante deve ter, à relação com o meio e com os outros. Assim, destacam-se:

- Ajudar quem se encontra em dificuldades;
- Evitar fazer barulho;
- Comunicar às autoridades competentes tudo aquilo que pensa poder causar danos ambientais;
- Não apanhar flores e não assustar os animais;
- Não pisar plantações;
- Não atirar pedras;
- Respeitar as populações locais e a propriedade privada;
- Acampar nas áreas destinadas a esse efeito, tendo o cuidado de não fazer fogueiras com vento e extinguir os tições.

Os painéis informativos e a sinalética, correspondem a ferramentas importantes nesta atividade, por isso mesmo, estas devem ser tidas em conta para um bom funcionamento da prática em causa. Estas encontram-se em várias áreas do percurso e possuem informação de orientação e complementar para os praticantes, com dados sobre o percurso e a área envolvente, bem como outra informação que possa ser útil para o pedestrianista (podemos encontrar mapas, ilustrações, descrições de distância,

grau de dificuldade, descrição do percurso, locais de alojamento e de restauração, contatos úteis, entre tantos outros dados), como refere Tovar (2010).

Os possuidores/promotores/preservadores de percursos pedestres públicos e/ou privados, também têm que ser capazes de gerir estes percursos valorizando-os, permitindo que os mesmos estejam em condições para a sua utilização. De acordo também com os objetivos destes agentes, poderão promover a divulgação dos seus percursos bem como o investimento na ampliação e na melhoria contínua das suas condições.

Todavia, esta modalidade é muito condicionada pelas condições atmosféricas, sendo o nevoeiro e a neve, os temporais e raios, temperaturas elevadas ou baixas as mais desafiantes (Bietolini, 2007; Gabirel, 2005; Granet, 2012; Tovar, 2010). Esta questão é importante ser refletida e tida em linha de conta por os vários atores do pedestrianismo, de forma a evitar potenciais acidentes que poderão advir de práticas mal ou pouco planeadas.

1.3. Entidades de referência

O pedestrianismo é uma atividade que tem, um pouco por todo o mundo, várias associações, clubes e organizações públicas e/ou privadas que ao lidarem direta e/ou indiretamente com essa atividade, têm como objetivo comum a sua promoção. Havendo obviamente outros objetivos mais particulares que vão desde a realização de estudos sobre esta prática; o cuidado pela manutenção dos percursos pedestres; o fornecimento de informação/interpretação variada para os praticantes (características do território e do percurso pedestre como a história e geografia; a duração; a altitude; a forma; as principais atrações e outros) e fornecimento de materiais para a realização desta prática.

Neste domínio destacam-se diversas entidades cujo âmbito de atuação é variável, consoante se trate de organizações locais, regionais, nacionais e até internacionais como, por exemplo:

– A Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), com génese em 1945, enquanto entidade que regula as atividades de pedestrianismo, é a Lei de Bases do Desporto de 2004, que lhe confere a representação nacional e internacional do pedestrianismo. Todavia, a FCMP proporciona eventos/atividades e tem a função de homologar os percursos pedestres, assim como de orientação da instalação de painéis informativos, marcação de percursos e placas indicativas.

– A *European Ramblers Association* (ERA), fundada em 1969, na Alemanha, dedica-se na criação e melhoria das condições para a prática de pedestrianismo na Europa. Esta associação integra mais de 50 organizações, de 26 países e conta com cerca de 5 milhões de membros. Apresenta informações bem organizadas na sua página *web*, com possibilidades de passeio em diversos países europeus.

– *La Fédération Française de la Randonnée Pédestre* (FFRP) é representada por 120 comités regionais e departamentos de caminhadas, que reúne 3.350 associações ou clubes locais. Desenvolveu o projeto “*Numérique*”, no qual são apresentados, por via da internet, todos os percursos homologados por essa identidade, para gerir melhor esses percursos, unificar todas as equipas, e facilitar a visita dos futuros caminhantes com o fornecimento de informações úteis. Tem conselhos e divide os percursos em várias categorias como: costeira, campo, floresta, montanha, áreas naturais protegidas, cidade, condições desafiadoras e outras.

Todavia, as mais variadas organizações, instituições e entidades que lidam com esta atividade, têm frequentemente um leque de relações com as entidades governamentais, as quais sempre têm ou deveriam ter um papel decisivo para instrução, fornecimento de informação, consciencialização de todos (praticantes, moradores, entre outros), como nota Gabriel (2005).

2. Estudo de Caso: Funchal (Ilha da Madeira)

2.1 Breve caracterização territorial

Partindo para o estudo de caso, definido no concelho do Funchal, este é um município que tem cerca de 76 km², com 10 freguesias. O Funchal, enquanto concelho e capital da Região Autónoma da Madeira (figura 1), insere-se no contexto territorial do arquipélago da Madeira e é detentor administrativo das ilhas Selvagens (Selvagem Grande, Selvagem Pequena e o Ilhéu de Fora). Este conjunto territorial, conjuntamente com os arquipélagos dos Açores, Canárias e Cabo Verde, definem a localização da região biogeográfica denominada de “Macaronésia”. Estes arquipélagos são ilhas de origem vulcânica, detentoras de paisagens heterogéneas, de uma fauna e flora singulares, sendo a mais conhecida denominada de “Floresta Laurissilva” (Quintal, 2007).



Fonte: INE (2013: 38).

Figura 1. Mapa da Região Autónoma da Madeira, com a localização do concelho do Funchal

O poder ou a capacidade atrativa do Funchal é evidente, tanto que este apresenta o maior número de habitantes da Madeira, com mais de 111 mil (censos de 2011). Igualmente, em termos turísticos, o dinamismo do Funchal é relevante, tanto que em 2012, de acordo com o INE (2013), o Funchal registou um total de 658 591 hóspedes; 3 798 355 dormidas; 6,3 noites de estada média de hóspedes estrangeiros. Destaca-se também o grande número de empresas de animação turística com sede no Funchal (92 empresas), os vários eventos de animação turística (festas, passatempos, seções fotográficas e outros), os vários percursos pedestres e patrimónios naturais/culturais.

2.2 Percursos pedestres e levadas

O Funchal é detentor de vários percursos pedestres com ou sem levadas. Atendendo à realidade local da Madeira, há outros concelhos onde a prática de pedestrianismo é maior, devido ao facto de terem percursos pedestres com maior diversidade de fauna e flora, bem como geológica. São exemplos, Calheta e Santana,

enquanto municípios com maior número de percursos pedestres e levadas (recomendados ou não pela Direção Regional de Turismo da Madeira – DRTM), bem como detentores de dois grandes percursos pedestres bastante conhecidos (Levada do Rabaçal – 25 Fontes, na Calheta, e Levada do Caldeirão Verde, em Santana).

Como refere Quintal (2005: 1), as levadas são canais de irrigação com fluxos variáveis de água, integradas como “ricas peças do património cultural da Ilha da Madeira e a expressão viva de como foi possível a intervenção humana sem criar ruturas significativas no funcionamento dos ecossistemas”. É através delas que é possível descobrir recantos de beleza singular, integradas ou não, na Floresta Laurissilva, Património Mundial da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) daí, também, a grande potencialidade da Madeira no pedestrianismo.

Em relação ao aparecimento das primeiras levadas, temos que apontar o século XV, no qual os primeiros povoadores começaram a construir vários canais de irrigação em diversos pontos da ilha, até porque no século XVI, já “era grande a fama da valentia e sabedoria dos trabalhadores madeirenses que construíam as levadas, que rasgavam as rochas duras abrindo novos caminhos para a água” (Quintal, 2007: 42). Essas levadas desde cedo tinham o objetivo de potenciar a prosperidade agrícola, trazendo água da costa norte para a costa sul, que era, e segue sendo, menos abundante em precipitação e água conservada (Quintal, 2007; Marujo, 2013).

Consequentemente é importante referir que a RAM “foi pioneira na aprovação de legislação relativa aos percursos pedestres. Com efeito, o Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M, estabelece os percursos pedonais recomendados naquela Região” (Braga, 2007: 69). Este diploma acaba por classificar todos os percursos recomendados como pequenas rotas, aprova o modelo dos painéis informativos e toda a sinalética; atribui responsabilidades pela manutenção, fiscalização e sinalização à Direção Regional de Florestas, ao Parque Natural da Madeira, às autarquias locais e às entidades gestoras de levadas, bem como criou uma comissão de acompanhamento de trabalhos (Braga, 2007).

Segundo o Guia da Madeira e do Porto Santo (editado pela Direção Regional de Turismo da Madeira, em 2012), a RAM tem mais de 20 percursos recomendados pela DRTM; dos percursos existentes no concelho do Funchal, destacam-se o PR1 – Vereda do Areeiro (Pico do Areeiro – Pico Ruivo); PR3 – Vereda do Burro (Pico do Areeiro – Ribeira das Cales); PR3.1 – Caminho Real do Monte (Ribeira das Cales – Monte); PR4 – Levada do Barreiro (Poço da Neve – Casa do Barreiro). Contudo, António Olival, um

dos técnicos do Parque Ecológico do Funchal, explicou-nos que “um dos motivos da não divulgação pelo Parque Ecológico do Funchal/CMF (Câmara Municipal do Funchal) dos percursos pedestres na sua área de gestão (PR3; PR3.1 e PR4) é porque não existem como tal (Percurso Pedestre – Infraestrutura para a prática desportiva, turística e ambiental)”, devido aos acontecimentos relacionados com as catástrofes ocorridas em 2010 (cheias e incêndios), que deturparam/destruíram o estado dos itinerários e alguma fauna e flora.

O percurso 1 – Vereda do Areeiro – é um trilho com 7 km, com duração de três horas e meia, liga os dois picos mais altos da Madeira (Pico Ruivo e Pico do Areeiro). O percurso tem levadas e é repleto de túneis, declives acentuados, grutas e paisagens singulares. É um percurso com início no Miradouro do Pico do Areeiro e fim no Pico Ruivo, que permite observar aves nidificantes como os patagarros (*Puffinus puffinus*), o tentilhão (*Fringilla coelebs madeirensis*), o bisbis (*Regulus ignicapillus madeirensis*) e da espécie endémica freira da Madeira (*Pterodroma madeira*), considerada a ave marinha mais ameaçada da Europa e é a espécie mais atrativa e protegida deste local.

Não obstante, há outros tantos percursos no Funchal que são frequentados por turistas e evidentemente por residentes com motivos variados como o lazer, trabalho (agrícola) e até por motivos religiosos, deslocando-se através deles para irem a festas e romarias religiosas (motivação primária ou secundária). Quintal (2005) identifica exemplos de alguns dos percursos que ele realizou no Funchal, que são gratuitos e públicos, destacando-se entre tantos os seguintes:

- Largo da Fonte > Largo das Babosas > Levada dos Tornos > Curral dos Romeiros > Caminho do Curral dos Romeiros > Largo das Babosas > Largo da Fonte.

- Largo da Fonte > Largo das Babosas > Caminho do Curral dos Romeiros > Ribeira de João Gomes > Levada do Bom Sucesso > Capela do Bom Sucesso.

- Casa da Ribeira das Cales > Miradouro do Pico Alto > Levada das Cales > Viveiro Florestal de Plantas > Casa da Ribeira das Cales.

- Casa da Ribeira das Cales > Miradouro Pico Alto > Levada das Cales > Arrebetão > Terreiro da Luta > Monte.

- Pico do Areeiro > Miradouro do Juncal > Miradouro do Ninho da Manta > Pico do Areeiro.

Já de acordo com a CMF, o Funchal é detentor de 5 percursos pedestres que são muito utilizados para agricultura, para lazer e desporto, tal como pelos turistas. Aqui destacam-se os seguintes percursos:

- Do Monte ao Bom Sucesso;
- Do Monte à Camacha;
- Levada dos Piornais;
- Levada do Curral e Castelejo;
- Caminho da Neve.

Destes percursos/levadas, as principais são a levada do Curral e Castelejo e a levada dos Piornais. A primeira permite ao praticante um passeio com algum risco e necessidade de atenção por o percurso encontrar-se um pouco degradado, com ausência de varandas nas bermas do percurso. A levada dos Piornais é de realização mais fácil, na qual, ao longo de cerca de um quilómetro surgem alguns precipícios. Lado a lado vivem plantas indígenas e plantas exóticas como a tabaqueira e a cana vieira.

Paralelamente, as levadas dos Piornais e Curral e Castelejo, duas das levadas mais antigas e que se mantêm como propriedade de heréus (o recurso hídrico pertence a proprietários privados), continuam a ser as principais fornecedoras de água aos espaços verdes da zona oeste. Estas levadas distribuem água em diversos locais do Funchal como o Hospício Princesa D. Amélia, vários hotéis (Hotel Cliff Bay, Hotel Pestana Casino Park, Hotel Pestana Village, Hotel Reid), cemitérios e quintas (Quinta da Bela Vista) (Quintal, 2007) – figuras 2 e 3.



Autor: Arturo Sousa

Figuras 2 e 3. Imagens da Levada do Curral e Castelejo

Os meios de divulgação destes percursos pedestres passam pela via formal, com recurso às entidades competentes e coordenadas com a Câmara Municipal do Funchal (associações recreativas, DRTM e outras) e informal por meio dos praticantes nacionais e estrangeiros que indicam a realização dos percursos para outras pessoas (familiares, amigos/conhecidos). Todavia, é de destacar a grande campanha publicitária em vários canais televisivos e não só que de 2013 para 2014 tem ocorrido e tem dinamizado o Turismo de Natureza em geral e o Turismo de Passeio Pedestre em particular.

O concelho do Funchal apresenta uma variedade alargada de empresas de animação turística que promovem e exercem a sua atividade no pedestrianismo. Embora a visita/prática dos percursos possa ser realizada gratuitamente, algumas empresas como a *Nature Meetings*, a *Madeira Harmony in Nature*, a *Madeira Blue Sun*, a *Madeira Adventure Kingdom* e a *Madeira Explorers* oferecem serviços de monitorização e de guia-intérprete dos percursos pedestres no Funchal e um pouco por toda a ilha. Algumas destas empresas não se restringem à atividade do pedestrianismo, pois valorizam outras áreas desportivas de natureza como o mergulho, asa delta e outros.

Por fim, em maio de 2014, a SRARN (Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais) estava a começar o processo de candidatura das levadas da Madeira a Património Mundial da Humanidade da UNESCO, agendada para ser entregue em 2017, por terem grande e distinta importância cultural e natural, valor estético excecional e a existência de uma grande harmonia entre o Homem e a Natureza. A eventual classificação trará mais-valias para a Madeira, de que resultará a necessidade de planeamento e gestão do turismo.

2.3 Benefícios da prática de pedestrianismo/turismo de passeio pedestre

Os benefícios da prática destas atividades passam por uma grande diversidade de opções. Estes ocorrem frequentemente em dois níveis – praticantes e territórios/comunidades. Estes usufruem de benefícios em várias categorias, como são exemplos os benefícios socioeconómicos, culturais, administrativos e outros como a saúde e a imagem dos territórios.

Incidindo nos benefícios que levam as pessoas a praticarem este desporto, estes podem ser também as grandes motivações que levam essas mesmas pessoas a fazerem esta atividade. Este desporto no concelho do Funchal, tal como em outros territórios, possibilita: obter resultados proveitosos em termos de imagem e de saúde; conhecer mais e melhor a variedade paisagística, a fauna e a flora (Floresta Laurissilva), as

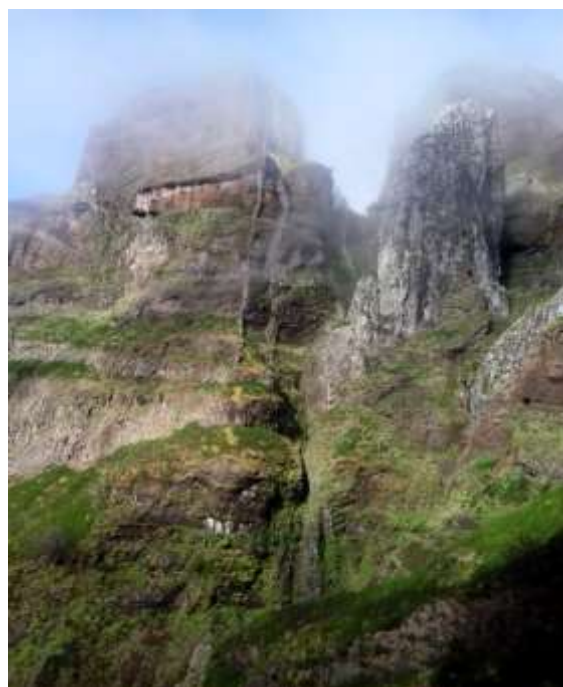
formas e singularidade dos percursos; ser factor de afirmação social/distinção social; convívio/distração/quebra da rotina/diminuição do *stress*; desenvolvimento dos laços familiares (Alençao *et al.*, 2010; Calmé, 2011; Gabriel, 2005; Sousa, 2014).

Em relação ao território em estudo e às comunidades, os benefícios passam pelo/por: fortalecimento e/ou criação de empregos variados (limpeza, empresas de animação turística, transportes, restauração, alojamentos, conservação e outros); transmitir uma boa imagem externa e interna deste concelho; contribuir para a diminuição da sazonalidade turística, pois isto é confirmado por exemplo com o Festival da Natureza (em outubro) e a Festa da Flor (em maio); reforço da identidade cultural e orgulho da população local; encoraja a manutenção/recuperação da qualidade/das condições dos percursos pedestres (Sousa, 2014).

Por último, importa referir que estes e outros benefícios que são bastante positivos para os praticantes, sejam eles turistas ou não, bem como para o território do Funchal, andam lado-a-lado com potenciais impactos negativos que podem e costumam surgir, daí a necessidade de haver a promoção de medidas que colmatem esses mesmos impactos – consciencialização dos praticantes pelo respeito que devem ter com a natureza; maior e melhor informação para a prática de pedestrianismo (incluindo aspetos de segurança, do estado do tempo, do equipamento e alimentação necessária, entre outros); maior vigilância e cuidado para não ocorrerem acidentes; cuidado integrado e se possível contínuo na manutenção da qualidade das condições dos percursos pedestres, entre outros, para evitarem alguma poluição/degradação de espécies que as vezes se encontra nalguns percursos pedestres.

2.4 Resultados de um estudo exploratório

No âmbito da investigação que conduziu à dissertação de mestrado com o título “O Turismo de Natureza no Funchal”, Sousa (2014) analisou o perfil de procura turística da natureza no Funchal, com base em inquéritos por questionário realizados no Pico do Areeiro (o ponto mais elevado do Funchal e um dos locais de maior altitude da Madeira). Este é um espaço de contemplação da natureza, com percursos pedestres e possibilidade de observação da flora e também da fauna (designadamente a freira da Madeira) nas múltiplas paisagens existentes (figuras 5 e 6). No total 105 pessoas, seleccionadas aleatoriamente, responderam ao inquérito durante o mês de junho de 2014.



Autor: Arturo Sousa

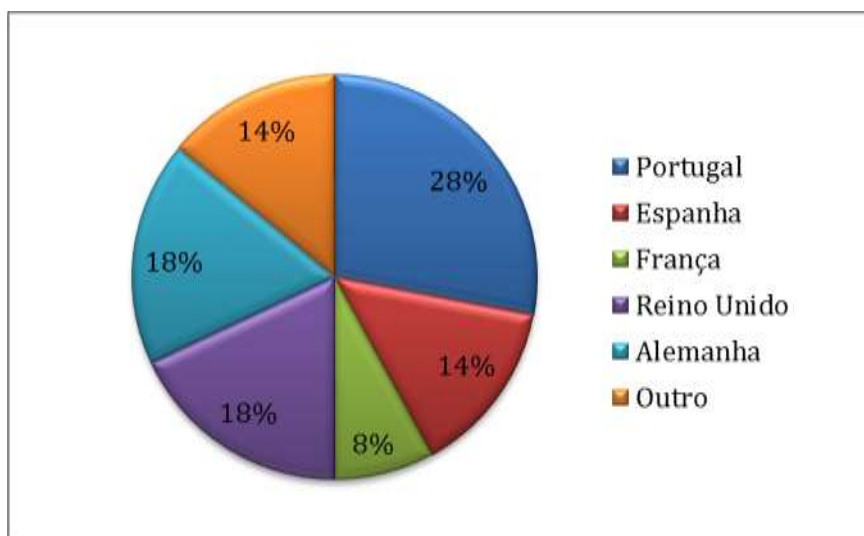
Figuras 5 e 6. Paisagens no contexto do percurso pedestre Pico do Areeiro – Pico Ruivo

Quanto à estrutura dos inquéritos, esta incidiu em 3 grupos principais – Dados Pessoais, Atividade Realizada e Outras Informações – em 5 línguas diferentes (português, espanhol, francês, inglês e alemão), com questões abertas e fechadas.

A análise dos principais resultados do inquérito revela que a média etária dos inquiridos foi de 43.2 anos, num total de 37 indivíduos do sexo feminino e 68 do sexo masculino. A idade das pessoas inquiridas foi muito diversificada, com 57% com idades compreendidas entre os 40-50 anos, o que já era de esperar, uma vez que o Pico do Areeiro é um espaço simbólico de lazer, observação e fruição da natureza, mas também de alguma da cultura madeirense com a venda de produtos regionais tanto na restauração como no comércio (Sousa, 2014).

No que concerne à proveniência geográfica dos inquiridos é de referir que ela é também bastante diversa, sendo que o país que obteve maior percentagem foi Portugal com 28%, seguindo-se Espanha com 14%, Reino Unido e Alemanha, ambos com 18% (figura 7). Das regiões destes países foram regulares e semelhantes as respostas atendendo aos vários grupos de turistas/visitantes do espaço estarem organizados,

destacando-se alguns com elevadas percentagens como, por exemplo, Lisboa, Madrid, Paris, Londres, Hamburgo, Berlim.



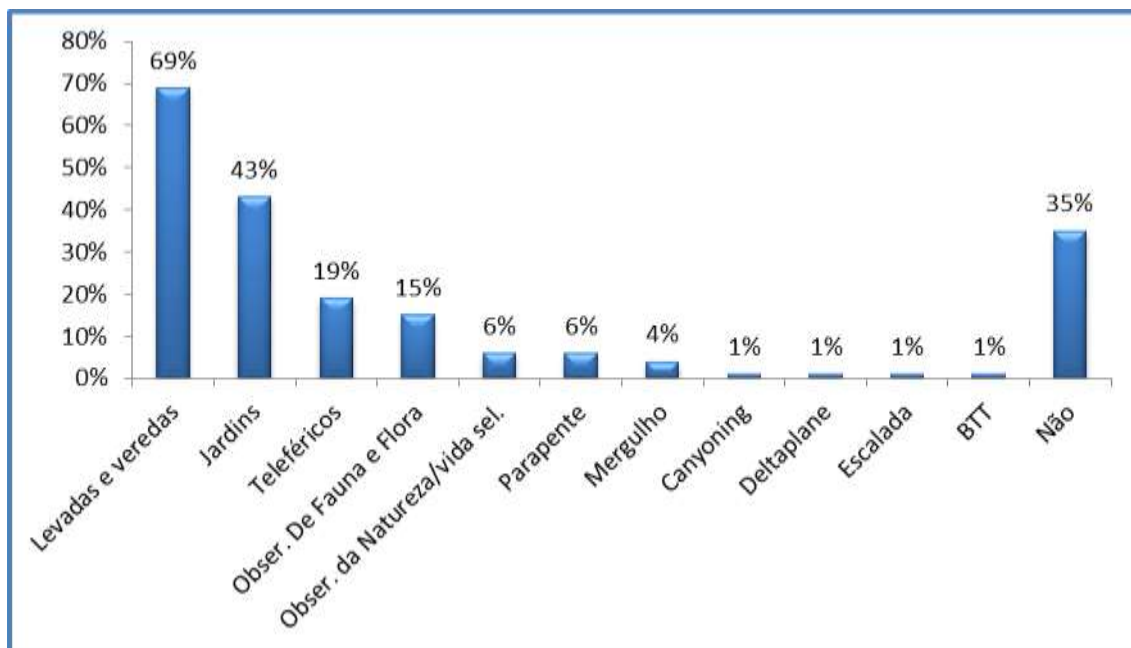
Fonte: Sousa (2014)

Figura 7. Proveniência geográfica dos inquiridos

Em relação às profissões e habilitações académicas, 12% dos inquiridos afirmaram ter um nível primário de habilitações (até o 9º ano), 40% com o nível secundário (até o 12º ano), 34% com nível de ensino superior e 14% não respondeu. Das profissões com maior percentagem destacaram-se “Comerciante” (12%) e “Administrativo” (8%); 23% dos inquiridos revelou estar desempregado/não trabalhar, bem como 12% referiu encontrar-se reformado.

Quanto aos motivos da visita ao Pico do Areeiro (para fazer o percurso pedonal para o Pico Ruivo, observar, fruir e estudar a Natureza), 40% dos inquiridos referiram o motivo “Custo/Qualidade”; quase todos eles apontaram o motivo “Lazer/Recreio” (98%). Também outros motivos foram apontados como “Beleza” (30%), a “Ave: freira (*Pterodroma madeira*)” (10%), entre outros. O grau de satisfação repartiu-se segundo as opções “Muito Satisfeito” (56%), “Satisfeito” (41%) e “Indiferente” (3%).

No que refere às atividades na natureza praticadas pelos inquiridos, estas revelaram a utilização/fruição de levadas e veredas, a visita de jardins e teleféricos, a observação da natureza/vida selvagem e a prática de alguns desportos como o parapente, a escalada e o mergulho (figura 8).



Fonte: Sousa (2014)

Figura 8. Atividades na natureza praticadas no Funchal pelos inquiridos

Estas atividades decorreram em vários locais da ilha para 44% dos inquiridos, destacando-se o Funchal. Os motivos foram também diversos, como as férias com 49%, o convívio com 43%, descanso e exercício físico, ambos com 13%.

No alojamento, 42% dos inquiridos disseram que não estavam alojados no Funchal, 10% não respondeu, e dos 48% que responderam de forma positiva, indicaram vários alojamentos destacando-se as mais comuns – “casa de amigos” (10%), “Pensão Residencial Mirasol” (8%) e “The Wine Hotel” (8%).

Finalmente é de referir que todos os inquiridos manifestaram o gosto pela componente verde do Funchal e da Madeira, bem como reconhecem o facto de merecer o prestígio que tem.

3. Conclusão

Na presente reflexão procurou-se analisar diversos aspetos que se prendem com o Turismo de Passeio Pedestre. Este, definido como um lazer ativo, desporto de

natureza, produto turístico atual e até de nicho, é uma forma de deslocação num tempo livre, fora do local de residência, durante pelo menos 24 horas, que tem nos percursos pedestres/pedestrianismo a sua principal atividade/suporte e motivação.

O Turismo de Passeio Pedestre pode ser estudado segundo duas grandes referências que são os seus praticantes e igualmente as instituições/territórios/grupos públicos e/ou privados que possuem, promovem, preservam e gerem os percursos pedestres. Serão estes dois domínios que terão um conjunto de regras ou boas práticas para que a atividade em causa decorra sobretudo de forma sustentável/correta/organizada.

O pedestrianismo, como prática organizada desde o século XIX, tem ganho cada vez mais adeptos de várias formas – praticantes; associações e clubes; organizações internacionais; investidores públicos e/ou privados. Adeptos esses que encontram-se em várias escalas geográficas, onde há países com maior tradição de pedestrianismo que Portugal.

Relativamente ao estudo de caso, o Funchal demonstra ter boas capacidades atrativas para o turismo em geral e para o Turismo de Passeio Pedestre, em particular. Com vários percursos pedestres, que podem incluir levadas, o Funchal destaca-se por possuir a Floresta Laurissilva que pode ser interpretada (a par de outros aspetos locais) por guias intérpretes/de montanha de empresas de animação turística.

Dos percursos pedestres mais conhecidos e valorizados do Funchal, destacaram-se a Vereda do Areeiro, que liga os pontos mais altos da Madeira, bem como as levadas do Curral e Castelejo e dos Piornais. Estes e outros percursos possibilitam um conjunto de benefícios, tal como acontece em outros territórios, tanto da ilha como no mundo, enquadrados em várias categorias como foram exemplificados – socioeconómicos; culturais; administrativos, promoção da saúde e bem-estar dos praticantes e imagem dos territórios. A gestão dos benefícios e dos impactos menos positivos que podem ocorrer, será fundamental para melhorar a experiência turística e salvaguardar ao mesmo tempo o território e a sua comunidade. Esta gestão será ainda mais urgente aquando da candidatura das levadas a Património Mundial da UNESCO.

Dos principais resultados dos inquéritos realizados aos turistas no Pico do Areeiro (junho de 2014), destaca-se o facto da prática de pedestrianismo, no concelho do Funchal, por parte dos turistas, ser primária (onde o pedestrianismo é a principal motivação) ou secundária (onde o motivo principal da deslocação foi outro, mas igualmente realizaram percurso(s)). Mais de 70% (exatamente 72%) dos inquiridos

eram estrangeiros (com nacionalidades variadas); 88,6% tinham idades compreendidas nas faixas etárias dos 20 aos 50 anos; as profissões e habilitações académicas foram muito diversificadas; as atividades realizadas na natureza incidiram nas levadas e veredas (69%); cerca de metade da amostra (48%) ficou alojada no Funchal, bem como todos os inquiridos manifestaram o gosto pela componente verde do Funchal e da Ilha da Madeira, reconhecendo-lhes a fama que tem.

Referências bibliográficas

Alencão, A. et al. (2010). *Pedestrianismo – Uma abordagem multidisciplinar: ambiente, aptidão física e saúde*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Barbosa, A. (2000). *Guia Turismo Natureza*. Câmara Municipal de Portel.

Bietolini, A. (2007). *Trekking*. Firenze, Giunti Editore.

Kouchner, F. e Lyard, J. (coord.) (2001). *A valorização do turismo de passeio pedestre nos territórios rurais - Guia pedagógico sobre a elaboração e execução de um projecto de passeio pedestre*. Caderno nº 12 – Observatório Europeu LEADER. Documento online, disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/walking/walking.pdf> [consultado em: 3/11/2014].

Braga, T. (2007) – *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*. Associação Ecológica Amigos dos Açores, Pico da Pedra (Açores).

Calmé, R. (2011) – *Randonnée – S’initier et Progresser*. Éditions Amphora, Hendaïe – França.

Carvalho, P. (2011). “Pedestrianismo e percursos pedestres”. *Cadernos de Geografia*, nº 28/29 (2009/2010), pp. 193-204.

Gabriel, R., E. (2005). *Pedestrianismo e Promoção da Saúde – Estudo de percursos pedestres na região do Douro Património Mundial*. Vila Real Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Granet, A. (2012). *L’itinérance récréative: un levier de développement et d’aménagement pour les territoires montagnards – Le cas du département des Alpes de Haute-Provence*. Tese de Mestrado da Universidade de Paris 1 – Pantheon Sorbonne.

INE (2013). *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira de 2012*. Funchal: Direção Regional de Estatística da Madeira. Documento online, disponível em: http://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=209600833&PUBLICACOESmodo=2 [consultado em: 29/3/2014].

Marujo, N. (2013). “O desenvolvimento do Turismo na Ilha da Madeira”. *Revista TURyDES*, vol. 6, nº 15, 2013. Documento online, disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/15/ilha-madeira-turismo.html> [consultado em: 25/4/2014]

Quintal, R. (2005). *Madeira – The discovery of the island by car and on foot*. Funchal, Associação dos amigos do parque ecológico do funchal.

Quintal, R. (2007). *Estudo Fitogeográfico dos Jardins e Parques e Quintas do Concelho do Funchal*. Tese de Doutoramento apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Documento *online*, disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/581> [consultado em: 24/4/2014].

Santos, C. e Cabral, M. (2005). *Manual para o investidor em Turismo de Natureza*. Bansafrim, VICENTINA – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.

Sousa, A. (2014). *O Turismo de Natureza no Funchal*. Tese de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

THR (2006). *10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Turismo de Natureza*. Turismo de Portugal. Lisboa. Documento *online*, disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/Turismo%20de%20Natureza.pdf> [26/3/2014].

Tovar, Z. (2010). *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal*. Tese de Mestrado em Gestão de Destinos Turísticos, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Websites consultados

Câmara Municipal do Funchal: <http://www.cm-funchal.pt/> [consultado em: 22/2/2014];

Clube de Aventura da Madeira: <http://www.camadeira.com/> [consultado em: 25/5/2014];

Clube de Montanha do Funchal: <http://cmofunchal.org/> [consultado em: 12/5/2014];

European Ramblers Association: <http://www.era-ewv-ferp.com/> [consultado em: 21/2/2014];

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal: <http://www.fcmportugal.com/> [consultado em: 1/11/2014];

Fédération Française de la Randonnée Pédestre: <http://www.ffrandonnee.fr/> [consultado em: 15/2/2014];

Madeira Adventure Kingdom: <http://www.madeira-adventure-kingdom.com/pt/> [consultado em: 2/11/2014];

Madeira Blue Sun: <http://www.madeirabluesun.com/> [consultado em: 2/11/2014];

Madeira Explorers: <http://www.madeira-levada-walks.com/portugal/about-us.html> [consultado em: 2/11/2014];

Madeira Harmony in Nature: <http://www.madeira-harmonyinnature.com/> [consultado em: 29/5/2014];

Nature Meetings: <http://naturemeetings.com/> [consultado em: 30/5/2014];

Parque Natural da Madeira: <http://www.pnm.pt/> [consultado em: 4/4/2014];

UNESCO – *World Heritage List*: <http://whc.unesco.org/en/list/> [consultado em: 24/2/2014].

LAZER NA NATUREZA: O EXEMPLO DO CLUBE DE ATIVIDADES DE AR LIVRE

Luiz Alves

Bruna Cordeiro

Paulo Carvalho

Resumo

Os territórios rurais na atualidade são palco de novas dimensões funcionais e representações (estética, lúdica e edílica) nas quais o lazer assume um papel muito importante.

No contexto da organização e promoção de atividades de lazer existe, em Portugal, uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como organização não-governamental de ambiente, que conta já com 29 anos de atividade: o Clube de Atividades de Ar Livre (CAAL).

A partir do registo disponível na página web do CAAL, foi possível recolher, tratar e analisar um conjunto de informação a respeito das atividades realizadas, através de variáveis como o número, a repartição temporal, a tipologia, e a distribuição espacial das iniciativas concretizadas por este Clube em Portugal e no estrangeiro.

Palavras-chave: Lazer. Natureza. Clube de Atividades de Ar Livre.

Abstract

Rural areas today are stage of new functional dimensions and representations (aesthetic, playful and lighthouse began construction) in which leisure plays an important role.

In the context of the organization and promoting leisure activities exist in Portugal, a non-profit association, recognized as environmental nongovernmental organization which already has 29 years of activity: the Clube de Atividades de Ar Livre (CAAL)/Outdoor Activities Club.

From the registry available on the webpage of the CAAL, it was possible to collect, process and analyze a set of information about the activities carried out by such variables as the number, temporal distribution, typology, and the spatial distribution of the initiatives implemented by this Club in Portugal and abroad.

Keywords: Leisure. Nature. Clube de Atividades de Ar Livre.

1. Lazer e turismo: quadro conceptual

O lazer e o turismo (e as suas múltiplas derivações e aplicações) enquanto temáticas de investigação têm, ao longo de várias décadas, captado a atenção e interesse de inúmeros investigadores provenientes de vários ramos académicos (Turismo, Geografia, Economia, História, Sociologia, entre outros), concebendo diversas linhas de pensamento e abordagem sobre estas temáticas, de acordo com a formação de base e os interesses de investigação de cada um.

Com efeito, “o lazer, enquanto tema de investigação, atravessa um período de renovado interesse depois de, já nos primeiros anos das décadas de setenta e, em especial, de oitenta do século XX, haver suscitado numerosos e diversificados estudos” (Martins, 2004: 13).

Na mesma linha de pensamento, Carvalho (2009: 163) considera que “o lazer e os seus diversos modos de utilização, associados aos territórios rurais, destacam-se nas últimas décadas como novos temas que chama a atenção dos estudiosos, dos planeadores e dos promotores do desenvolvimento. Traduzem novos padrões de comportamento e consumo das sociedades pós-modernas”.

É evidente que o crescente número de praticantes das múltiplas vertentes do lazer e do turismo concede-lhes uma importância acrescida no seio das sociedades contemporâneas, de base terciária, e com especial impacto sobre os territórios e a dinâmica dos mesmos. Assim, “o tempo livre, o lazer e o turismo são, nesta sociedade terciarizada em que vivemos, conceitos centrais, que têm vindo a merecer um olhar atento por parte dos agentes económicos, sociais e políticos. Tal facto deve-se, essencialmente, ao crescente número de actividades que se desenvolvem em seu torno e à influência que exercem, nas comunidades locais e na organização e consumo de espaço, onde ocorrem” (Pinto, 2004: 17).

Para Dumazedier (1979: 19), “o lazer é um conjunto de ocupações a que o indivíduo se pode entregar de livre vontade, quer para repousar, quer para se divertir, quer para desenvolver a sua informação ou a sua formação desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora depois de se ter liberto das obrigações profissionais, familiares e sociais”

O estabelecimento de distinção clara entre turismo e lazer, como uma definição balizada, torna-se relativamente complexa, fruto dos múltiplos pontos em comum, da

complexidade dos fenómenos, da diversidade dos fluxos, da multiplicidade dos utilizadores. De facto, “leisure, recreation and tourism are closely interrelated, and at times are used in the literature almost interchangeably (...). Leisure is a complicated concept, and can be envisaged as both a state of mind as a form of activity, or as both a subject and a descriptor. As a state of mind it implies freedom from obligations, and leisure time is that time which was no claims to it. Recreation is normally thought of as activity (or deliberate inactivity) that is voluntary and which is engaged in for the purposes of enjoyment and satisfaction during time which is free obligations, i.e., during leisure time. It can be engaged in at any location, including the home. Tourism, on the other hand, whatever definition is used, implies travel from home, and frequently implies a time involvement of at least 24 hours.

In many cases, however, the specific activities which are engaged in during leisure, recreation and tourism are identical, the key differences generally being the setting or location of activities, the duration of time involved, and, in some cases, the attitudes, motivations and perception of the participants” (Butler, Hall & Jenkins, 1998, citados por Carvalho, 2009: 163).

Por sua vez, Martins (2004: 18) considera que a “diferenciação entre turismo e lazer deverá residir, no entanto, no plano temporal, já que são tradicionalmente referenciáveis, ao longo do ano, períodos em que têm lugar deslocamentos e estadias fora da residência habitual. Essa será uma das principais vertentes de distinção no domínio geográfico, ainda que continue sujeita a alterações que dificultam uma clara diferenciação entre os períodos de lazer anuais e os restantes períodos”.

Para Santos (1998, citado por Pinto, 2004: 52), o termo lazer e os termos entrosados (ócio e recreação) e a expressão tempo livre, embora tenha, numa análise particular, valores simbólicos e significados distinguíveis, são, vocábulos que, “na sua diversidade, têm subjacente uma realidade comum: entrecruzamento de um tempo de não trabalho (ocupação em atividades exteriores ao foro laboral, familiar...) e do espaço da sua aplicação (casa, ar livre, praia, montanha, termas, equipamentos desportivos, equipamentos culturais)”.

A complexidade para alcançar com rigor uma definição para o conceito de lazer torna-se ainda maior pelo facto de “nos últimos anos as fronteiras entre os diferentes elementos do lazer tornaram-se pouco expressivas (esbateram-se), em particular as diferenças entre recreação e turismo”, uma vez que “(...) changes in the economic and social fabric of society have meant that once traditional timing, setting and patterns of

work and leisure activities have often become indistinguishable (Butler, Hall e Jenkins, 1998, citados por Carvalho, 2009: 163).

A dificuldade para a definição de uma denominação uniforme das atividades apresentadas pelo lazer denota-se, de forma evidente, pela multiplicidade de designações, dependendo a classificação da perspectiva de quem as aplica. Assim, de acordo com Silva (2010: 14), “turismo activo, turismo de aventura ou turismo de natureza (...) passando por desporto de aventura, desporto de natureza ou actividades físicas de aventura de natureza”, são algumas das várias designações encontradas, sendo esta diversidade fruto dos “interesses das diversas organizações e os vários contextos em que as respectivas actividades se desenvolvem” (Carvalhinho, 2008, citado por Silva, 2010: 14).

2. O rural e a natureza nas novas práticas de lazer e turismo em Portugal

As alterações verificadas no acesso ao lazer, em Portugal, podem ser explicadas por vários factores endógenos e exógenos. Relativamente aos factores endógenos, os de maior relevo, consubstanciam-se pelo “aumento do rendimento familiar em resultado de duas componentes fundamentais: a melhoria da valorização do trabalho e a entrada da mulher no mercado laboral. Acresce a valorização diferenciada do tempo livre, que decorre tanto do aumento de produtividade como das diferentes possibilidades de utilização do tempo livre, com ganhos de importância quer no quotidiano quer ao longo do ano; a formalização de um novo modelo familiar, caracterizado essencialmente pela diminuição do número de filhos que, entre outras possibilidades, facilita a mobilidade das famílias; o aumento da esperança média de vida, que contribui para dilatar, após a reforma, os períodos em que existe uma grande disponibilidade de tempo e, dependendo dos grupos, capacidade financeira suficiente ou desempenhos físicos elevados; o aumento da mobilidade, que decorre das melhorias verificadas ao nível dos transportes, dos rendimentos – que sustenta os aumentos nas taxas de motorização – e da rede viária. Entre os factores exógenos, é possível individualizar o recente progresso de integração europeia, um mais profundo conhecimento do exterior, o aumento das viagens de negócios e científicos ou, novamente, a evolução dos meios de transporte internacionais, com particular destaque para o avião” (Martins, 2004: 15).

O próprio crescimento do fenómeno turístico está diretamente relacionado com o aumento expressivo que o lazer tem assumido, como forma de ocupação do tempo livre da sociedade contemporânea.

Concomitantemente, o meio rural português tem registado uma nova utilização do espaço onde outrora a agricultura se impunha como atividade principal, oferecendo aos seus utilizadores uma função muito mais associada ao lazer e ao turismo, potenciando os recursos existentes para atrair uma população carente de estímulos que lhe permitam libertar-se de um quotidiano urbano e repetitivo e propensa a uma certa nostalgia da natureza e do retorno ao passado (Alves e Carvalho, 2014).

“Estas utilizações foram-se democratizando progressivamente, tendo o lazer em meio rural passado a abranger um leque mais vasto da população, incluindo os próprios habitantes do meio rural, agora empregados sobretudo nas áreas dos serviços. Entre os novos usos salientam-se os passeios em todo o terreno; o turismo cultural em geral, que inclui o consumo de bens patrimoniais (desde o património edificado ao gastronómico, passando pelo artesanal e outros); a utilização dos cursos de água e albufeiras como praias fluviais e como locais de realização de desportos náuticos; e as actividades mais tradicionais, como o termalismo, a caça e a pesca” (Almeida, 2007: 296).

Com efeito, os ambientes rurais e de montanha são hoje territórios muito utilizados para a prática de atividades de lazer ativo ou de aventura, relacionados com a água, com o ar ou com a terra, capacitando a atração de um dos segmentos do turismo em crescimento em todo o mundo, o turismo ativo e de natureza cujo seu expoente máximo é traduzido pela relação entre atividades (turismo e/ou lazer) e natureza.

Esta modalidade pode ser analisada a partir de dois prismas correspondendo cada um deles a dois subtipos de mercados: um de natureza *soft*, outro de natureza *hard*. Na primeira vertente (quadro 1) podemos considerar atividades de ar livre de baixa intensidade: percursos pedestres (consoante o nível de dificuldade e de exigência técnica), excursões, observação de fauna e flora, *geocaching*, BTT (com a mesma condicionante dos percursos pedestres), todo-o-terreno turístico, canoagem, orientação, entre outros. Segundo a AEP (2008) a modalidade de atividades *soft* representará cerca de 80% do total de viagens de natureza.

Por outro lado, nas experiências de natureza *hard*, podem ser consideradas atividades com maior nível de exigência física, com alguma complexidade técnica como sejam: *rafting*, *kayaking*, *hiking*, *climbing*, parapente ou paramotor, *downhill*, alpinismo, *trekking*, escalada, *heli-ski* ou *heli-hike*, escalada, canoagem, *canyoning*, *rafting*, entre outras (quadro 1). Ainda neste segundo grupo podem ser consideradas outras atividades que requerem um elevado grau de concentração ou de conhecimento, como o

birdwatching, por exemplo. De acordo com a AEP (2008) a modalidade de atividades *hard* representa cerca de 20% do total das viagens de natureza.

A motivação principal da prática deste tipo de atividades de lazer reside, essencialmente, na vivência de experiências de grande valor simbólico, interação e usufruto da natureza, convívio, relaxamento e fuga à rotina.

Quadro 1. Principais desportos e atividades de animação na natureza

T e r r e s t r e s	Atividades com cordas	A q u á t i c a s	<i>Bodyboard</i>
	BTT e Cicloturismo		Canoagem
	<i>Canyoning</i>		<i>Hidrospeed</i>
	Escalada		<i>Kitesurf</i>
	Espeleologia e Espeleísmo		Mergulho
	Esqui e <i>Snowboard</i>		<i>Rafting</i>
	Golfe		Remo
	Hipismo e passeios a cavalo		<i>Skimming</i>
	Jogos tradicionais		<i>Surf</i>
	Montanhismo		Vela
	Multiatividades	A é r e a s	<i>Wakeboard</i> e Esqui Náutico
	Observação de fauna e flora		<i>Windsurf</i>
	Orientação e corridas de aventura		Asa delta
	<i>Paintball</i>		Baloismo
	Pedestrianismo		Parapente
	Tiro com arco		Pára-quedismo e Voo livre
	Todo-o-terreno, Moto 4 e <i>Kartcross</i>		Ultraleve
	<i>Geocaching</i>		

Fonte: Adaptado de Silva (2010:17)

3. Clube de Atividades de Ar Livre (CAAL): da génese, objetivos e estrutura, às atividades realizadas

3.1 Origem, desígnio e organização

Fundado em 1985⁴, o Clube de Atividade de Ar Livre (CAAL) é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como organização não governamental de ambiente, que tem por finalidade a promoção de atividades na natureza, nomeadamente no âmbito do

⁴ A origem do CAAL remonta a setembro de 1985, tendo iniciado as suas atividades logo no mês seguinte. No entanto, o seu registo oficial por escritura pública só viria a ocorrer a 3 de abril de 1986.

montanhismo e do pedestrianismo, valorizando a componente cultural de divulgação do património natural e monumental e incentivando, numa atitude ambientalista, a defesa e preservação desse património, segundo o seu código de conduta (aprovado em 2007). Com mais de 2000 sócios registados, o CAAL desenvolve atividades no domínio do pedestrianismo, da orientação, da escalada e do alpinismo, com grande ênfase na formação dos seus sócios em todas estas áreas, e tendo até hoje estado presente em 28 países de 4 continentes.

Para além das modalidades dominantes (pedestrianismo e montanhismo), a prática de orientação e de escalada tem tido um desenvolvimento crescente. Ao longo dos anos, o CAAL tem concedido aos seus sócios a oportunidade de experimentarem, de igual modo, outras modalidades, como: cicloturismo e BTT, canoagem, vela e espeleologia.

Para contemplar a especificidade de cada modalidade, existem grupos de dinamização dedicados às principais modalidades que, de uma forma autónoma e mais célere, se dedicam às suas atividades favoritas:

- Grupo de Dinamização de Atividades de Escalada (GDAE), criado em 1997, realiza regularmente atividades no âmbito da escalada, sendo o ponto de encontro dos escaladores do CAAL. Promove e divulga a modalidade, enquadrando tecnicamente os seus adeptos, e efetuando ações de formação, que já contaram com cerca de três centenas de praticantes nos últimos onze anos. Promove a representação do CAAL nos encontros e competições da modalidade, e organiza grandes atividades de divulgação/captação destinadas a todos os sócios do Clube.

- Grupo de Dinamização de Atividades de Montanha (GDAMO), criado em 2002, realiza atividades de montanha caracterizadas por serem delineadas, antecipadamente e durante a sua realização, por todos os que nelas participam. Estas atividades requerem alguma preparação física e técnica para a prática de montanhismo (variável, em função das características de cada atividade), e a comparência dos interessados nas reuniões preparatórias. Este grupo conta com mais de 50 membros.

- Grupo de Dinamização de Atividades de Orientação (GDAO), criado em 1997, efetua regularmente passeios e marchas de montanha, caracterizados por não terem sido previamente reconhecidos. Estas atividades requerem alguns conhecimentos de orientação e a participação dos interessados nas reuniões preparatórias. Organiza também formação e atividades lúdicas e de divulgação na área da orientação, destinadas

a todos os sócios do CAAL, e promove a representação do Clube nos encontros e competições da modalidade.

O CAAL conta no seu currículo com um vasto número de atividades emblemáticas, e tem proporcionado aos seus associados viagens até aos locais mais remotos do Continente, Açores e Madeira, e a territórios tão díspares como sejam: Picos da Europa, Serra de Guadarrama e Serra Nevada (Espanha), Pirinéus (Espanha e França), Monte Branco (França e Itália), Yosemite e Grande Canyon (Estados Unidos da América), Lake District e Peak District (Inglaterra), Kilimanjaro (Quênia e Tanzânia), e ainda diversos locais em Marrocos, Roménia ou Polónia.

A participação nas atividades está aberta a não sócios, numa perspetiva de experimentação, com vista a integração futura no regime de associado.

Além das atividades inscritas no calendário anual, o CAAL promove: ações de formação; ações de informação e de demonstração sobre questões técnicas e ambientais; participação em atividades promovidas por outras entidades.

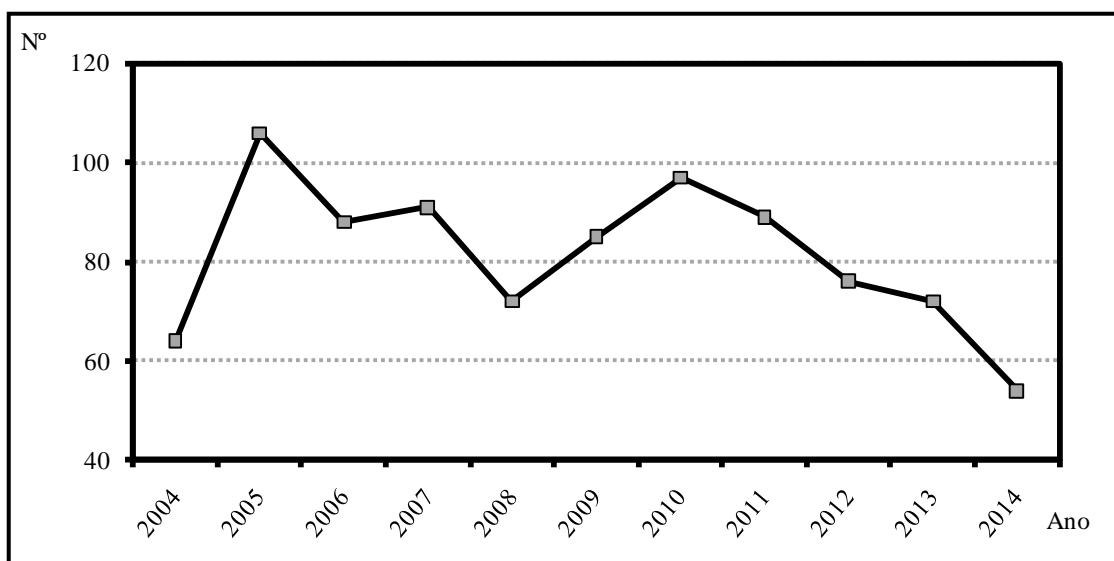
O CAAL, desde a sua constituição, é membro da ERA (*European Ramblers Association*), a Federação Europeia que promove a marcação de Percursos Pedestres de Grande Rota (GR), transnacionais e nacionais. O CAAL, sendo um dos pioneiros, procura participar neste movimento e dinamizou a marcação de Percursos Pedestres de Pequena Rota (PR) e Grande Rota (GR), em colaboração com outras entidades. O CAAL é, ainda, Membro Observador da UIAA (União Internacional das Associações de Alpinismo), a Federação Internacional que representa a Montanha, a Escalada e o Alpinismo.

A nível nacional, o CAAL é membro da FPME (Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada) e da FPO (Federação Portuguesa de Orientação).

3.2 Atividades concretizadas em 2004-2014

A multiplicidade e a quantidade de atividades desenvolvidas, a dinâmica instituída pelo Clube de Atividades de Ar Livre em Portugal e no estrangeiro, a sua representação e integração em diversas entidades de escala nacional e de âmbito internacional, a capacidade associativa que predomina no espírito do CAAL, bem representada no efetivo total de sócios que integram a associação, a forte componente organizacional das atividades realizadas, bem como os seus 29 anos de existência e experiência(s); concedem ao Clube de Atividade de Ar Livre um lugar de destaque no seio das entidades promotoras de atividades de lazer em Portugal e no estrangeiro.

No período que decorre entre janeiro de 2004 e agosto de 2014, o Clube de Atividade de Ar Livre realizou um total de 894 atividades, variando entre 106 atividades (confirmar este valor) realizadas em 2005 e as 54 em 2014⁵ (embora os dados apresentados sejam apenas referentes até ao mês de agosto), representando uma média anual de 81,3 atividades promovidas por ano, nos últimos 11 anos de funcionamento da associação^{6,7} (figura 1).



Elaboração própria com base em dados do CAAL

Figura 1. Número de atividades realizadas pelo Clube de Atividades de Ar Livre, entre janeiro de 2004 e agosto de 2014.

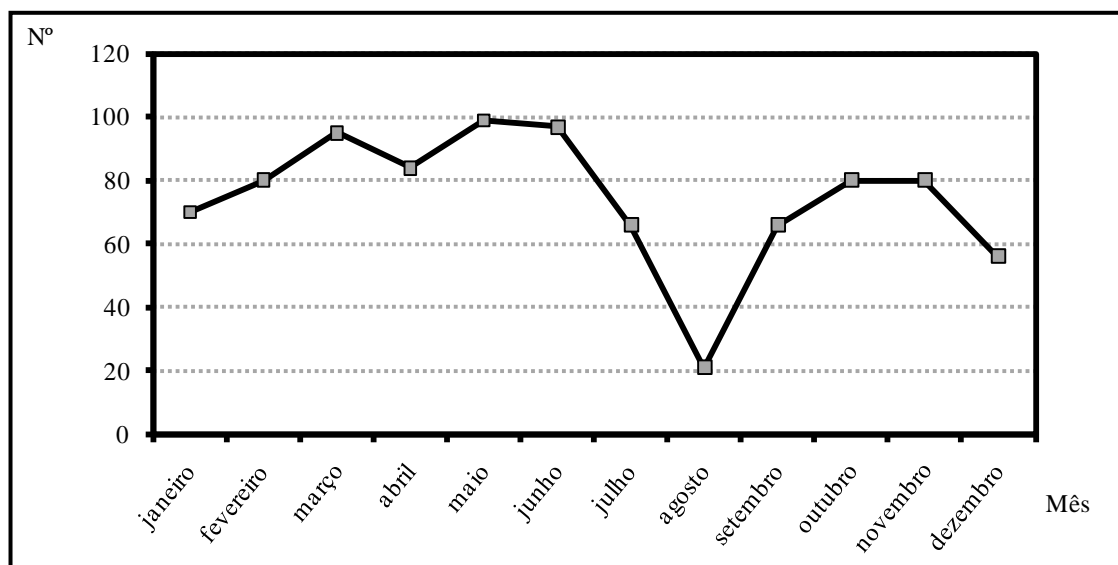
Analisando a distribuição mensal do número de atividades desenvolvidas pela associação (figura 2), podemos aferir que os meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, outubro e novembro são os mais relevantes, com valores a variar entre as 80 e as 90 atividades concretizadas. No total, estes setes meses registaram um total de 615 atividades realizadas entre 2004 e 2014, correspondendo a cerca de 69,8% do total. Ao invés, o mês de agosto é aquele que regista menor número de atividades realizadas (21), o que poderá estar relacionado com o normal período de férias de muitas famílias em

⁵ A análise dos dados para o ano de 2014 encontra-se incompleta, existindo apenas até ao mês de agosto, data em que este artigo foi redigido.

⁶ Os dados apresentados neste artigo foram recolhidos a partir das informações existentes no site do Clube de Atividades de Ar Livre, em <http://clubearlivre.org/> (acesso em setembro de 2014).

⁷ Na recolha de dados sobre as várias atividades existentes, algumas não foram contabilizadas, uma vez que, em informação adicional nelas contidas, havia referência ao cancelamento das mesmas.

Portugal, coincidindo de igual modo com as atividades de maior duração e em destinos mais longínquos promovidos pelo Clube de Atividades de Ar Livre.



Elaboração própria com base em dados do CAAL

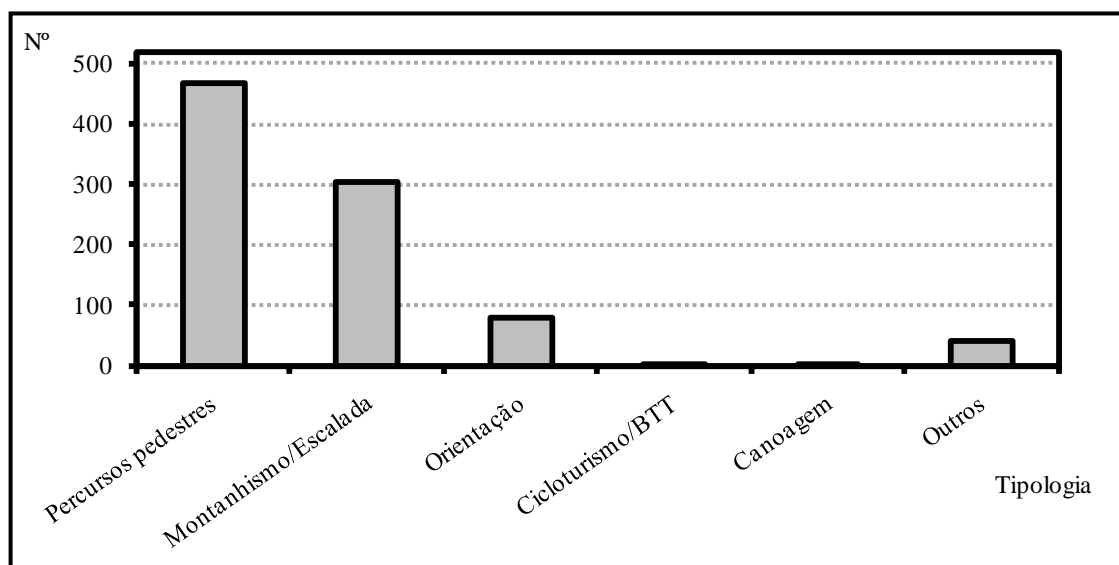
Figura 2. Número de atividades realizadas pelo Clube de Atividades de Ar Livre, com totais mensais, entre janeiro de 2004 e agosto de 2014.

Em relação à distribuição do número de atividades por tipologia foi possível destringir seis tipologias distintas, sendo que optamos por considerar pertinente agrupar algumas, de forma a ganharem escala de análise, do seguinte modo: percursos pedestres (e interpretativos), montanhismo/escalada⁸, orientação, cicloturismo/BTT, canoagem, outros⁹. Assim, das seis tipologias identificadas destacam-se, em número de atividades desenvolvidas, de forma destacada, os percursos pedestres, com um total de 468 atividades realizadas (representando mais de 52,3% do total de atividades promovidas entre 2004 e 2014). Por outro lado, as atividades de montanhismo e escalda registaram

⁸ As atividades de alpinismo, por não constarem em nenhuma categoria, e devido ao reduzido número de iniciativas realizadas nesta categoria, foram agrupadas na categoria “montanhismo/escalada”.

⁹ Durante a recolha e análise dos dados constatou-se que algumas atividades não se enquadravam nas categorias existentes, o que conduziu à criação de uma nova categoria, a categoria “Outros”. Esta inclui as seguintes actividades: Aniversário do Clube (que contam com várias actividades), actividades surpresa, actividades culturais, “Plantação de Carvalhos na Serra da Estrela”, “Burricadas”, “Reviver 10 anos do GDAO”, reuniões, “Festival Islâmico de Mértola”, “Viagem Transiberiano”, sessões Auto – Resgate, multiatividades, “Concerto de comemoração dos 25 anos do CAAL”, workshops, “Curso de Iniciação de Prova de Vinhos”, observação de golfinhos, entre outros.

um quantitativo de 303 ações, o correspondente a cerca de 33,9% do total de atividades realizadas no período em análise. As restantes quatro tipologias congregam, por ordem decrescente, 79 atividades de orientação (8,8% do total), 39 atividades correspondente à tipologia outros, três de cicloturismo/BTT e duas atividades de canoagem (figura 3). No total, estas quatro tipologias, perfazem 132 atividades (correspondendo a cerca de 13,8% do total de atividades realizadas, entre 2004 e 2014).



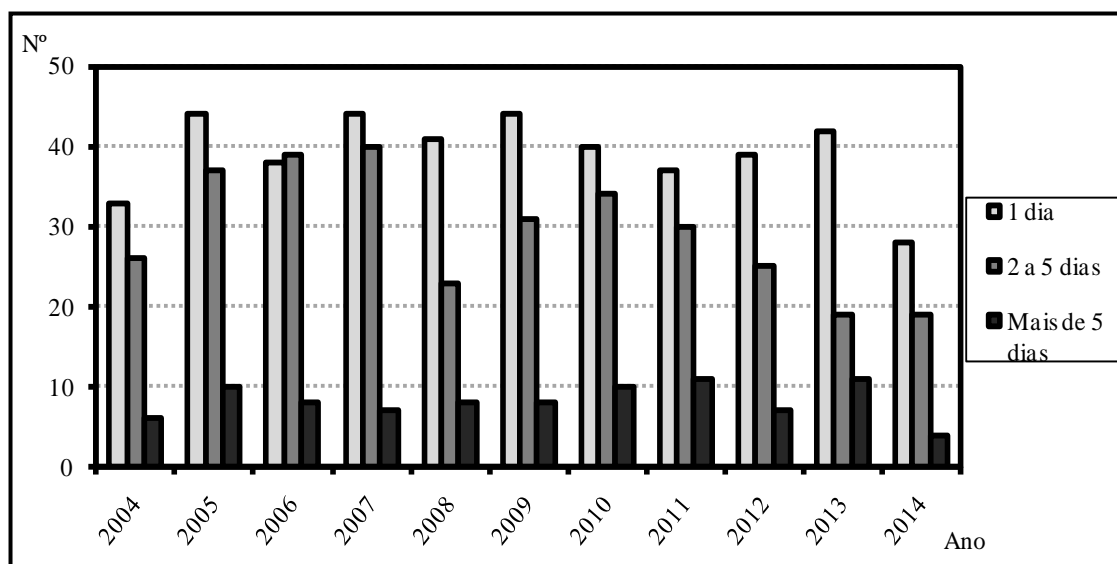
Elaboração própria com base em dados do CAAL

Figura 3. Número de atividades realizadas pelo Clube de Atividades de Ar Livre, por tipologia, entre janeiro de 2004 e agosto de 2014.

Numa outra vertente, a análise à duração média (número de dias) das atividades¹⁰ revela que 430 atividades tiveram a duração de um dia, representando 51% do total de atividades concretizadas entre 2004 e 2014, denotando um peso considerável do número de atividades que, à partida, não necessitaram de alojamento, enquadrando-se em atividades de lazer. Por outro, os restantes 49% de atividades realizadas, tiveram uma duração média entre 2 e 5 dias (38,3%) ou mais de 5 dias (10,7%), correspondendo a 323 e 90 atividades, respectivamente. Nestes dois últimos casos, embora os dados

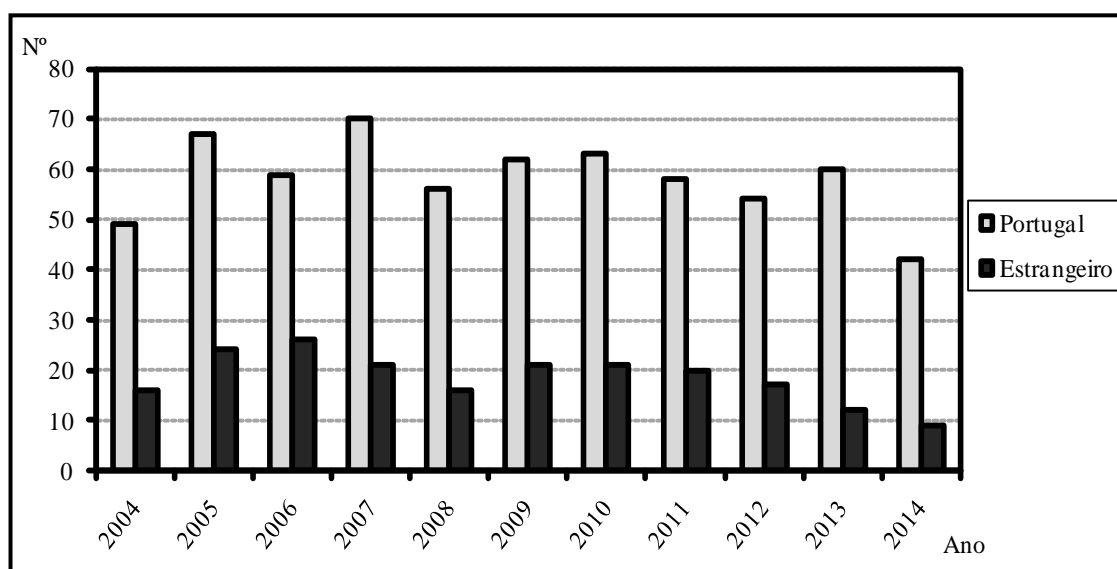
¹⁰ Na recolha de dados foi considerado que, na duração de cada atividade (1 dia, 2 a 5 dias ou mais de 5 dias), seriam apenas contabilizadas as atividades principais, ou seja, num dia podem ocorrer várias atividades diferentes, ou em vários dias ocorrer apenas uma, contudo a localização desta, independentemente da duração, foi apenas considerado o ponto inicial (NUTS III) o que resultou numa diferença no total de número de atividades (894 no tipo de atividades e 843 na localização das mesmas).

disponíveis não nos permitam afirmar de forma inequívoca, a probabilidade de recurso a alojamento aumenta significativamente, sobretudo nas atividades com duração superior a 5 dias (figura 4).



Elaboração própria com base em dados do CAAL

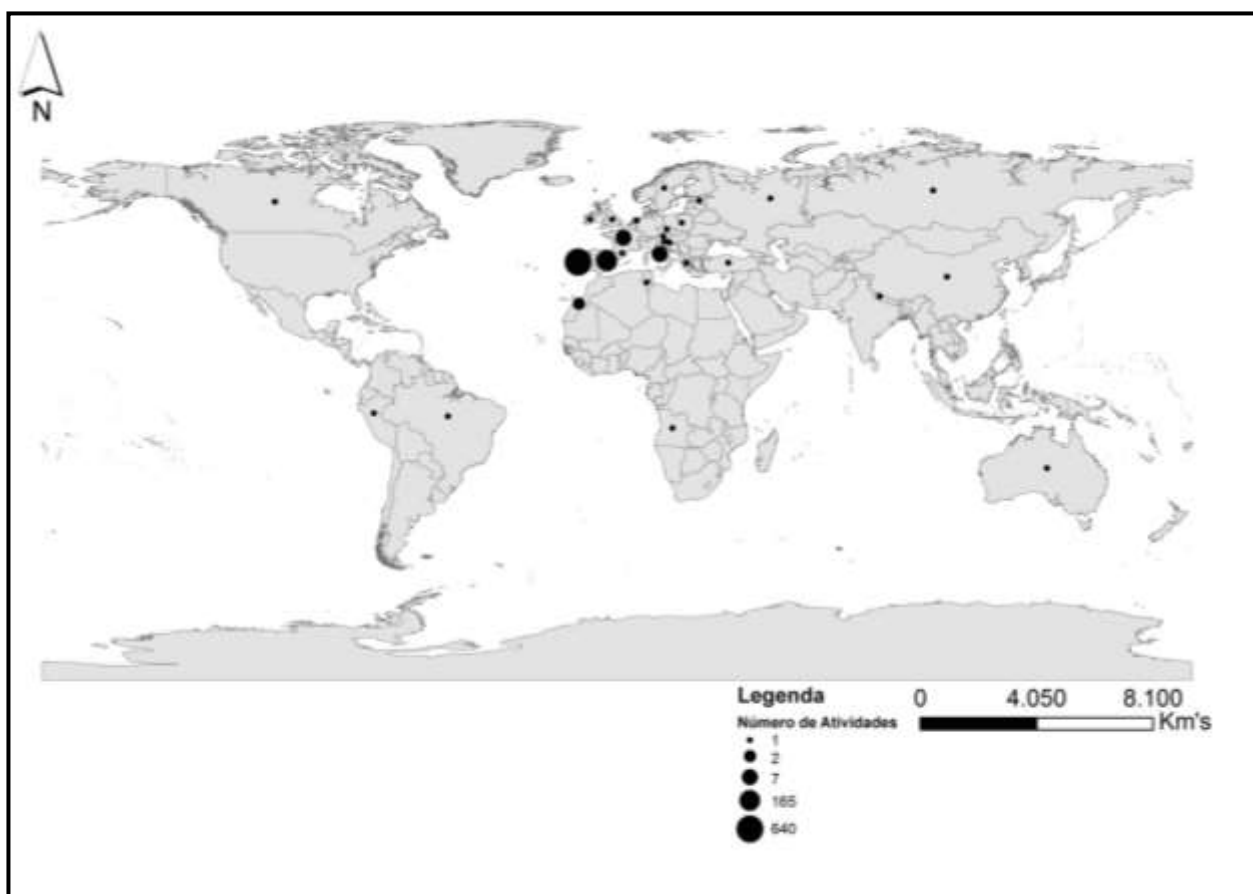
Figura 4. Número de atividades realizadas pelo Clube de Atividades de Ar Livre, por tempo de duração das mesmas, entre janeiro de 2004 e agosto de 2014



Elaboração própria com base em dados do CAAL

Figura 5. Número de atividades realizadas pelo Clube de Atividades de Ar Livre, em Portugal e no estrangeiro, entre janeiro de 2004 e agosto de 2014

Quanto à localização das atividades promovidas pelo CAAL, entre 2004 e 2014, podemos constatar que 75,9% das atividades foram realizadas em Portugal e 24,1% das atividades decorreram no estrangeiro¹¹, ou seja, 640 e 203 atividades, respectivamente. Nos totais anuais verifica-se que, em todos os anos em análise, o número de atividades realizadas em território nacional superou sempre o número de atividades realizadas fora de Portugal (figura 5).



Elaboração própria com base em dados do CAAL

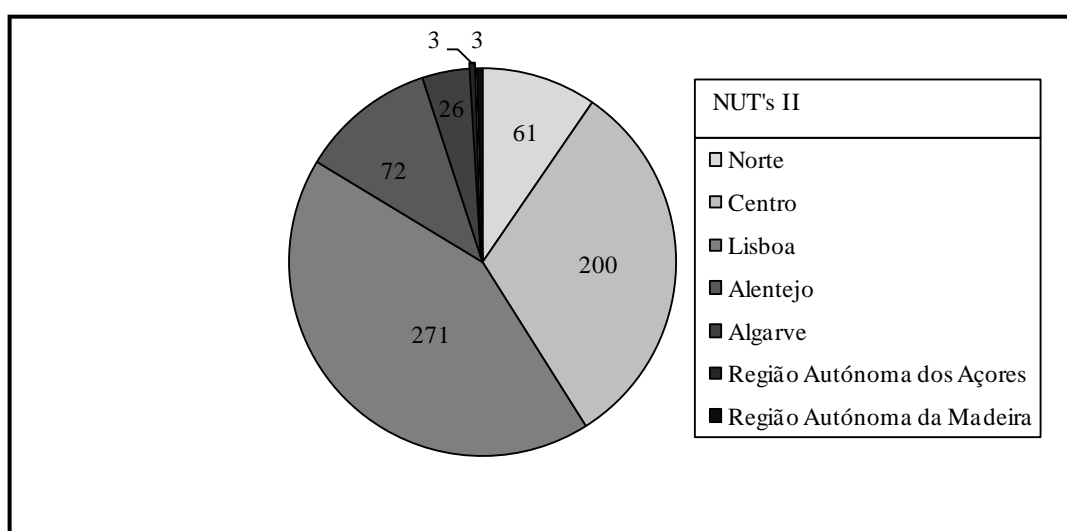
Figura 6. Distribuição geográfica das atividades realizadas pelo Clube de Atividades de Ar Livre, entre janeiro de 2004 e agosto de 2014

Relativamente às atividades realizadas no estrangeiro, o CAAL, no período temporal do qual resulta a análise, esteve presente em 26 países de cinco continentes (todos com excepção da Antártida). Assim, o CAAL realizou uma atividade em 22 países (Andorra, Angola, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, China, Croácia, Eslovénia,

¹¹ Nas atividades realizadas no estrangeiro foi considerado o local (país) para onde foi realizada a viagem.

Estónia, Grécia, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Nepal, Perú, Polónia, República Checa, Rússia, Suécia, Tunísia, Turquia); duas em Marrocos; 7 atividades em França e Itália; e 165 atividades em Espanha (figura 6).

Por outro lado, em território nacional, o Clube de Atividades de Ar Livre realizou um total de 640 atividades entre 2004 e 2014. A leitura da distribuição dessas mesmas atividades no seio em Portugal, no quadro das NUT's II¹² (figura 7), permite afirmar que 42,6% (271 atividades) foram realizadas na Região de Lisboa; 31,4% (200 atividades) foram desenvolvidas na Região Centro; 11,3% (72 atividades) decorreram na Região do Alentejo; 9,6% (61 atividades) foram concretizadas na Região Norte; 4,1% (26 atividades) tiveram lugar na Região do Algarve e, por fim, os restantes 0,9% (6 actividades) decorreram nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com 3 atividades em cada uma delas.



Elaboração própria com base em dados do CAAL

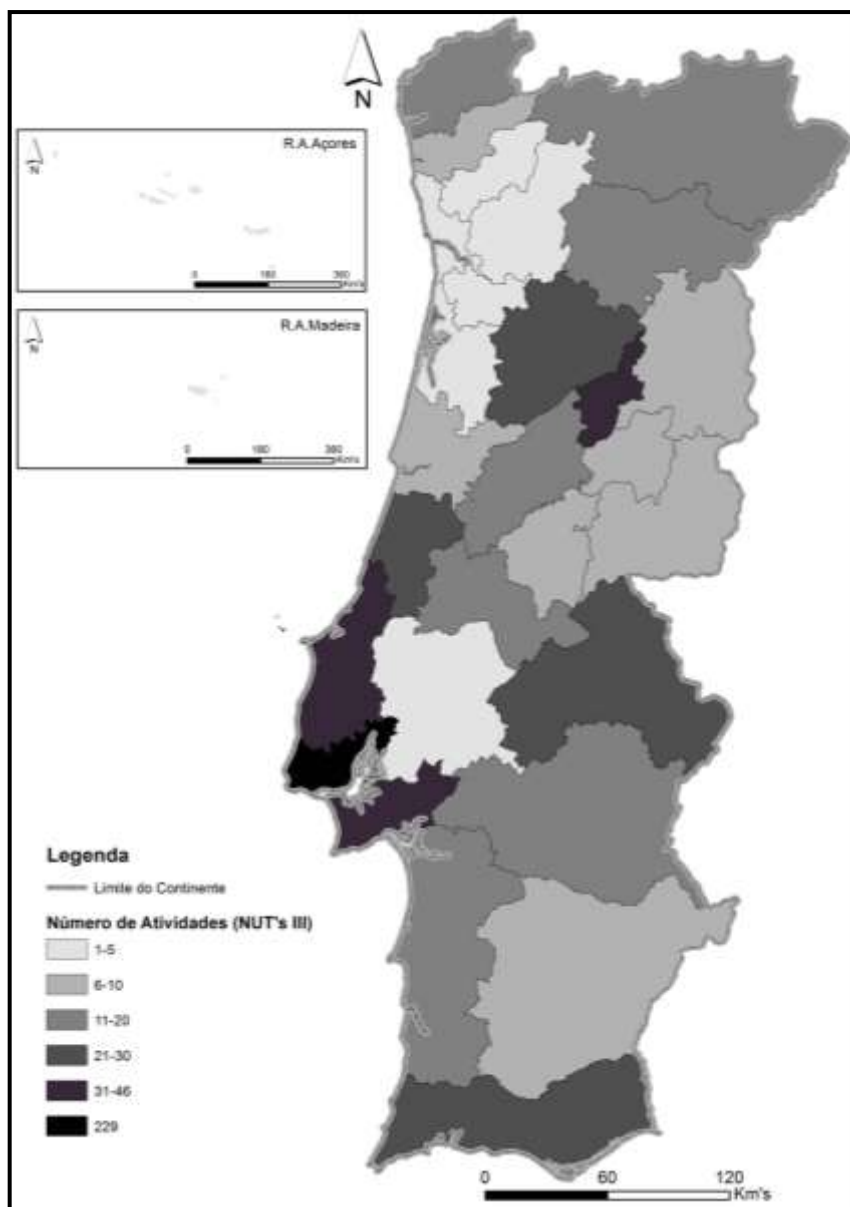
Figura 7. Distribuição geográfica das atividades realizadas pelo Clube de Atividades de Ar Livre, por região, entre janeiro de 2004 e agosto de 2014, em número

Numa outra escala de análise, a observação às atividades realizadas pelo Clube de Actividades de Ar Livre, por NUT's III¹³ (figura 8), entre 2004 e 2014, denota uma

¹² Nomenclatura das Unidades Territoriais.

¹³ Relativamente ao levantamento dos dados acerca do número de atividades por NUTS III existe uma diferença de quatro atividades, comparativamente ao total de atividades por localização Portugal/Estrangeiro (636 atividades em vez dos 640), visto que não foi possível identificar a localização de quatro iniciativas, uma em cada um dos anos de: 2004, 2007, 2010 e 2012.

forte presença nos territórios correspondentes à Grande Lisboa (229 atividades), Serra da Estrela (46 atividade) e Península de Setúbal (42 atividades). Ao invés, o Grande Porto (1 atividade), Entre Douro e Vouga (2 atividades), Tâmega (2 atividades), Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira (ambas com um total de 3 atividades), representam os territórios com menor número de atividades realizadas pelo CAAL, entre 2004 e 2014.



Elaboração própria com base em dados do CAAL

Figura 8. Distribuição geográfica das atividades realizadas pelo Clube de Atividades de Ar Livre, por NUT's III, entre janeiro de 2004 e agosto de 2014, em número

Por fim, podemos ainda considerar a realização de atividades por unidades naturais (serras, parques, matas, entre outros), num total de 41 referências territoriais. Assim, as que verificam maior número de atividades realizadas são: Parque Florestal de Monsanto (99 atividades), Parque Natural da Serra da Estrela (37 atividades), Serra de Montejunto (6 atividades), Serra da Lousã (6 atividades), Parque Nacional da Peneda-Gerês (6 atividades).

3. Conclusão

O carácter multifuncional dos territórios rurais e das montanhas abriu caminho a novas atividades como o lazer e o turismo. Esta valorização decorre também de uma procura cada vez maior por parte da população urbana que pretende ocupar e usufruir do seu tempo livre, incrementando uma dinâmica cada vez mais importante no processo de revitalização dessas realidades geográficas, com uma vinculação aos recursos ecoculturais, designadamente os de dimensão patrimonial (Alves e Carvalho, 2014).

De facto, os novos usos e produtos associados ao lazer e ao turismo têm-se assumido como uma oportunidade para a revitalização destes territórios, dotando e diversificando a sua economia local, capacitando um aumento da qualidade de vida das populações, e valorizando os seus recursos endógenos (Alves, 2013).

Nesta perspetiva, o Clube de Atividades de Ar Livre tem assumido um papel importante e pioneiro em Portugal, na valorização e promoção do património natural, bem como na organização e realização de atividades de lazer em todas as regiões de Portugal e em diversos outros países.

Com mais de 2000 sócios registados, o CAAL promove e desenvolve múltiplas atividades de lazer, das mais diversas modalidades como, por exemplo, pedestrianismo, orientação, escalada, alpinismo, montanhismo, cicloturismo, BTT, canoagem, vela e espeleologia.

Os dados analisados dos últimos onze anos de atividade do CAAL (2004-2014), permitem compreender de forma inequívoca a dinâmica inerente a este agente, que se reflecte nas 894 actividades realizadas no período em análise, a presença em todas as regiões (NUT's III) de Portugal, a realização de 203 atividades em 26 países distintos, repartidos por quatro continentes.

A forte componente organizacional aliada ao empenho dos associados torna-se evidente quando verificamos que, em 413 atividades (cerca de 49% do total de

atividades realizadas no período em análise), a duração média das mesmas foi igual ou superior dois dias.

A sua importância capital no desenvolvimento de atividades de lazer não é alheia ao facto de estar presente em organismos/entidades de inegável interesse no seio do lazer, a saber: ERA (*European Ramblers Association*), UIAA (União Internacional das Associações de Alpinismo), FPME (Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada) e FPO (Federação Portuguesa de Orientação).

Referências bibliográficas

AEP (2008). *Turismo de Natureza*. Associação Empresarial de Portugal – Câmara de Comercio e Indústria. Porto. Disponível em: [http://aep.org.pt/docs/aep-estudos/turismo-de-natureza-\(junho-2008\).pdf?sfvrsn=4](http://aep.org.pt/docs/aep-estudos/turismo-de-natureza-(junho-2008).pdf?sfvrsn=4) [Acesso em 11-09-2014].

Almeida, M. (2007). O mundo rural e os novos desafios. In “Periferias e Espaços Rurais. Comunicações Apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais”. Estoril.

Alves, A. (2010). *Turismo Activo: um Produto do Turismo e do Desporto*. Dissertação apresentada à Universidade da Madeira para a obtenção do grau de Mestre em Actividade Física e Desporto. Funchal.

Alves, L. (2013). *Processos de Mudança, Turismo e Desenvolvimento Rural: As Aldeias do Xisto do Concelho de Góis e o Papel da Lousitânea*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Alves, L. e Carvalho, P. (2014). “Ecomuseus e desenvolvimento local: o caso do Ecomuseu Tradições do Xisto (Serra da Lousã)”. *DELOS Desarrollo Local Sostenible*, vol 7, nº 20, junho de 2014. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/delos/20/ecomuseus.pdf> [Acesso em 11-09-2014].

Braconaro, F. *et al.* (2008). “Turismo, Esportes e Lazer no Espaço Rural do Triângulo Mineiro: das práticas esportivas ao consumo da natureza”. *II Fórum Internacional de Turismo do Iguassu*.

Carneiro, I. (2010). “Porque é que não existe uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal?”. *Atas do IV CER – Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*. Aveiro, Universidade de Aveiro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp. 696-707.

Carvalho, P. (2009). *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha, O Exemplo da Serra da Lousã*. Lousã. Edição da Câmara Municipal da Lousã.

Cavaco, C. (1996). *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local: Desafio ou Utopia?* In Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 333-355.

Covas, A. (2008). *Ruralidades III - Temas e Problemas da Ruralidade Pós-agrícola e Pós-convencional*. Faro. Universidade do Algarve.

Cristóvão, A. (2011). “Ação colectiva e turismo em espaço rural: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal”. In Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (orgs.), *Turismo Rural: Iniciativas e Inovações*. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, pp. 101-141.

Drutu, M. & Drăgulănescu, I. (2012). “Rural Tourism for Local Economic Development”. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, Volume 2, Special Issue 1 (2012), pp. 196-203. Disponível em: <http://www.hrmars.com/admin/pics/1028.pdf> [Acesso em 02-02-2014].

Dumazedier, J. (1979). *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo. Editora Perspectiva.

Jacinto, R. (1995). *O Mundo Rural e o seu Desenvolvimento*. Cadernos de Geografia, Instituto de Estudos Geográficos, nº14, pp. 143-145. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Pinto, A. (2004). *Turismo em Espaço Rural – Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves – Sátão*. Viseu. Palimage Editores.

Margareta, B. (2007). *Effects Produced by the Touristic Activities Insert in Romanian Rural Space*. University of Agricultural Sciences and Veterinary Medicine Cluj-Napoca, Romania. Disponível em: <http://journals.usamvcluj.ro/index.php/horticulture/article/download/2098/2019> [Acesso em 02-02-2014].

Martins, L. (2004). *Espaços de Lazer e de Turismo no Noroeste de Portugal*. Porto, Edições Afrontamento.

Moreno, L. (2007). *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Serra, P. (2009). *Turismo Activo no concelho de Torres Vedras*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura.

Silva, M. (2010). *Modelos de Formação em Turismo e Desporto de Natureza – Estudo de Caso do Canyonig*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura.

“ECO-LODGE WILD KALANDULA”: PROPOSTA DE UMA UNIDADE DE GLAMPING EM ANGOLA

Diana Ferreira

Paulo Carvalho

Resumo

O reconhecimento da atividade turística para o desenvolvimento sustentado, em particular em economias emergentes, e das novas tendências turísticas, que promovam um contacto saudável com o meio envolvente, constitui o ponto de partida para esta reflexão que pretende também deixar um contributo inovador para o desenho de um novo produto turístico. O “Eco-lodge Wild Kalandula” é uma proposta de unidade de *Glamping* na província de Malanje (Angola), para todos aqueles que desejam estar em contacto com a natureza sem perderem certas condições inerentes a um hotel, num local de excelência para este tipo de alojamento. Sem descurar uma prática de turismo sustentável, esta unidade inserida no âmbito do turismo de natureza promoverá ainda o contacto com a cultura local e a vivência de experiências únicas e inesquecíveis, tanto para o turista como para a população local.

Palavras-chave: *Glamping*. Turismo Sustentável. Angola. *Eco-lodge Wild Kalandula*.

Abstract

The recognition of tourism activities for sustainable development, in particular in emerging economies, and new tourist trends, that promote a healthy contact with the surroundings, constitutes the starting point for this reflection that aims to also leave an innovative contribution for the design of a new tourist product. The “Eco-Lodge Wild Kalandula” is a proposed unit of *glamping* in Malanje province (Angola), for all those who wish to be in contact with nature without losing certain conditions inherent to a hotel, a place of excellence for this type of accommodation. Without neglecting a practice of sustainable tourism, this unit inserted under the nature tourism will promote still contact with local culture and experience unique and unforgettable experiences, for both the tourist as for the local population.

Keywords: *Glamping*. Sustainable Tourism. Angola. *Eco-lodge Wild Kalandula*.

1. Enquadramento teórico

1.1 *Glamping*

Como uma forma de alojamento alternativa ao convencional, surge-nos o *Glamping*, que mantém (quase) todas as comodidades de um hotel e, inclusive, algum luxo e requinte. "*Glamorous Camping*" é, então, um novo conceito de campismo, que promove o contacto com a natureza para turistas que não querem deixar de parte o conforto e uma estada de qualidade (Ferreira, 2013).

Apesar de ser um conceito relativamente recente, tem as suas origens no início do século XX, com a popularização dos safaris. Os turistas de classes mais altas, que participavam em safaris em busca de trazer algum troféu de África, alojavam-se em tendas de lona que eram equipadas com todo o conforto e luxo a que estavam habituados: camas, roupas de cama luxuosas, tapetes persas e ainda com inúmeros empregados, desde chefes de cozinha a mordomos, porteiros, guias, entre outros.

É um tipo de alojamento ecológico e sustentável, que concentra em si inúmeras valências. Existem diversos tipos de tendas que são utilizadas em unidades de *Glamping*: *Yurts* (tendas da Mongólia), tendas Safari (África do Sul), *Tipis* (tendas dos índios americanos), tendas *Rajasthan* (tendas indianas), tendas *Bell* (tendas britânicas, baseadas nos *Tipis*) e *Eco-Pods* (pequenas cabanas feitas de materiais altamente recicláveis). Estas unidades recorrem a técnicas de energia alternativas e sustentáveis, bem como a técnicas de construção ecológicas, de forma a manter um impacto ambiental reduzido. Para além do seu interesse pela proteção da biodiversidade ambiental, alguns destes empreendimentos destacam-se pelos retiros espirituais, recorrendo a terapias alternativas (como, por exemplo, o yoga e a meditação) e filosofias diferentes. São, portanto, muito mais do que serviços de alojamento; pode dizer-se que são infraestruturas amigas do ambiente, que têm como objetivo acolher pessoas que queiram estar em contacto com a natureza, de modo a fazerem uma espécie de retiro, que pode conter a vertente espiritual ou somente de descanso e visita ao local, prevendo atividades na região e promovendo a calma e tranquilidade. E são estes mesmos requisitos que correspondem às expectativas do “novo turista”, que procura precisamente este tipo de práticas.

Os hóspedes podem cozinhar nas suas tendas e usufruem normalmente de casas-de-banho privativas, sendo que estas são normalmente casas-de-banho secas/de compostagem (a esclarecer posteriormente).

1.2 Técnicas de construção e tecnologias sustentáveis

1.2.1 Bioconstrução

De acordo com o “eco-arquiteto” Filipe Francisco, a grande fatia de emissão de CO₂ produzida no processo construtivo de um edifício concentra-se na sua utilização, sendo que “será aí que devemos fazer um esforço no sentido de reduzir a dependência energética e económica, diminuindo assim as emissões do famoso CO₂”, e também o grau de impacto no ambiente. Assim, surge a bioconstrução, que é uma forma de construção que alia conhecimentos ancestrais a técnicas modernas e que apresenta um grau de sustentabilidade muito maior do que as casas contemporâneas, a variados níveis; ou seja, “não existem construções 100% ecológicas e sustentáveis, mas sim mais ecológicas e sustentáveis do que as actuais, com um mínimo de agressão ao meio ambiente” (Francisco, s/d).

Apresentam inúmeras vantagens, como é o caso de um menor custo de construção, maior sustentabilidade e o facto de serem casas mais económicas ao longo do seu usufruto. Possuem ainda uma eficiência térmica e energética muito maior, uma grande liberdade nas formas das casas e também no tipo de construção escolhida, que pode variar bastante, de acordo com os materiais utilizados, como por exemplo: adobe (blocos de terra feitos à mão com formas metálicas ou de madeira); superadobe (enchimento de sacos de polietileno ou outro material durável com terra e montagem dos mesmos, formando paredes com formas orgânicas resistentes a sismos); *cordwood* (utilização de troncos cortados, unidos por um enchimento em terra, semelhante ao do adobe); fardos de palha (construções resistentes e duráveis, com altos padrões de conforto térmico, acústico e económico).

A UNESCO encontra-se neste momento bastante empenhada na conservação e divulgação destes tipos de construção, mais propriamente as que recorrem à terra como matéria-prima, alegando que: “*Studying and maintaining earthen architecture is important for the safeguarding of heritage sites but earthen architecture also offers attractive solutions for environmentally friendly buildings in the modern context. Indeed, earth is always available locally and using it reduces the need to transport heavy building materials.*” (UNESCO, 2013).

Estima-se que um terço da população mundial habite em casas construídas em terra. “*Earth is not just the ground we stand on, it is also the fabric with which to build our future.*” (UNESCO, 2013).

1.2.2 Casas de banho de compostagem/secas

De acordo com Ortiz (2005), uma casa de banho de compostagem ou seca "é um sistema integrado de uso e tratamento dos resíduos humanos sem o consumo de água". Não existe o típico autoclismo neste sistema, uma vez que se coloca somente serrim ou outro material natural no seu lugar; o papel higiénico pode ser também deitado para a sanita sem qualquer problema. Importa frisar que este sistema não deita qualquer cheiro. Desta forma, utiliza-se a biomassa que produzimos para a produção de composto, ou seja, fertilizante natural, para a agricultura, num processo que demora entre 6 a 8 meses.

1.2.3 Piscinas biológicas

Segundo Mourão (2007), citando Kuhn (2005), "o conceito de piscina biológica surgiu da interpretação do funcionamento dos ecossistemas aquáticos em equilíbrio, partindo-se do princípio que esses sistemas podiam ser reproduzidos de modo a dar resposta às necessidades do Homem".

Assim, colocando os ecossistemas aquáticos – que albergam plantas, algas e animais – a funcionar dentro duma piscina, consegue-se água balnear de boa qualidade, sem recurso a produtos químicos prejudiciais à saúde e ao ambiente. Desta forma, ter-se-á ainda menores gastos de energia.

A piscina é, então, constituída por duas partes: a parte "filtradora", por assim dizer, constituída pelas plantas e animais que têm esse mesmo objetivo, e a parte livre à atividade.

1.2.4 Tecnologias sustentáveis

De forma a proteger o ambiente e a economizar os gastos referentes à vida humana na Terra, as tecnologias sustentáveis surgem como a resposta ideal para a harmonia entre o Homem e o Planeta.

São inúmeras as tecnologias à disposição, como é o caso da utilização de painéis solares fotovoltaicos, de aerogeradores e dos recursos hídricos para a produção de energia elétrica; de painéis solares térmicos para o aquecimento de águas; de sistemas de aproveitamento de águas pluviais e de formas de tratamento de desperdícios recorrendo à sua separação e reaproveitamento (como, por exemplo, o aproveitamento de óleos alimentares para a produção de biocombustível).

1.2 Turismo sustentável e ético

Os impactos que a atividade turística induz para a região onde se instala são, muitas vezes, esquecidos, o que acaba por torná-la insustentável, trazendo

consequências graves às localidades e aos próprios recursos turísticos, sejam eles naturais, culturais ou outros. Acompanhando as novas tendências da procura no turismo, vários esforços têm sido feitos para que esta atividade se revele portadora de benefícios para todas as partes constituintes.

Surge-nos, assim, o conceito de turismo sustentável, que consiste num “elo de ligação harmonioso entre a Humanidade, o turismo e a natureza” (Mendes, 2011). Ou seja, pretende-se que o sector turístico se desenvolva de uma forma responsável, passando por “todos os segmentos envolvidos direta e indiretamente com a atividade turística, pois só assim se pode alcançar a sustentabilidade do turismo” (Mendes, 2011).

Como tal, o princípio da capacidade de carga de uma área turística revela-se bastante pertinente, pois, segundo Cunha (2009), o seu objetivo é o de estimar o número máximo de visitantes, sem perigo para o local, que podem ser recebidos e para desenvolver as suas atividades correntes, objetivando sempre o desenvolvimento sustentável.

Deste modo, importa conciliar as necessidades e os interesses dos turistas e dos residentes locais, de tal forma que o produto ou serviço turístico deve contribuir para salvaguardar e se possível valorizar recursos, minimizar externalidades negativas e melhorar a qualidade de vida das comunidades recetoras.

Intimamente ligado ao turismo sustentável, o conceito de turismo ético enfatiza (e contribui também) para a sustentabilidade da atividade turística pois tem subjacente responsabilidade em toda a cadeia (componentes e atores) do produto turístico. De acordo com Alonso (2012), “Más allá de un negocio, el turismo responsable se trata de una actividad económica basada en valores esenciales, que se comparten por parte de todos los integrantes de la cadena de valor de la producción turística y así se transmiten a la demanda. El turismo responsable se enmarca necesariamente en la filosofía del desarrollo sostenible, por lo que contempla al resto de las actividades productivas del destino, se complementa y se coordina con ellas”.

Como refere Nodar (2010), o Código Ético Mundial para o Turismo, adotado em 1999 no âmbito da Organização Mundial do Turismo, é um documento de referência que configura uma abordagem integral à problemática ética do turismo, em particular no que diz respeito ao turismo como fator de desenvolvimento sustentável de que resultaram recomendações em domínios como o planeamento, a educação dos promotores e agentes turísticos (que no caso de atividades realizadas em meios naturais

frágeis devem aceitar a imposição de restrições às suas atividades), a participação das comunidades locais, entre outros.

Contudo, incluir a problemática do turismo no contexto da ética significa também “su consideración en función del interés de la sociedad en propiciar la actividad turística como contribución al más pleno, plural e integral desarrollo de las personas y de la sociedad” (Mantero, 2013).

Na perspectiva de valorizar e promover as atividades turísticas suscetíveis de reduzir as externalidades negativas (sobretudo o consumo de recursos escassos ou não renováveis) é dada especial atenção ao ecoturismo, considerado uma “forma especialmente recomendável de fazer turismo” (Nodar, 2010).

1.3 Turismo de natureza e ecoturismo

O interesse em refugiar-se em áreas naturais, para fugir a diversos constrangimentos da vida contemporânea, é cada vez maior, o que faz com que o turismo de natureza esteja em crescimento constante. Este tipo de turismo tem em conta a aproximação humana ao meio ambiente de diversas formas e com os mais variados objetivos; é bastante relevante para a conservação da natureza, não só para a dar a conhecer, como também para demonstrar a importância da natureza para a vida do ser humano.

Como tal, o turismo de natureza destina-se a quem procura aproximar-se do ambiente natural com o objetivo de experimentar novas vivências, emoções e sentimentos sem o prejudicar.

De acordo com Mendes (2011), “atualmente, devido à saturação do turismo em zonas como a Europa ocidental, assiste-se a uma clara tendência para o deslocamento do turismo internacional para outras áreas do globo, como é o caso dos países em desenvolvimento onde a procura turística das suas paisagens naturais tem sido bastante expressiva”.

Porém, importa distinguir turismo de natureza de ecoturismo, uma vez que o ecoturismo é uma das formas de turismo de natureza (tal como também o é o turismo de aventura, entre outras).

Assim, ecoturismo é “a arte de viajar tendo por objetivo o encontro com a natureza e com outras culturas, perturbando o menos possível o ambiente, compreendendo e respeitando o equilíbrio social e económico local, e colaborando no seu desenvolvimento” (Oliveira, 2009). Tem, inclusiva e obviamente, em vista a

satisfação dos turistas participantes, proporcionando-lhes experiências de aprendizagem e convívio únicas.

O desenvolvimento do ecoturismo pode ainda ser uma boa oportunidade para que as comunidades locais tenham acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento e infraestruturas de transporte; consigam a criação de emprego e de novas formas de gerar receita, como é o caso da produção e venda de artesanato, por exemplo, e ainda o incentivo à educação e à formação.

2. O turismo em Angola

2.1 Análise retrospectiva

O turismo é um sector que tem sido bastante conturbado em Angola, ao longo dos tempos. Antes, durante e após a guerra civil que aí se instalou, o sector turístico não era visto como uma área fulcral da economia, sendo que tem vindo a obter mais atenção há cerca de 30 anos.

Como tal, apesar de reconhecidas as potencialidades angolanas na época colonial, o turismo era um setor “desprezado”, pelo que não se deu um desenvolvimento turístico no país, nessa época.

Aquando da guerra, que eclodiu em 1975 (logo após o final da guerra pela independência e no mesmo ano em que se criou o primeiro Governo do Estado Angolano), ocorre a instituição da Secretaria de Estado do Comércio e do Turismo, o primeiro órgão angolano encarregue da administração turística do país, entre outras funções que em si albergava.

Nos dois anos que se seguiram, assistiu-se a uma degradação das infraestruturas turísticas, nomeadamente hotéis e restaurantes – mais de 90% das unidades hoteleiras e similares do país foram abandonadas pelos seus antigos proprietários.

Na década de 80, deram início a inúmeros projetos turísticos, incluindo a reabilitação e ampliação da Pousada das Quedas de Kalandula, mas que acabou por não ser concluída. Só em 1988 se cria a primeira empresa angolana de turismo, a ANGOTUR, Lda. – uma agência de viagens.

Em 1989, Angola adere à Organização Mundial do Turismo (OMT) no decorrer da 8ª Assembleia Geral da OMT realizada em Paris, entre Setembro e Outubro desse ano. Este facto trouxe benefícios imediatos ao país, concretizados na implementação do projeto “Reforço Institucional do Estado Angolano no Domínio do Turismo“, que foi

financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e executado pela OMT. Este projeto previa diversas intervenções, como é o caso da elaboração de propostas de legislação turística, inexistente na altura, e o incentivo à criação de empresas e agências de viagens e turismo.

Assim, a organização turística nacional angolana culmina com a criação do Ministério de Hotelaria e Turismo (MINHOTUR), em 1996, que tem vindo a exercer a sua atividade de forma cuidada e faseada, com políticas de ordenamento e planeamento turístico, de promoção de Angola como destino turístico e de proteção, preservação e valorização do património diverso que Angola contém – tendo em vista um desenvolvimento harmonioso e sustentável da atividade turística, logrando uma melhoria da qualidade de vida da população residente.

2.2 Situação atual

Na atualidade, recorrendo a diversas fontes, é possível afirmar que o sector turístico em Angola está em expansão e com tendência a crescer ainda mais.

Em 2010, visitaram Angola 397.904 turistas, o que representa um crescimento de 8,8% face a 2009 (segundo a revista VIDA IMOBILIÁRIA, nº3); em 2012 o número aumentou para os 484.054 visitantes, pelo que se estima que em 2017 atinja os 700.000 turistas (de acordo com o Jornal SOL).

Neste momento, são as províncias de Benguela e Lobito que constituem os principais eixos turísticos, com a concentração de grande parte da oferta hoteleira angolana.

É ainda possível verificar que o sector da hotelaria tem apresentado, de ano para ano, elevado crescimento e competitividade, a considerar pelo aumento de unidades construídas no país nos últimos tempos e pela expansão prevista para os próximos anos: “no âmbito do Plano Diretor do Turismo, que já foi apreciado pelo Conselho de Ministros, consta a expansão da rede hoteleira. Daí que temos estado a mobilizar investidores nacionais e estrangeiros no sentido de virem investir no nosso sector” (conforme as declarações de CRUZ, diretora geral do Instituto de Fomento Turístico – INFOTUR, ao Jornal O PAÍS).

Segundo o MINHOTUR, o défice de oferta hoteleira concentra-se em hotéis de uma, duas e três estrelas, com preços mais acessíveis, que potencie o turismo para consumidores da classe média; de destacar também a ambição de construir um hotel com capacidade para 50 camas em cada município do país – mais uma meta do Plano

Diretor de Turismo agora em vigor. Assim, com um aumento da oferta hoteleira, pretende-se uma descida dos preços praticados até agora.

Por outro lado, e ainda de acordo com o MINHOTUR, existem outros problemas de que se destacam como os mais relevantes: mão-de-obra pouco qualificada e preparada; quadro legal desatualizado; necessidade de meios de trabalho eficientes e da gestão das entidades do sector; necessidade de sistematização dos ativos turísticos (inventariação e caracterização); oportunidade de criar uma visão e de potenciar uma dinâmica integrada do turismo.

E é para colmatar estas deficiências que surge o programa PARTENON (que define a estratégia turística para o horizonte 2011-2020) e que o Plano Diretor do Turismo foi orientado; pretende-se ainda a criação de um Instituto Nacional de Formação Turística, para combater a falta de formação existente na área do Turismo, em Angola, bem como a elaboração de um Plano Estratégico de Marketing e Promoção Turística.

Através de todos estes esforços combinados, o governo angolano ambiciona que o sector do turismo represente cerca de 7% do PIB em 2020 (revista VIDA IMOBILIÁRIA, nº3).

As figuras 1 e 2, da autoria do MINHOTUR, permitem concluir que os angolanos representam dois terços do turismo do país, divididos em residentes e não-residentes. Nota-se ainda três mercados-chave que hoje alavancam o turismo em Angola, em muito alicerçado nas relações económicas e no turismo de negócios: Portugal, China e Brasil.



Figura 1. Hóspedes, dormidas nas unidades hoteleiras e mercados emissores em/para Angola, em 2009

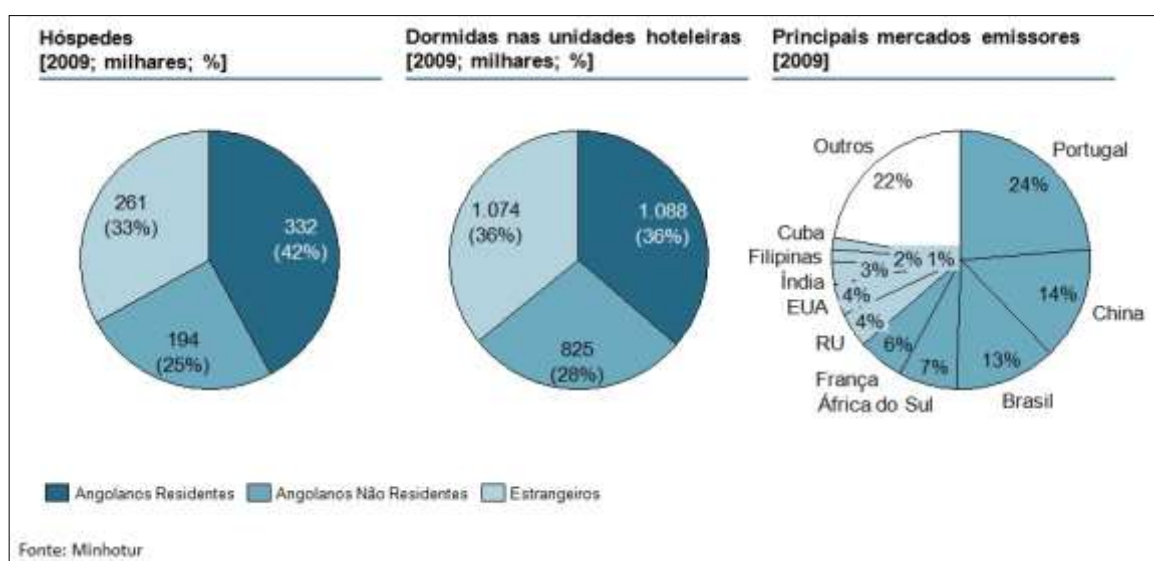
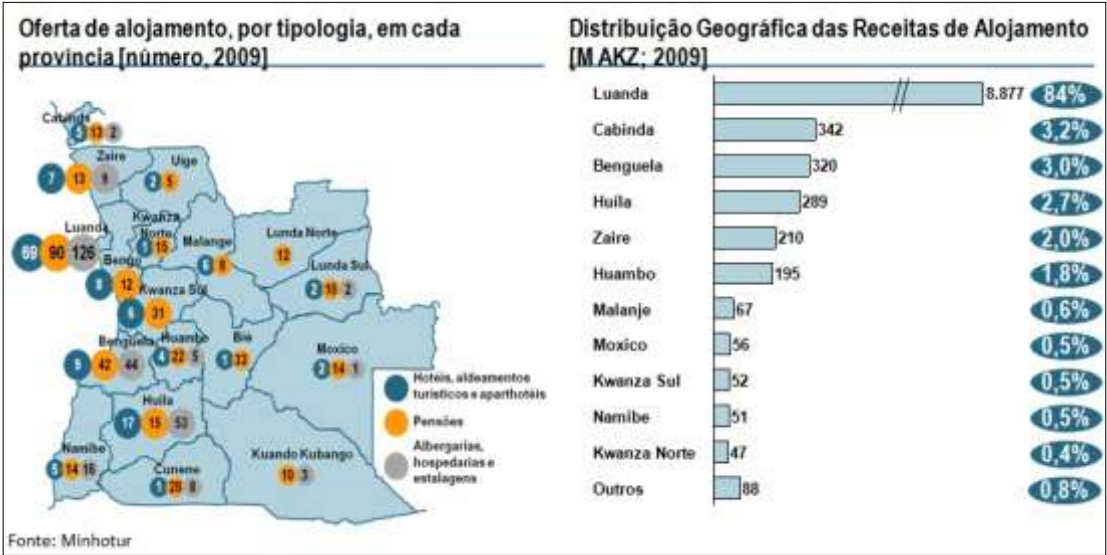


Figura 2. Mercados a captar de forma faseada para o turismo em Angola

Existe, então a necessidade de diversificar e captar novos mercados, seguindo a estratégia apresentada na figura seguinte, ou seja, incidindo, numa segunda e terceira fases, no turismo regional e internacional.

Através do mapa seguinte (figura 3), bem como do gráfico que o acompanha (figura 4), segundo a referida fonte, é possível constatar que as províncias interiores têm uma oferta reduzida e consequentemente receitas menores. Quer no alojamento quer na

restauração, a oferta é mais elevada nas províncias do litoral. Em toda a província de Malange, que compreende o local onde o projeto será implementado, podemos constatar que existem 8 pensões e 6 hotéis ou outros.



Figuras 3 e 4. Oferta de alojamento e distribuição geográfica das receitas de alojamento em Angola, por província (2009)

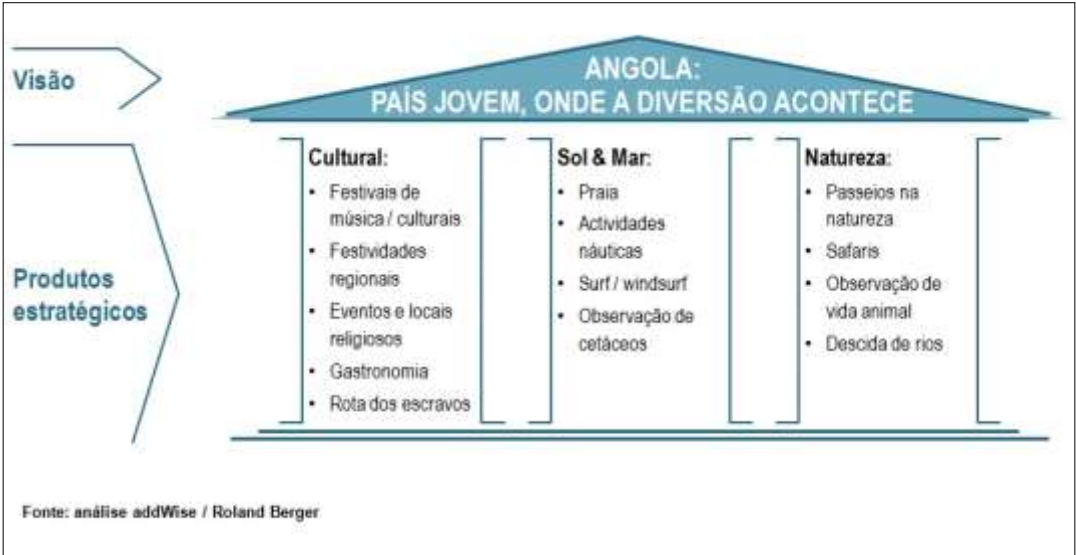


Figura 5. Visão estratégica do turismo em Angola

A visão estratégica do sector consiste na adaptação de uma solução à realidade do país, maximizando os seus principais ativos, que são a juventude, a história, a

cultura, a tradição e os recursos naturais, de forma a criar produtos atrativos, tal como é possível observar no esquema abaixo apresentado (figura 5).

O desenvolvimento do turismo de Angola assenta, ainda, nas prioridades, regiões e polos de desenvolvimento turístico em curso, que são: Polo de Kalandula, em Malange; Polo de Cabo Ledo, na província do Bengo; Polo da Bacia do Okavango, em Kuando Kubango.

Concluindo, a capacitação do setor do turismo em Angola deverá, então, focar-se no desenvolvimento integrado, faseado e coerente de 6 eixos estratégicos, a saber:

- Mercados emissores, nos quais deve ser exercidas fortes ações de promoção e divulgação, e facilitando também o acesso dos turistas ao país com a atribuição mais fácil de vistos turísticos;
- Enriquecimento da oferta, aos vários níveis que necessitam de intervenção;
- Promoção e distribuição, apostando no marketing para o turismo angolano, bem como na participação e organização de feiras e festivais, de forma a captar turistas;
- Acessibilidades, prevendo a melhoria dos acessos ao país e das infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias;
- Serviços e competências, principalmente ao nível da formação dos recursos humanos;
- Qualidade urbana e ambiental, através da preservação dos ativos ambientais e culturais turísticos (MINHOTUR, 2009).

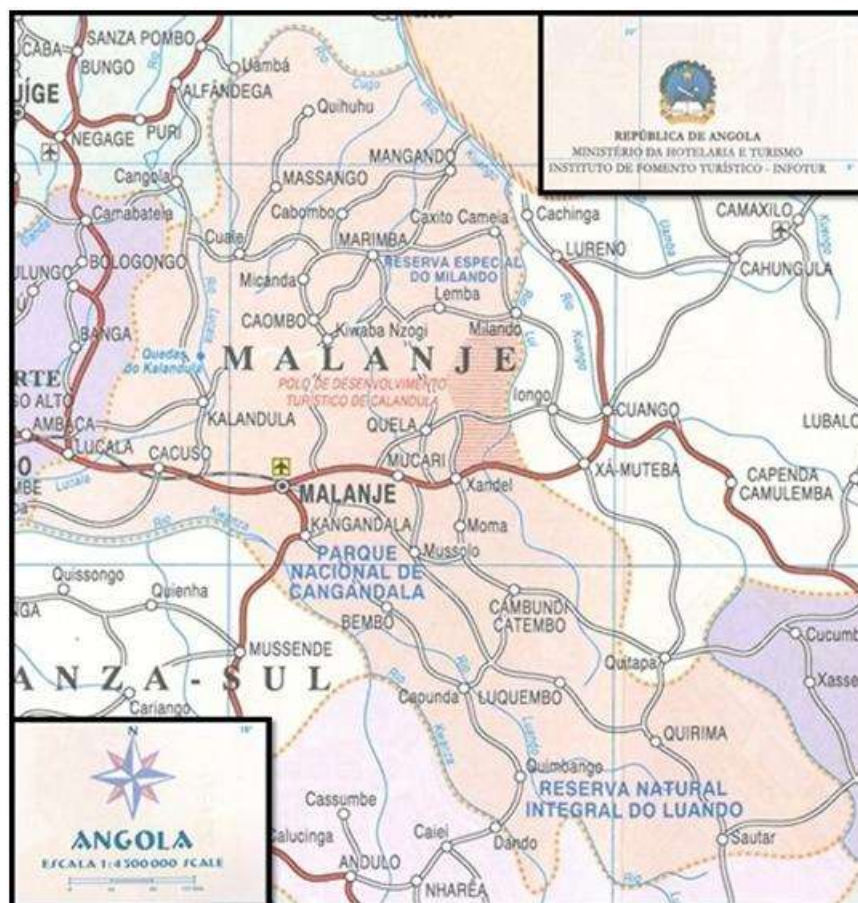
3. “Eco-Lodge Wild Kalandula”

3.1 Identificação e caracterização da área de estudo

A área geográfica de incidência deste projeto será o município de Kalandula, pertencente à província de Malanje (figura 6), que se localiza a Este da capital angolana, Luanda, a aproximadamente 420 km.

Este município possui uma superfície de 8.358 km² e cerca de 116.640 pessoas. A temperatura média anual da província é de 22° C e o clima é tropical húmido.

A província possui vários minerais, como é o caso do manganês, cobre, ferro, diamantes, granito e calcário, e é composta por florestas e savanas, que fornecem diversas espécies vegetais de alto valor madeireiro, como é o caso do pau-preto.



Fonte: Governo da Província de Malanje

Figura 6. Mapa da província de Malanje (Angola)

Malanje é uma província essencialmente agrícola, destacando-se pela produção das seguintes culturas: mandioca, arroz, algodão, milho, batata-doce, amendoim, girassol, feijão, soja e hortícolas.

Apesar disso, Malanje possui uma pequena indústria, na qual são fabricados materiais de construção, produtos destinados à alimentação e tabacos.

É berço de uma vasta gama de produtos artesanais, como cestas, chapéus típicos e bonecos diversos.

A sua fauna e flora são riquíssimas, destacando-se a existência da Palanca Negra Gigante, um antílope que, pela sua raridade, é considerado símbolo nacional de Angola e Património da Humanidade.

Existem diversas áreas protegidas nesta província: Reserva Natural do Luando; o Parque Nacional da Kangandala, que é rico em aves e, portanto, propício à observação destas; a Reserva Florestal do Caminho-de-Ferro de Malanje; a Reserva Especial do

Milando e, por último, a Reserva Florestal do Samba-Lucala. Também os rios que atravessam esta província angolana e as quedas de água que cada um apresenta lhe conferem um sentido natural especial. Assim, todas estas áreas naturais complementam a atividade turística e de lazer.

Existem imensos locais de interesse, tanto a nível de património natural como de património histórico e cultural (tais como as Pedras Negras de Pungo Andongo e as diversas ruínas existentes), o que é bastante útil para a questão da animação turística para os hóspedes do projeto.

No município de Kalandula, localizam-se as Quedas de Kalandula, que constituem uma atração turística muito forte. Antigamente conhecidas como Quedas do Duque de Bragança, deram origem à criação do já referido Polo de Desenvolvimento Turístico, devido à sua importância. Estas quedas de água, do rio Lucala, são as segundas maiores quedas de água de África, sucedendo-se às Cataratas Vitória, na fronteira entre a Zâmbia e o Zimbabwe, com 105 m de altura e 401 m de largura. Recebem cerca de 1500 visitantes por semana e prevê-se que este número tenda a aumentar.

Em relação à capacidade de alojamento, conseguimos identificar nove unidades de alojamento em toda a província de Malanje, mas não foi possível analisar informação detalhada no decurso da presente investigação.

3.2 Conceção e operacionalização

Esta é, sem dúvida, a parte mais criativa do trabalho, onde se pretende dar a conhecer uma ideia de negócio para o sector turístico, que parece ser plausível de implementar.

Em Angola não existe ainda nenhuma unidade de *Glamping*, pelo que seria um projeto pioneiro e inovador no país, que poderia ainda dar origem à expansão do próprio empreendimento.

Assim, o “Eco-Lodge Wild Kalandula” localizar-se-ia nas margens do rio Lucala, perto da antiga pousada das Quedas de Kalandula, no município com o mesmo nome, de forma a ficar totalmente integrado com a natureza e em harmonia com a mesma, sem a prejudicar ou influenciar em larga escala.

Pretende-se, então, que seja um empreendimento com, pelo menos, 3 tendas de cada tipo apresentado; estas seriam dotadas de electricidade, mas sem televisão, e algumas delas com cozinha privativa, para uma maior liberdade e privacidade dos

hóspedes; cada tenda seria equipada com casa de banho completa privativa, sendo que seriam casas de banho secas/de compostagem, tal como apresentado no enquadramento teórico do presente trabalho.

Para que tal seja possível, é necessário definir um perímetro para cada tenda, recorrendo à sua divisão com cercas ou vedações, para resguardar a privacidade dos clientes; têm também de ser afastadas umas das outras, no mínimo 10 metros.

De igual modo será necessário um perímetro alargado para o empreendimento turístico no geral, para que seja possível fazer passeios dentro deste e para o estabelecimento de alguns locais de relaxamento.

Existe uma questão bastante relevante no que toca à implementação do projeto: seria bastante interessante proceder à recuperação e reutilização da pousada das Quedas de Kalandula, que se encontra ao abandono neste momento, para que seja utilizada para o fornecimento dos serviços de *spa*, de restaurante (caso os hóspedes não queiram cozinhar nas suas tendas), de bar insonorizado e de sala de exposições de diferentes tipos – para artesanato e arte locais, de modo a que os turistas possam adquirir aí os produtos, para além de os poderem adquirir no próprio município.

Para esta recuperação e para todas as edificações necessárias, deveriam ser utilizadas as técnicas de construção já apresentadas, e estas deviam ser dotadas das tecnologias sustentáveis também já mencionadas.

Prevê-se, ainda, a construção de uma piscina biológica para usufruto dos hóspedes do “Eco-Lodge Wild Kalandula”, se possível aproveitando a água do rio Lucala; existem já técnicas que impedem os animais e os possíveis elementos poluidores de passarem para as águas da piscina, salvaguardando assim a saúde e o bem-estar dos utentes – há que considerar também que os rios não são poluídos como o são em Portugal e em outros países largamente industrializados.

Seria interessante a criação de parcerias para a animação dos hóspedes, com o Polo de Desenvolvimento Turístico e as empresas com ele relacionadas, ou ainda estudar-se a possibilidade de conceber os nossos próprios roteiros e/ou programas de animação e lazer turísticos.

Importa mencionar que o acesso ao local seria feito a partir de Malanje, que possui um pequeno aeroporto, capaz de receber voos vindos de Luanda (onde existe o aeroporto internacional) e posteriormente de carro, uma vez que são somente 80km por estrada que, ao que consta, está em boas condições.

A unidade de *Glamping* “Eco-Lodge Wild Kalandula” pretende, então, ser um motor de desenvolvimento local e de desenvolvimento turístico em Angola, promovendo o que o país tem de melhor, o seu património e a sua cultura, ainda tão pouco explorados e aproveitados. Importa, sim, ter uma perspetiva holística da região e do país, ter consciência das suas potencialidades e procurar um crescimento evolutivo, faseado, mas positivo e sustentável.

Pela importância que o turismo de natureza e o ecoturismo têm hoje em dia, direcionados para nichos de mercado específicos mas cada vez maiores, este empreendimento tem altas probabilidades de sucesso, até por se localizar nas imediações de um recurso turístico por excelência, um dos ex-líbris angolanos, e também pela curiosidade que Angola desperta cada vez mais na procura turística mundial da atualidade.

3.3 Exequibilidade

De acordo com a Proposta de Diploma sobre Empreendimentos Turísticos, componente da legislação angolana disponível no *site* do MINHOTUR, a unidade a projetar será um empreendimento de turismo de natureza.

Devido à especificidade do projeto, há áreas que não estão abrangidas pela lei ou a informação ainda não foi disponibilizada, como é o caso das tecnologias e técnicas de construção sustentáveis (que são temáticas muito recentes).

Ainda assim, a criação do Polo de Desenvolvimento Turístico de Kalandula revela-se muito importante no apoio e pertinência do presente projeto, uma vez que podemos inseri-lo nos projetos que serão apoiados pelo mesmo.

Este abrange uma extensão significativa e tem como objetivos, de entre muitos outros, apoiar o ecoturismo, aumentar a oferta de alojamento e melhorar as infraestruturas básicas da sua área correspondente. Assim, reforçando as infraestruturas hoteleiras e turísticas da região, pretende-se captar mais turistas e promover uma melhoria das condições de vida da população.

Mais especificamente, a oferta de alojamento deverá ser desenvolvida de acordo com os seguintes parâmetros: unidades até cinco estrelas; com 100 a 150 quartos, se se tratar de estalagens ou hotéis; destaque para Pousadas da Juventude e parques de campismo.

Pretende-se também a criação de miradouros e trilhos ao longo das margens do rio Lucala, a organização de passeios de barco, a criação de áreas de restauração e

estacionamento, bem como de serviços de limpeza e segurança do Polo, que deverão estar todos integrados no seu ambiente natural, promovendo assim os lazeres turísticos da área. A construção e melhoria das infraestruturas básicas, já mencionadas em cima, consistem na intervenção ao nível das redes de água, eletricidade e saneamento e também no que toca às acessibilidades ao local, melhorando as estradas principais e secundárias e criando serviços de transporte para o aeroporto e para a estação de caminho-de-ferro de Malanje (capital de província).

Com todas estas intervenções e com os objetivos e diretrizes para as quais o Polo de Desenvolvimento Turístico de Kalandula está orientado, o projeto adequa-se ao que é pretendido e apoiado, podendo até ser alvo de parcerias público-privadas, para a sua implementação e desenvolvimento; ajudará ainda ao desenvolvimento do local e da região, tal como previsto.

3.4 Efeitos na região

Um empreendimento desta envergadura, tal como todos os empreendimentos turísticos que se estabelecem num determinado local, comportam influências e efeitos no território e na própria população e economia.

Como tal, é pertinente analisar as externalidades que a atividade turística pode trazer para o município de Kalandula e para a própria província de Malanje.

A melhor forma para os considerar é, sem dúvida, através de uma análise SWOT, refletindo acerca das suas *Strenghts*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats* (quadro 1).

O facto de ser a primeira unidade de *Glamping* em Angola faz com que não haja concorrência direta e a sua inovação torna-o um produto único e especial. O desenvolvimento local que se prevê é, por exemplo, ao nível da criação de emprego e de desenvolvimento do próprio município, através da criação ou melhoramento das infraestruturas básicas, uma vez mais em parceria e com o apoio do Polo de Desenvolvimento Turístico de Kalandula.

Apesar das ameaças e das fraquezas constituírem um risco para o empreendimento, importa focarmo-nos nas forças e nas oportunidades, saber aproveitá-las e maximizá-las sempre que possível, prevendo também uma intervenção sustentada e sustentável a curto, médio e longo prazo.

Quadro 1. Análise SWOT do projeto

<i>Strenghts</i>	<i>Weaknesses</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de outra unidade de <i>Glamping</i> em Angola; - Inovação e unicidade; - Motor de desenvolvimento local a vários níveis; - O facto de ser distanciado da capital – conceito de sossego, refúgio, paz. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de legislação para as técnicas de construção e tecnologias sustentáveis; - O facto de ser distanciado da capital – pode ser considerada uma viagem muito longa; - Falta de pessoal qualificado.
<i>Opportunities</i>	<i>Threats</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade de expansão, até para outras áreas para além do alojamento, nomeadamente na formação de recursos humanos no próprio empreendimento; - Oportunidade de expansão para outras áreas de Angola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de surgimento de outras unidades similares no país; - Possibilidade de o produto não ser bem aceite; - Possibilidade de perda de clientes para unidades de alojamento de outro tipo.

4. Considerações finais

A presente reflexão incluiu o conceito de *Glamping* e de todas as suas vertentes inovadoras como, por exemplo, a bioconstrução, as piscinas biológicas e as casas de banho de compostagem; a importância da ética e da sustentabilidade da atividade turística, assim como da responsabilidade social perante a comunidade local; a realidade do turismo angolano, bem como as potencialidades deste projeto neste segmento de mercado e, por último, os seus principais componentes.

Apesar de diversas dificuldades, designadamente a impossibilidade de realizar trabalho de campo e os resultados negativos das tentativas de contacto com responsáveis regionais e locais, foi extremamente gratificante estudar esta temática e a sua aplicação em Angola.

A concretização desta ideia original tem subjacente uma relação estreita e de simbiose entre o Polo de Desenvolvimento Turístico de Kalandula e o “Eco-Lodge Wild Kalandula”.

Como todos os projetos inovadores, gostaríamos que este tivesse também o mérito de sensibilizar e despertar o interesse de atores públicos e privados para uma área de negócio emergente que pode diferenciar e tornar relevante um destino turístico.

Bibliografia e Fontes

Livros

Alonso, J. (2012). “Ética y turismo responsable: de los principios a las buenas prácticas”. In MATEOS, M. & GARCÍA, L. (ccord.): Turismo responsable, sostenibilidad y desarrollo local comunitario.

Lima, S. (2002). *Novos turistas e a procura da sustentabilidade: um novo segmento de mercado turístico*. Lisboa, GEPE.

Cunha, L. (2009). *Introdução ao Turismo*. Lisboa, Editorial Verbo.

Mendes, S. (2011). *O Homem e a Responsabilidade Ambiental: o Turismo de Natureza e a Sustentabilidade*. Chamusca, Zaina Editores.

Nunes, J. (2008). *Os caminhos do turismo sustentável: manual de desenvolvimento de boas práticas de desenvolvimento turístico*. Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio.

Soifer, J. (2008). *Empreender Turismo de Natureza*. Offset Mais.

Santos, C. (2005). *Manual para o Investidor em Turismo de Natureza*. Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, Bensafrim.

Oliveira, N. (2009). *Ecoturismo e conservação da natureza*. Parque Biológico de Gaia, Avintes.

Fennell, D. (2001). *Ecotourism: an introduction*. London & New York.

Artigos

United Nations Conference on Trade and Development (2011). Promover o turismo sustentável. Mapeamento da situação do turismo na república de Angola. Província de Benguela, Angola, 6 a 10 de Novembro de 2010. Conference on Trade and Development. Disponível: http://unctad.org/es/Docs/dtlktcd2011d1_sp.pdf [24-05-2013]

Biopiscinas (2009). *Biodiversidade. Piscinas Biológicas*. Disponível: <http://www.biopiscinas.pt/brochuras/Biodiversidade.pdf> [24-05-2013]

Francisco, F. (s/d): *Arquitetura sustentável para o Presente*.

Mantero, J. C. (2013). “Desarrollo turístico: de la ética de los principios a la práctica del turismo responsable”. Pasos: Revista de turismo y patrimonio cultural, vol. 11, nº. 1, pp. 217-227.

Mourão, G. (2007). *I Jornadas da Ecoconstrução – Casas Saudáveis para o Presente: Piscinas Biológicas – Conceito, Construção e Manutenção*. Disponível: <http://www.aldeia.org/portal/user/documentos/GMourao.pdf> [24-05-2013].

Marazzi, V. (s/d). *Casas de banho de composto orgânico*. Tamera Solar Village. Disponível em: http://www.tamera.org/fileadmin/PDF/SV_CasasDeBanhoDeCompostoOrganico.pdf [24-05-2013].

Nodar, J. (2010). “El grado de acuerdo del sector turístico de Bahías de Huatulco (Oaxaca) con las normas de moralidad ambiental del Código Ético Mundial para el Turismo”. *Estudios Sociales*, vol. 18, nº 36, pp. 237-264.

Revistas

Vida Imobiliária – *Dossier Turismo e Desenvolvimento*, nº 3, pp. 20-23; 34-38; 40-42. Disponível: <http://www.ao.vidaimobiliaria.com/sites/default/files/arquivo/artigo/3/VIA03-Dossier.pdf> [24-05-2013].

Recursos eletrónicos

<http://www.opais.net/pt/opais/?det=31387>.

<http://www.g-sat.net/angola-3018/kalandula-o-proximo-destino-turistico-africano-503715.html>.

<http://escape.sapo.pt/glamping-onde-acampar-com-glamour-portugal-1188948>.

<http://www.sacbee.com/2012/06/03/4529801/glamping-gets-you-out-there-but.html>.

<http://finance.yahoo.com/news/glamping--where-nature-meets-luxury.html>.

<http://www.contra-a-corrente.pt/glamping.html>.

<http://visao.sapo.pt/acampar-em-grande-estilo=f676013>.

<http://glamping.com/>.

<http://glampinggirl.com/>.

http://asviagensdealex.blogspot.pt/2009_07_01_archive.html.

<http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id=turismo>.

http://www.welcometoangola.co.ao/?it=province_more&co=262&tp=25.

http://www.welcometoangola.co.ao/natureza_na_malange&ctd=37.

<http://www.slideshare.net/etourism/plano-director-do-turismo-de-angola>.

<http://www.unesco.org/new/en/unesco/resources/earthen-architecture-the-environmentally-friendly-building-blocks-of-tangible-and-intangible-heritage/>.

http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/aip/documentos/estudos%20publicacoes/centro%20documentacao/Clube%20PME%20Internacional/Informa%C3%A7%C3%A3o%20Sectorial/Turismo%20e%20Hotelaria/Angola/Angola_Ind%C3%BAstria%20Hoteleira.2004.pdf.

<http://www.contra-a-corrente.pt/turismo.html>.

<http://www.modevida.com/turismo1.html>.

<http://tourdaexperiencia.blogspot.pt/2012/10/turismo-etico-e-sustentavel.html>.
<http://www.energiasrenovaveis.com/>.
http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/turismo/malanje/conteudo/2007/10/45/Onde-ficar,a100e848-3c5c-4cbd-8447-fad76cfcddf0.html?title=Malanje .

Legislação

. Ministério da Hotelaria e Turismo da República de Angola – Decreto Executivo nº001 de 2012 de 14 de Agosto, Luanda.

. Ministério da Hotelaria e Turismo da República de Angola – Despacho nº89/GMHT/2012 de 30 de Março de 2012, Luanda.

. Ministério da Hotelaria e Turismo da República de Angola – Proposta de diploma sobre empreendimentos turísticos, Dezembro de 2011, Luanda.

. Ministério da Hotelaria e Turismo da República de Angola – Proposta de diploma sobre o acesso ao emprego no sector da hotelaria e turismo, Junho de 2011, Luanda.

. Ministério da Hotelaria e Turismo da República de Angola – Proposta para regime jurídico das áreas de interesse e potencial turístico. Abril de 2011, Luanda.

PARQUES CULTURAIS, LAZER E TURISMO: UMA PROPOSTA PARA A SERRA D'OSSA (ALENTEJO)

Maria João Valente

Paulo Carvalho

Resumo

A temática dos parques culturais tem merecido pouca atenção da comunidade científica nacional e internacional, designadamente as dimensões relacionadas com os lazeres turísticos contemporâneos.

A presente reflexão pretende analisar o conceito de património cultural, explicitar a sua ligação ao turismo e ao desenvolvimento local, bem como apresentar uma proposta de valor operativo aplicada à Serra d'Ossa (no Alentejo Central – Portugal), uma área geográfica de matriz rural com elevado valor paisagístico e patrimonial.

Palavras-chave: Parques Culturais. Turismo. Serra d'Ossa. Alentejo.

Abstract

The theme of cultural parks has earned little attention from national and international scientific community, in particular the dimensions related to the leisure interest.

This reflection analyzes the concept of cultural heritage, explaining his connection to tourism and local development, as well as submit a proposal of operating value applied to the Serra d'Ossa (Central Alentejo – Portugal), a geographical area of rural high array landscape and heritage value.

Keywords: Cultural Parks. Tourism. Serra d'Ossa. Alentejo.

1. Parques culturais, lazer e turismo

1.1 Parques Culturais

Como refere Valente (2012), o conceito de parque cultural, associado ao panorama do turístico, é relativamente recente. Articulado com a proteção e valorização do património cultural, surge como um elemento chave de ligação entre património,

cultura e paisagem, e assim a preservação da memória do território é um “requisito base” para a criação desta tipologia de parque.

De acordo com Aguilar (2007: 8) “un Parque Cultural está constituido por un territorio que contiene elementos relevantes del Patrimonio Cultural, integrados en un marco físico de valor paisajístico y/o ecológico singular, que gozará de promoción y protección global en su conjunto, con especiales medidas de protección para dichos elementos relevantes”.

Segundo Carvalho (2005: 125), citando Telles (2002: 9), o parque cultural persegue o objetivo de defesa de um significativo arquivo histórico e biológico bem como estético e responde aos “propósitos museológicos e pedagógicos, não apenas como refúgio cultural, mas também como laboratório que proponha soluções para um ordenamento coerente que considere as potencialidades naturais e culturais do território”.

Uma vez que um dos objetivos primordiais dos parques culturais é o correto aproveitamento dos recursos de forma a configurar um instrumento de ordenamento do território, estes pretendem articular a paisagem com o ordenamento do território, pressupondo assim novas formas de proteção ambiental.

O desenvolvimento rural é considerado como um objetivo a alcançar nas áreas delimitadas pelos parques culturais, sendo assim possível por em prática estratégias de ordenamento e desenvolvimento local.

Dada a importância de diversificação turística e criação de novas tipologias de mercados os parques culturais surgem como um novo meio de (re)funcionalização do espaço cultural e natural. Na definição de parque cultural contam como dados fundamentais o património construído e o património natural, ao serem relacionados os dois funcionam como intervenientes na construção da paisagem cultural, permitindo uma gestão integrada e sustentável entre eles, para que se possa apresentar uma nova forma de proteção e valorização patrimonial (Valente, 2012).

Na perspectiva de Bombico (2009: 2) “os parques culturais pretendem por isso contribuir de forma sustentável para a preservação da paisagem e do seu valor patrimonial e arqueológico. Tendo em conta o local onde se insere o parque pode ser um meio de promoção turística, museológica, pedagógica, educacional, científica e lúdica”. Os parques surgem assim como uma nova solução para a proteção patrimonial, assim como de novas atividades que possam vir a ser desenvolvidas.

Para Barata e Mascarenhas (2002: 20) este modelo de parque apresenta-se como sendo uma oposição “às políticas conservacionistas e restritivas” tradicionais, pois apresentam “uma dupla realidade: as restrições de acesso e usufruição dos bens históricos e naturais só são socialmente aceites se bem compreendidas e justificadas” e a “defesa destes bens depende também de uma atitude de empenhamento por parte do Estado e do cidadão”.

A implementação pressupõe envolvimento e articulação entre o Estado e as entidades dispostas a atuarem de forma a desenvolverem estratégias de promoção e desenvolvimento conjuntas, bem como ter em conta um conjunto de premissas que controlem e regulem todas as atividades que ocorram dentro do parque. Por outro lado, e gestão desta tipologia de parque deve ser efetuada em articulação com a população local, que deve ter uma participação ativa na formulação de estratégias essenciais para o desenvolvimento e manutenção do parque.

Comparativamente com os parques naturais, a principal diferença encontra-se no objetivo da sua criação e de funcionamento, pois enquanto o primeiro se foca na proteção e conservação da vida natural, o segundo pretende com a sua criação formar uma “nova escola” na qual a relação de aprendizagem entre o património e quem o estuda ou faz uso dele está presente.

O turismo está presente na conceção dos parques culturais, demonstrando assim a sua forte componente de desenvolvimento, o que pressupõe planejar e regular a atividade turística dentro do parque no sentido de minimizar as externalidades negativas e salvaguardar os recursos nomeadamente o património.

Barata e Mascarenhas (2005: 17) apresentam um conjunto de indicadores para monitorizar o turismo dentro dos parques culturais, de que destacamos a satisfação do turista, a satisfação da população local, a contribuição do turismo a favor da economia local, a presença dos novos residentes (índice de estabelecimento/fixação) assim como o número de novas instituições culturais e clubes criados (índice de diversão/satisfação).

Estes indicadores são relevantes no sentido da atividade turística contribuir para a proteção e preservação do património e induzir o desenvolvimento do local onde o parque se encontra localizado e das áreas envolventes, que deverão também ser beneficiadas com o aumento de turistas, assim como o crescimento do número de empregos e de infraestruturas turísticas.

1.2 Exemplos de Parques Culturais

O conceito de parque cultural tem-se desenvolvido em diversos países como por exemplo em Espanha. Em Portugal, embora não exista legislação específica para estes parques, encontramos já alguns exemplos como o Parque Cultural da Cava do Viriato e o Parque Cultural de Tourega/Valverde, que ainda se encontra em fase de estudo.

O Parque Cultural Cava do Viriato, em Viseu (Beira Alta), resultou de uma intervenção do programa ViseuPolis (no contexto da estratégia nacional de requalificação urbana e ambiental, com início no período 2000-2006). Com uma área aproximada de 45 hectares, localiza-se nos arredores da cidade e caracteriza-se por uma paisagem histórica dentro de uma muralha octogonal com funções defensivas (acampamento). Os vestígios arqueológicos estão datados como pertencentes à Época Medieval de arquitetura islâmica. Este acampamento está classificado como monumento nacional desde 1910.

A paisagem natural apresenta uma grande diversidade ecológica, é constituída por carvalhos, eucaliptos e plátanos e diversos cursos de água que se tornam habitat de diversas espécies, principalmente avifauna.

Situada entre a malha urbana, na Cava do Viriato é possível verificar que os habitantes e proprietários das quintas ainda utilizam práticas agrícolas tradicionais.

O Parque Cultural de Tourega/Valverde localiza-se na área rural de Évora, com uma área aproximada de 2400 hectares. Este parque apresenta uma variedade de estruturas arqueológicas datadas dos períodos Neolítico e Calcolítico, como por exemplo, a Villa romana de Tourega que se encontra em processo de classificação. O património edificado é constituído por diversos conventos e igrejas, embora alguns se encontrem em ruínas.

Com um elevado valor paisagístico este parque reúne uma diversidade de espécies naturais como o carvalho, montado de azinho e de sobro, eucaliptos, urze, sargaço e esteva. A nível da avifauna destacam-se espécies como os morcegos, o gavião, milhafre-negro, águia-calçada, o corvo e a rola. Os habitantes desta área subsistem, maioritariamente, da agricultura e da pastorícia.

Para além da preservação do património este parque desenvolve estudos sobre a vegetação e a arqueologia, promove ações de educação ambiental entre população local e turistas, e incentiva os habitantes a manterem os edifícios com as características locais.

O Parque Cultural de Maestrazgo encontra-se em Espanha, na comunidade de Aragão, estende-se por 43 municípios, enquadrado num território rural com graves

desequilíbrios demográficos e uma paisagem cultural onde se destacam os conjuntos de arte rupestre classificados como Património Mundial pela UNESCO.

Este parque é responsável por implementar estratégias que ajudaram ao desenvolvimento regional e turístico através da gestão sustentável do património e dos recursos para a criação de uma “marca-território” onde o património e a identidade territorial são dinamizados de forma sustentável e estratégias de conservação de forma a dinamizar o território.

O parque aposta na formação continua, por exemplo organização de seminários onde a população local tem voz ativa para poder participar e divulgar ideias. As escolas são outro público-alvo que se pretende alcançar através de estratégias de educação patrimonial.

A gestão deste parque é feita por um grupo de ação local, a ADEMA (Asociación para el Desarrollo del Maestrazgo) e é financiado por fundações, pela administração local e associações culturais e pela ajuda do Programa LEADER. O parque cultural de Maestrazgo, também pertencente à rede europeia de Geoparques.

Este difere da realidade portuguesa pois em Espanha os parques culturais encontram-se ao abrigo da Lei 12/1997 de 3 de diciembre (Parques Culturales), que é única no mundo e tem como objetivo definir e esclarecer os objetivos, definir a planificação integral e a gestão dos parques (Valente, 2012).

Esta estabelece quatro princípios fundamentais para a implementação destes parques: proteger, conservar e difundir o património natural e cultural; fomentar a informação e difusão cultural e turística dos valores patrimoniais; contribuir para o ordenamento do território, corrigindo os desequilíbrios socioeconómicos e impulsionar um uso adequado dos solos; fomentar o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria do nível e qualidade de vida das áreas envolventes (Navarro e Abad, 2002: 200).

Neste quadro normativo, para além de figurarem estes quatro princípios e a definição de parque cultural, é determinado que todos os parques têm que possuir uma declaração para que o parque possa ser registado no Registo de Parques Culturais de Aragão.

Para que o registo seja aceite é necessário uma planificação integral do parque onde constem os objetivos de cada parque e as suas obrigações assim como a gestão do respetivo parque. A gestão é feita através de funções repartidas entre três órgãos administrativos: “Patronato”, “Consejo Rector” e a “Gerencia del Parque”.

Relativamente ao financiamento desta tipologia de parques a lei indica que este é da responsabilidade do Governo de Aragão e aos municípios que figurem nas áreas dos parques através de acordos e protocolos entre eles. Considera-se a possibilidade de existir um financiamento externo através de donativos particulares e de fundos estatais e da União Europeia.

Como afirmam Navarro e Abad (2002: 202) “esta ley de Parques Culturales plantea, como otras políticas de desarrollo, que para la consecución de estos objetivos se deben coordinar las políticas territoriales con las sectoriales, especialmente las de patrimonio natural y cultural, fomento de la actividad económica, turismo rural, infraestructuras y equipamientos”.

2. Serra d’Ossa: território e turismo

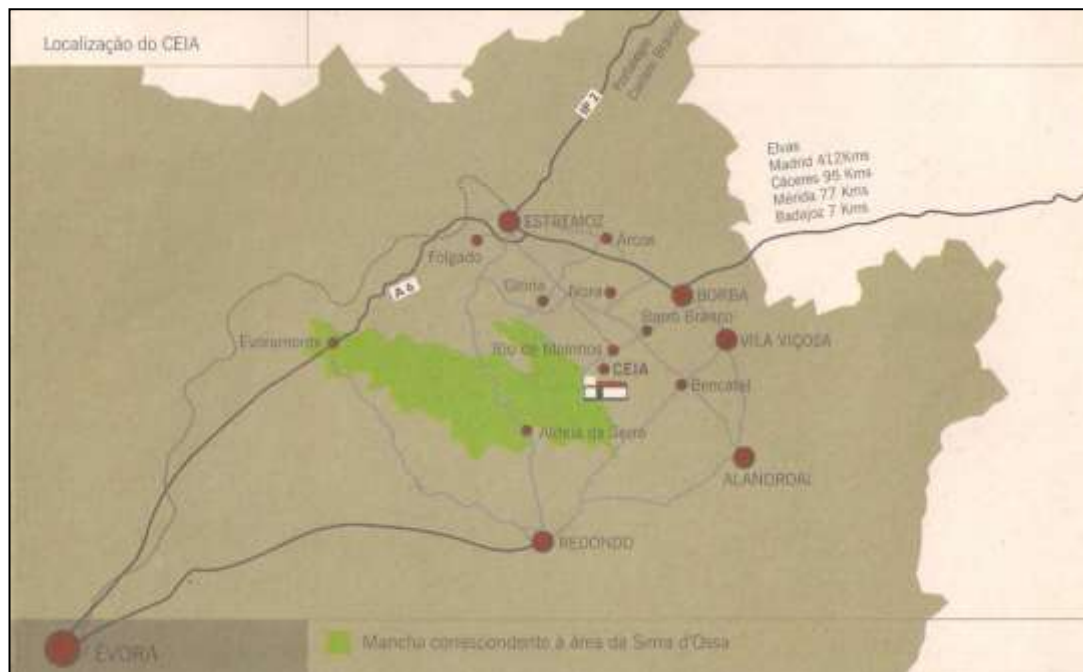
2.1 Retrato territorial

A Serra d’Ossa (Alentejo Central), com uma orientação NW-SE, reparte-se pelos concelhos de Alandroal, Borba, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa (figura 1). Abrange uma área de aproximadamente 26 km de comprimento e 10 km de largura, e regista a altitude mais elevada em Evoramonte e S. Gens (653 metros). Nas palavras de Feio (1983: 5) “a forma geral lembra um triângulo alongado com um vértice no poente, do outro lado um corpo atravessado por fundas depressões enviesadas”.

A Serra d’Ossa encontra-se localizada no maciço antigo, na zona de Ossa-Morena. É atravessada pela falha de Messejana e as rochas predominantes são os xistos. Segundo a ADMC (2001: 22) “predominam rochas metamórficas do complexo xisto-grauváquico. Em termos geológicos e geomorfológicos pode subdividir-se esta unidade fisiográfica em dois blocos distintos; o compartimento oriental, de relevo mais vigoroso e altitudes mais demarcadas, onde predominam Xistos Silicosos e o compartimento ocidental formado por Xistos Micaxistos e Gnaisses Pré-câmbricos, apresentando menores altitudes e vertentes menos prenunciadas”.

A grande maioria dos solos pertencente à área da Serra não são adequados para a prática da agricultura pois não possuem as capacidades necessárias, sendo que os solos mais férteis se encontram nas margens das ribeiras existentes. De acordo com a ADMC (2001: 23) “os Litossolos derivados de xisto cobrem a quase totalidade da Serra (...) estes solos são de fraca potencialidade produtiva, não tendo matéria orgânica, são

providos de textura arenosa, muito secos e permeáveis, daí apresentarem um fraco potencial para a atividade agrícola”.



Fonte: Associação de Desenvolvimento de Montes Claros

Figura 1. Mapa simplificado de localização da Serra d'Ossa

A principal ocupação do solo é o eucalipto, sendo esta serra uma das maiores áreas de plantação contínua desta espécie em Portugal, contando com mais de 11 milhões de árvores (ADMC, 2001). Para além desta espécie que foi introduzida na serra nos anos 50 do século XX com a finalidade de produção de celulose o solo está ocupado pelo montado de sobreiro, mato (esteva, cistos e rosmarinho), pinhal bravo, montado de azinho, olival e vinha.

Relativamente aos recursos hídricos da Serra d'Ossa, existem diversos riachos e linhas de água, de caráter temporário. Destacam-se, no entanto, a Ribeira de Lucefecit e a Ribeira de Têra, a primeira desagua no Rio Guadiana enquanto a segunda para o rio Sorraia.

A fauna e a flora são fatores importantes para a avaliação e caracterização de diversos tipos de ambientes e de biodiversidade. A Serra d'Ossa através do seu clima,

dos solos e até da ação humana é o habitat de muitas espécies, algumas delas sinalizadas como sendo espécies ameaçadas ou mesmo em perigo de extinção.

A Serra d'Ossa não se encontra classificada por nenhum estatuto de proteção nacional ou internacional. No entanto, encontra-se abrangida pelo Programa Corine (*Coordination Information Environement*) elaborado pela Comissão Europeia em 1985, que “tem como objetivo desenvolver um sistema de informação que possibilita comunicar sobre o estado do ambiente na Europa. Esta comunicação é realizada via mapas representativos do território europeu, baseado em bases de dados pan-europeia sobre a cobertura vegetal, biótopos (habitats), mapas de solo e chuva ácida”, Instituto Geográfico Português (s.d.). Em Portugal a gestão deste programa é feita pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), representante da EEA (*European Environmental Agency*).

Inserido no Projeto Biótopos onde “qualquer área terrestre ou aquática que, apesar da ausência de proteção legal, constitui-se uma unidade ecológica de significância comunitária, para conservação da natureza”, (ADMC, 2001: 31), esta serra foi sinalizada por este programa devido à “presença de espécies de flora e fauna vulneráveis e presença de habitats vulneráveis (unidades fitossociológicas)” (ADMC, 2001: 31). Designada pelo código C14300123, o Sítio Serra de Ossa engloba uma área de 9000ha aproximadamente.

A Serra d'Ossa tem sido objeto de diversos estudos arqueológicos dos quais se tem verificado a existência de um vasto espólio arqueológico pertencente a diversas épocas. Alguns destes artefactos podem ser encontrados em museus da região e outros no próprio local como é o caso das antas e dólmenes.

Em 2011 residem na área da Serra d'Ossa 42824 habitantes, repartidos de forma desigual pelos cinco municípios (quadro 1). Estremoz é o concelho mais populoso, seguido de Vila Viçosa e Borba. O que regista um menor número de população residente é o Alandroal.

No período 1991-2011 a variação da população é negativa (-10,9%) o que equivale a uma redução de 5254 habitantes, mais acentuada em 2001-2011, quando o decréscimo dos efetivos demográficos ultrapassou os 7% (cifrando-se em menos 3374 habitantes). O concelho do Alandroal é o que regista maior diminuição da população residente (-20,5%, em 1991-2011) e por oposição Estremoz é o município com menor perda demográfica (-7,5%) em igual período. Ao mesmo tempo, regista-se uma tendência para o envelhecimento da população.

Quadro 1. População residente na Serra d'Ossa e sua evolução em 1991-2011

Distribuição Geográfica	1991 (n°)	2001 (n°)	2011 (n°)	Variação 1991-2001 (%)	Variação 2001-2011 (%)	Variação 1991-2011 (%)
Alandroal	7347	6585	5843	-10,4	-11,3	-20,5
Borba	8254	7782	7333	-5,7	-5,8	-11,2
Estremoz	15461	15672	14298	1,4	-8,8	-7,5
Redondo	7948	7288	7031	-8,3	-3,5	-11,9
Vila Viçosa	9068	8871	8319	-2,2	-6,2	-8,2
Serra d'Ossa	48078	46198	42824	-3,9	-7,3	-10,9

Elaboração Própria com base em INE (2012)

Nos cinco concelhos da Serra d'Ossa os setores de atividade primário e secundário assumem ainda uma importância elevada. O setor primário é mais significativo em Redondo (19,7%) e Alandroal (17,2%) e apresenta uma menor contribuição para o emprego no município de Vila Viçosa (5,4%), ainda assim acima da média nacional (3,1%), de acordo com os dados definitivos dos Censos 2011 (quadro 2). Na agricultura destaca-se o cultivo de vinha e cereais e horticultura em regime extensivo e de sequeiro, sendo que a primeira tem registado um aumento desde a última década, tendo até substituído o cultivo de outros produtos. Neste tem ainda lugar a criação de gado ovino.

Quadro 2. Distribuição da população empregada por setores de atividade na Serra d'Ossa, em 2011

Distribuição Geográfica	Setores de Atividade (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
Portugal	3,1	26,5	70,5
Alentejo	9,4	22	68,7
Alentejo Central	9,5	21,2	69,3
Alandroal	17,2	30,3	52,5
Borba	11,7	27,8	60,5
Estremoz	10	19,5	70,4
Redondo	19,7	20,4	59,9
Vila Viçosa	5,4	31,8	62,8

Elaboração Própria com base em INE (2012)

O setor secundário apresenta uma maior capacidade de oferta de emprego nos concelhos de Borba (27,8%), Alandroal (30,3%) e Vila Viçosa (31,8%), quando

comparado com o valor registado em Portugal (26,5%) – quadro 2. Neste domínio assume relevância a indústria extrativa e de transformação de mármore, que apresenta uma maior importância para o concelho de Vila Viçosa, conhecido como “Capital do Mármore”. Também se destaca a construção civil e pequenas oficinas mecânicas e de instalação de equipamentos e a indústria agroalimentar, nomeadamente nos concelhos de Estremoz e Borba (Valente, 2012).

O setor terciário, definido no intervalo de variação de 52,5% (Alandroal) a 70,4% (Estremoz), regista um aumento nomeadamente no comércio e nos serviços relacionados com a Administração Central (autarquias locais e serviços públicos), embora com valores abaixo da média nacional (70,5%) – quadro 2. O turismo também tem contribuído para o crescimento deste setor principalmente com aumento nos números de estabelecimentos hoteleiros e de restauração (Valente, 2012).

Estes cinco municípios encontram-se ligados através de estradas nacionais e existem ligações que permitem uma comunicação a Évora e Elvas ambas classificadas como o estatuto de Património Mundial pela Unesco. Também para Badajoz e Lisboa existem vias que permitem um acesso rápido e cómodo.

Atualmente na Serra d’Ossa existe apenas uma povoação, a Aldeia da Serra, no entanto por toda a extensão desta é possível verificar a existência de inúmeros montes (cerca de 70, em 2001, de acordo com um levantamento realizado pela Associação de Desenvolvimento de Montes Claros). Destes a grande maioria encontrava-se ao abandono e degradados, os restantes eram utilizados como depósitos de utensílios agrícolas ou casas de campo.

2.2 Turismo e lazer

A oferta turística no Alentejo tem verificado alterações ao longo dos tempos. De acordo com o Plano Estratégico Nacional de Turismo (2007) esta região deve desenvolver produtos turísticos baseados na oferta de Touring Cultural e Paisagístico, Gastronomia e Vinhos e Resorts Integrados e Turismo Residencial.

Os indicadores hoteleiros relativos ao Alentejo e ao Alentejo Central, no ano 2011, apresentam ainda valores baixos em comparação com os indicadores para Portugal (quadro 3). O indicador que mais perto se encontra do enquadramento nacional corresponde às dormidas entre julho e setembro, a denominada época alta.

Quadro 3. Indicadores de hotelaria do Alentejo e de Portugal, em 2011

Distribuição Geográfica	Estada média (noites) no estabelecimento	Taxa ocupação cama (%)	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Proporção de dormidas entre julho e setembro (%)	Proporção de hóspedes estrangeiros (%)
Portugal	2,8	40	27,4	39,3	53
Continente	2,6	38,5	25	40,2	51,3
Alentejo	1,7	27,5	17,1	38,5	25,2
Alentejo Central	1,5	36,5	18,2	35,4	35,9

Elaboração Própria com base em INE (2012)

O Alentejo é um destino que atrai essencialmente turistas nacionais, no entanto a nova versão do PENT estima que para o ano de 2015 os hóspedes estrangeiros representem 200 mil e as dormidas 1,1 milhões.

No caso da Serra d'Ossa, em 31 de julho de 2011, existiam 13 estabelecimentos hoteleiros e 803 camas, o que corresponde a 8,2% do número total de estabelecimentos e a 6,2% da capacidade de alojamento do Alentejo (de acordo com o Anuário Estatístico da Região Alentejo – edição de 2012). O município de Estremoz concentra 61,5% dos estabelecimentos e 58,7% das camas desta área, destacando-se ainda Vila Viçosa com 23,1% e 21,2%, respetivamente (quadro 4).

Quadro 4. Estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento (em nº) na Serra d'Ossa, em 31.7.2011

Distribuição Geográfica	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal	2019	873	656	490	289107	160981	30581	97545
Continente	1752	770	591	391	251137	138294	27603	85240
Alentejo	158	60	61	37	12874	5744	2602	4528
Alentejo Central	39	15	16	8	3033	1872	655	506
Serra d'Ossa	13	3	6	4	803	274	219	310
Alandroal	0	0	0	0	0	0	0	0
Borba	1	0	1	0	28	0	28	0
Estremoz	8	1	5	2	471	136	191	144
Redondo	1	1	0	0	80	80	0	0
Vila Viçosa	3	1	0	2	224	58	0	166

Elaboração Própria com base em INE (2012)

Quanto ao número total de alojamentos “turísticos” por concelho, através de folhetos informativos e dos sites dos municípios, podemos indicar que a vila de Alandroal possui 15 alojamentos, Borba 9, Estremoz 14, Redondo 10 e Vila Viçosa 8.

Destes destacam-se as duas pousadas existentes, a Pousada Rainha Santa Isabel e a Pousada D. João IV.

De acordo com o registo nacional dos agentes de animação turística, no início de maio de 2013 estão registadas 21 empresas de animação turística e 4 operadores marítimo-turísticos no Alentejo Central (no primeiro caso corresponde a 28,3% do total do Alentejo e a 2,3% do total nacional). As empresas de animação turística estão sediadas nos municípios de Alandroal (1), Viana do Alentejo (1), Montemor-o-Novo (1), Estremoz (2), Portel (2), Reguengos de Monsaraz (3) e Évora (11), portanto, na Serra d'Ossa encontramos 3 destas empresas.

Os municípios da Serra d'Ossa apresentam um vasto património histórico-cultural o qual é reconhecido através de sessenta e dois imóveis classificados, sendo que vinte e sete (43,5%) são monumentos nacionais, vinte e oito (45,2%) são imóveis de interesse público e sete (11,3%) são imóveis de interesse municipal (quadro 5). Estremoz é o município mais relevante neste domínio, com um total de vinte e dois bens classificados, destacando-se os onze que têm estatuto de monumento nacional, seguido de Vila Viçosa, com quinze imóveis classificados.

Em relação à arquitetura dos imóveis classificados têm destaque os de tipologia religiosa (44,2%) e militar (15,4%), seguindo-se os de arquitetura civil (30,8%) e por fim os arqueológicos (9,6%).

Quadro 5. Património cultural classificado na Serra d'Ossa, em 2012

Distribuição Geográfica	Imóveis Classificados			Total
	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Imóvel de Interesse Municipal	
Alandroal	4	5	1	10
Borba	2	5	0	7
Estremoz	11	9	2	22
Redondo	4	3	1	8
Vila Viçosa	6	6	3	15
Serra d'Ossa	27	28	7	62

Elaboração Própria com base em IGESPAR (2012)

A gastronomia e vinhos é também um dos principais motivos de visita para degustar as tradicionais sopas de pão temperadas com ervas aromáticas (poejos, coentros, salsa, hortelã), a carne de porco, de borrego, o peixe do rio, assim como os queijos, os enchidos, pão, mel e o azeite, os licores, a doçaria de herança conventual

onde a amêndoa, as ameixas e a gila são os principais ingredientes. Estes podem ser acompanhados com os vinhos brancos, tintos, roses ou abafados produzidos nas adegas espalhadas pelos cinco concelhos. Muitos destes produtos estão certificados com uma nomenclatura que assegura a boa qualidade e tradição destes como Denominações de Origem Protegida (DOP), Indicações Geográficas Protegidas (IGP) e Especialidades Tradicionais Garantidas (ETG), Agricultura Biológica (AB) e Proteção Integrada (IP).

Para a divulgação gastronómica existem certames que se realizam anualmente como é o caso no concelho de Estremoz da Cozinha dos Ganhões que decorre no fim do mês de novembro e das semanas gastronómicas, onde cada restaurante dispõe de diversos pratos relativos à temática gastronómica, que são frequentes durante todo o ano (como por exemplo a semana gastronómica do porco e a semana gastronómica do borrego). No concelho de Borba realiza-se anualmente a Festa da Vinha e do Vinho, a Feira do Queijo e a Feira das Ervas Alimentares.

O artesanato local é bastante variado e tendo sempre presente as características alentejanas, por exemplo, o buinho e palhinha, cantaria artística, cerâmica, chocalharia, cortiça e madeira (figura 2), estanho e tapeçarias, ferro, latoaria, mosaico hidráulico, meias de linha da Aldeia da Serra, peles e couros, pintura alentejana, quadros em matérias-primas naturais, registos e maquinetas e vidro. De toda esta variedade de artesanato destacam-se os famosos Bonecos de Estremoz, pequenas figuras feitas em barro e pintadas com cores garridas que representa figuras típicas da vida e trabalho quotidiano alentejano (trabalhos do campo, vida rural e representação das estações do ano). No concelho de Redondo, o barro ganha forma pelas mãos dos barristas locais que produzem diversos objetos de uso quotidiano como as loiças.

As festas religiosas têm lugar durante quase todo o ano, sendo as mais apreciadas as que se realizam durante os meses de verão como é o caso das Festas dos Capuchos em Vila Viçosa e a Romaria de Nossa Senhora da Boa Nova em Terena (Alandroal), esta é uma das maiores festas do Alentejo.

Para além das festas religiosas realizam-se festas civis como é o caso das Ruas Floridas em Redondo, e outros eventos, como a FIAPE (Feira Internacional de Agropecuária de Estremoz/Feira de Artesanato), em Estremoz.

Por outro lado, importa referir os museus. Todos os municípios, exceto o Alandroal, possuem unidades museológicas que perfazem mais de duas dezenas na área geográfica da Serra d'Ossa. Estas correspondem, maioritariamente, à museologia

tradicional, onde a tipologia de museus etnográficos é dominante. Existem também museus de arqueologia, de ciência e técnica de história e um ecomuseu.



Autora: Maria João Valente (2011)

Figura 2. Mobiliário de madeira com pintura alentejana, em Redondo

As principais entidades gestoras destes museus são as autarquias ou entidades privadas, existem também dois museus que são da responsabilidade das respetivas paróquias. Neste conjunto de vinte e dois museus as datas de fundação são muito dispersas, há museus que foram inaugurados nas décadas de 80 e 90 do século XX e outros que foram criados na primeira década do século XXI. Algumas destas unidades, principalmente as mais antigas, encontraram-se fechadas durante alguns anos por motivos de falta de espaço para as coleções ou por degradação dos edifícios onde se encontravam e foram reabertas posteriormente.

Destas vinte e duas unidades destacamos o Ecomuseu de Redondo, o Palácio Ducal de Vila Viçosa e o Museu Municipal Professor Joaquim Vermelho.

O Ecomuseu de Redondo foi inaugurado em março de 2009, tem como missão divulgar o património arqueológico e ambiental, de modo a funcionar como instrumento de valorização patrimonial e cultural, ocupando uma área de cerca de 6000 ha. O ponto principal localiza-se na antiga Escola de São Bento do Zambujal. Este encontra-se no interior da Serra d'Ossa e tem implementado dois percursos pedestres que se prolongam até à Aldeia do Freixo.

O Paço Ducal de Vila Viçosa (figura 3), pertencente à instituição privada Fundação da Casa de Bragança, encontra-se aberto ao público desde final dos anos 40 (do século XX), inserido na corrente museológica tradicional, dispõe de cerca de cinquenta salas visitáveis. As temáticas aqui representadas são a história, arqueologia e a arte. Muito do espólio apresentado data do século XVIII. Espaço de exposição permanente foi alvo de vários restauros, tanto das peças como do próprio edifício. Para além das visitas aos núcleos é possível assistir a concertos realizados mensalmente na capela do Paço e a visitas temáticas organizadas periodicamente



Autor: Paulo Carvalho (2011)

Figura 3. Palácio Ducal de Vila Viçosa

O Museu Municipal Professor Joaquim Vermelho, localizado em Estremoz, foi inaugurado em maio de 1880 e inicialmente encontrava-se num anexo da biblioteca. A sua coleção é composta por bonecos típicos de Estremoz da Escola Industrial, peças de arte sacra, mobiliário e faiança do Antiquário Chambel, e uma coleção de barrística de Estremoz pertencente ao Engenheiro Júlio Maria dos Reis Pereira. Em 1979 o museu é transferido para o local onde se encontra hoje em dia e em 2003 é-lhe atribuído o nome do Professor Joaquim Vermelho, figura estremocense que se dedicou à escrita e estudo do artesanato local.

Em 2011 os Postos de Turismo dos concelhos de Estremoz, Redondo e Vila Viçosa registaram cerca de 30 mil visitantes, o que traduz um crescimento progressivo desde 2008 (quando registaram quase 20 mil visitas/ano). Relativamente às

nacionalidades dos visitantes, só dispomos de informação relativa ao Posto de Turismo de Estremoz, mas podemos afirmar que a grande maioria que procura informação são portugueses, seguido de Espanha e França. Verifica-se também uma procura por parte de outras nacionalidades como do Reino Unido, Alemanha e Brasil (Valente, 2012).

Para estes municípios o turismo é uma atividade considerada em crescimento e consolidação na qual se tem apostado na divulgação e participação em diversos eventos, como por exemplo, na Bolsa de Turismo de Lisboa (Alandroal, Estremoz e Vila Viçosa), com a transmissão de programas televisivos de entretenimento. Também a nível de infraestruturas relacionadas com o turismo é notório o seu aumento e preocupação na qualidade de serviços que estas prestam.

3. Parque Cultural da Serra d'Ossa: proposta e sua relevância para o lazer, turismo e desenvolvimento local

Como já referimos, a Serra d'Ossa representa um local de simbolismo arqueológico e de uma grande diversidade biológica. É necessário que decorra um processo de classificação da serra como paisagem protegida de interesse local para que se possam definir todas as ações a desenvolver neste território, nomeadamente o Parque Cultural da Serra d'Ossa (Valente, 2012).

O Parque Cultural da Serra d'Ossa pretende-se que seja uma mais-valia para esta área, tanto a nível turístico, como de desenvolvimento local. Este parque deve estar delimitado por toda a área da serra, aproximadamente 12000 ha.

Para uma otimização do parque é necessário que a gestão territorial seja constituída por uma equipa multidisciplinar que integre um protocolo de cooperação entre membros dos municípios e/ou das juntas de freguesia, com o envolvimento da comunidade científica, membros da população local, Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

Esta equipa deverá ter como responsabilidade elaborar uma “Carta do Parque Cultural” para que se explicita a definição e objetivos, planificação integral do parque, organismos de gestão, delimitações, enumeração de áreas especiais de proteção, e também um “Plano de Desenvolvimento Turístico do Parque Cultural” onde se identifiquem: “objetivos globais de longo prazo; objetivos de ação e de natureza regulamentar; objetivos sustentáveis de conservação do património, da natureza e da paisagem; objetivos sustentáveis de gestão dos visitantes e de turismo; objetivos de investigação” (Almeida, 2005: 86).

Neste plano deve constar uma lista de todos os bens de interesse cultural e um catálogo descritivo do património arquitetónico, arqueológico e etnológico.

Deverá ser também da responsabilidade desta equipa a elaboração de material cartográfico e informativo, assim como a realização de estudos de monitorização das espécies e estado de conservação do património.

A implementação deste parque devera ser feita “através de um processo puramente administrativo, apoiado em legislação restritiva e num planeamento detalhado; dando-se prioridade a ações interventivas, a curto prazo, como a sensibilização e persuasão dos proprietários dos terrenos e responsáveis autárquicos, ou até a expropriação, em situações extremas; através de uma intervenção, a médio/longo prazo, junto principalmente da população local e apoiada na difusão da informação, na experimentação e na formação” (Barata e Mascarenhas, 2002: 64).

Quanto aos equipamentos e infraestruturas necessários para a equipa poder desenvolver o seu trabalho consideramos pertinente a existência de um centro de investigação e informação com um auditório e uma biblioteca. A nível turístico o parque deve oferecer um espaço interpretativo que poderá funcionar no centro de investigação e um parque de merendas, produção de material informativo e de divulgação turística e sinalética e instalação de equipamentos complementares, como por exemplo, distribuição de recipientes para o lixo.

Uma parceria com o Ecomuseu do Redondo parece ser pertinente pois estando o parque cultural ligado à nova museologia e sendo os ecomuseus os seus melhores representantes, faz sentido que estes juntem sinergias na promoção turística e no desenvolvimento local.

Ao nível dos recursos económicos o parque deverá contar com financiamento vindo das autarquias locais e apoios do Estado e da União Europeia, nomeadamente a nível do PRODER, um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural, que pretende apoiar as “atividades turísticas e de lazer, nomeadamente na criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, alojamento turístico de pequena escala e infraestruturas de pequena escala, tais como, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística” (PRODER, 2011) para que assim se assista à “valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego” (PRODER, 2011).

Poderá contar, também, com apoio financeiro de instituições privadas através de patrocínios e ações de mecenato.

Relativamente às atividades turísticas que se poderão desenvolver dentro do parque serão consideradas todas as que se podem ter lugar em espaço natural como caça fotográfica, *birdwatching*, desportos de natureza (pedestrianismo, orientação, escalada, rapel, BTT, hipismo, *geocaching*), desportos radicais (*paint-ball* e tiro ao arco). No caso do pedestrianismo, outrora a Serra d'Ossa foi uma área onde era possível fazer diversos percursos pedestres. Atualmente só o município de Redondo mantém os seus dois percursos ativos, o resto encontra-se em mau estado e sem a devida sinalização. O município de Estremoz tem em estudo três percursos mas que ainda não estão aprovados. Como parte das atividades do parque cultural poderia ser elaborado um guia com todos os percursos pedestres existentes e reativação ou criação de novos percursos.

Pretende-se que o parque alcance um público variado com gosto pela natureza, pelo património arqueológico e que fique alojado vários dias na região.

Com a implementação deste parque pretende-se que este sirva como mecanismo de desenvolvimento funcionando com um incentivo para a fixação de população nos concelhos da área da Serra d'Ossa e que possa ser um potenciador de empregos diretos e indiretos. Nas palavras de Almeida (2005: 91) o parque proporcionará “o desenvolvimento de uma economia de emprego, a manutenção de serviços e de melhorias da qualidade de vida, o reforço da oferta de habitação e de acomodação, a afirmação da identidade do território”.

Segundo Lopes e Rodrigues (2009: 4213), citando Sabaté (2004), “a gestão inteligente dos recursos patrimoniais constitui em diversos territórios um dos fatores chave para o seu desenvolvimento económico, porque atrai turismo, pode gerar ou diversificar atividades económicas e postos de trabalho, contribuindo para um reforço da autoestima das populações locais”.

Para além do aumento de empregos e da fixação de população o parque poderá ser um importante meio para o fomento de práticas agrícolas tradicionais e de tradições ligadas à agricultura, assim como de medidas de conservação e restauro que sejam impulsionadoras de uma melhoria para a população.

Espera-se que exista um número crescente de associações culturais que promovam diversas atividades de animação sociocultural, em que se valorizem os recursos endógenos da área envolvente do parque.

O Parque Cultural da Serra d'Ossa deverá promover programas de formação pedagógica entre as escolas locais, onde se ensinem e divulguem práticas de proteção patrimonial e da sua importância para o desenvolvimento das populações.

Espera-se que o número de alojamentos de Turismo em Espaço Rural (TER) tenha um aumento, assim como a procura dos produtos turísticos específicos da Serra d'Ossa. É necessário salvaguardar a qualidade de vida dos habitantes e reduzir os impactos negativos através da monitorização dos visitantes.

Citando Lopes e Rodrigues (2009: 4215) “mais do que promover o turismo em espaço rural o objetivo passa pela promoção e divulgação da cultura dos lugares refletida nos seus modos de vida e na sua materialização”. Assim, esta proposta pretende servir como promoção turística e ao mesmo tempo permitir ações diversificadas entre diversas entidades dedicadas à valorização e proteção do património.

Com a relação que se pretende criar entre património, paisagem e cultura neste território com uma identidade muito própria pretende-se, que se otimizem todos os recursos disponíveis, e que isso se traduza numa relação de multifuncionalidade territorial, para além de constituir um meio capaz de criar emprego, fixar população (principalmente jovem), melhorar as acessibilidades e atrair novos investimentos.

De igual modo configura pode desempenhar um papel de relevo como meio de desenvolvimento de parcerias entre diversas entidades e a população local; promotor de divulgação cultural e da preservação ambiental e paisagística; criador de conteúdos culturais, museológicos e educativos e de pacotes turísticos únicos.

4. Conclusão

De forma a permitir uma conservação do património cultural e natural surgem os parques culturais que se definem como um elemento primordial da ligação existente entre património, cultura e paisagem. Esta relação permite assim a preservação da memória do território.

Para além da preservação patrimonial estes parques pretendem divulgar o correto aproveitamento dos recursos e da proteção ambiental de forma a que possam intervir como um instrumento de ordenamento do território através da articulação entre a paisagem e o ordenamento do território.

Os parques culturais assumem-se como promotores do desenvolvimento rural e ao mesmo tempo como novo meio de (re)funcionalização do espaço cultural e natural

com. A gestão destes espaços deve ser repartida entre entidades públicas, privadas de cariz multidisciplinar e a população local.

A Serra d'Ossa é um exemplo de interesse para a implementação de um parque cultural pois é detentora de um vasto património cultural e natural que necessita ser protegido e valorizado. Nesta área o desenvolvimento rural é também um meio a atingir. Situada entre os concelhos de Alandroal, Borba, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa onde os setores primário e secundário assumem uma importância elevada, principalmente no cultivo de vinha e cereais e na extração de mármore, respetivamente.

Esta serra tem sido objeto de diversos estudos arqueológicos dos quais se tem verificado a existência de um vasto espólio arqueológico relativo às épocas do Neolítico e Calcolítico. A fauna e flora são bastante variadas, onde se destaca a existência de espécies raras como o Orvalho-do-sol (*Drosophyllum lusitanicum*) e a Rosa-albardeira (*Paeonia broteroi*).

A nível turístico evidencia-se a importância do turismo cultural e de gastronomia e vinhos. A gastronomia típica, o artesanato, as feiras, os mercados e as festas religiosas são os principais recursos turísticos desta área.

Por fim é necessário para que a Serra d'Ossa se assuma como um parque cultural que implemente um plano estratégico de ações a desenvolver, elabore um inventário do património natural e cultural existente, monitorize todas as ações que decorram dentro do parque. É também necessário desenvolver atividades lúdicas tanto para os visitantes como para a população local.

Todos os municípios devem intervir na gestão do parque através de uma equipa multidisciplinar para que todos os valores do parque se mantenham e não corram o risco de sofrerem perdas tanto ambientais como patrimoniais. É importante que a Serra d'Ossa seja classificada como paisagem protegida de interesse local para que se possam definir todas as ações a desenvolver neste território.

Bibliografia

Aguilar, V. (2007). *Los Parques Culturales en Aragón. El caso del Maestrazgo*. Disponível em: http://www.revistadepatrimonio.es/revistas/numero1/institucionespatrimonio/experiencias/_pdf/instituciones-experiencias.pdf (acedido em 2011-12-03).

Almeida, F. (2005). *O património cultural no planeamento e no desenvolvimento territorial – Os planos de ordenamento de parques arqueológicos*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano. Porto.

Faculdade de Engenharia / Faculdade de Arquitetura. Universidade do Porto, pp. 82-100.

Associação de Desenvolvimento de Montes Claros (2001). *Serra d'Ossa, Território e Ordenamento Florestal* (coordenação João Mourinha). Vila Viçosa.

Barata, F. e Mascarenhas, J. (2002). *Preservando a memória do território: o Parque Cultural de Tourega – Valverde*. Évora, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos.

Barata, F. e Mascarenhas, J. (2005). “The Cultural Park as a Platform Connecting Human Ecology with Cultural Landscape Management”. In *Journal of Mediterranean Ecology* vol. 6, nº 1, Itália, pp. 11-18. Disponível em: <http://www.jmecology.com/pdf/2005/11-18%20MASCARENHAS.pdf> (acedido em 2012-01-20).

Bombico, S. (2009). *Parque Cultural e Desenvolvimento Sustentável: reflexões para a preservação, valorização e sustentabilidade do Património Cultural, Marítimo e Fluvio-marítimo*. Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural. Universidade de Évora, Disponível em: http://uevora.academia.edu/S%C3%B3niaBombico/Papers/256157/Parque_Cultural_e_Developimento_Sustentavel_Reflexoes_para_a_Preservacao_Valorizacao_e_Sustentabilidade_do_Patrimonio_Cultural_Maritimo_e_Fludio-Maritimo (acedido em 2011-11-29).

Calado, M. (2001). *Trabalhos de Arqueologia 19 - Da Serra d'Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional*. Lisboa, IGESPAR. Disponível em: <http://www.igespar.pt/pt/shop/asset/1484/> (acedido em 2012-03-08).

Carvalho, P. (2005). *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia. Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 72-137.

Carvalho, P. (2008). “Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território”. *Cadernos de Geografia*, nº 24/25 (2005/2006), pp. 209-226.

Carvalho, P. e Adelino, L. (2012). “Turismo e Perspetivas de Desenvolvimento em Espaços de Montanha. O exemplo de Miranda do Corvo”. In Carvalho, P. (coord.): *Turismo e Desenvolvimento. Estudos de Caso no Centro de Portugal*. Málaga, Universidade de Málaga, pp. 43-63.

Castro, J. e Fernandes, P. (2007). *Turismo e Desenvolvimento Regional Sustentável. Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero: Orientações Estratégicas*. Bragança, Instituto Politécnico de Bragança.

Correia, J. (2009). *Turismo, Património e Desenvolvimento em Ambientes de Montanha. O exemplo do Piódão (Cordilheira Central)*. Dissertação de Mestrado na área de Geografia, especialidade em Ordenamento do Território. Coimbra, Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra.

Feio, M. (1983). “O Relevo da Serra de Ossa: uma interpretação tectónica”. *Finisterra*, vol. XVIII, nº 35, pp. 5-26.

Holden, A. (2006). *Tourism Studies and the Social Sciences*. Routledge, London and New York, pp. 105-133.

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011. Resultados Definitivos*. Lisboa, INE.

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Anuário Estatístico da Região Alentejo. Edição 2012*. Lisboa, INE..

Lopes, A. e Rodrigues, E. (2009). “O Turismo Cultural no Desenvolvimento de Espaços Rurais: o caso das Terras do Demo”. *Proceedings 1st Cape Verde Congress of Regional Development/15th APDR Congress/2nd Portuguese Speaking Congress of Regional Science/3rd Congress of nature Management and Conservation*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Ponta Delgada, pp. 4199-42215.

Navarro, M. e Abad, H. (2002). “Los Parques Culturales de Aragón: un ejemplo pionero en la protección y gestión turística de espacios culturales y naturales”. *Turismo y transformaciones urbanas en el siglo XXI*. Almería, Universidad de Almería, Servicio de Publicaciones, pp. 199-207.

Pereiro, X. (2009). *Turismo Cultural – Uma Visão Antropológica*. Colección PASOS edita, nº2, pp. 193-203, 254-258. Disponível em: http://www.jerez.es/fileadmin/Image_Archive/Museo/_musa_n8.pdf (acedido em 2012-01-18).

Turismo do Alentejo (2010). *Guia dos Museus do Alentejo*. Disponível em: <http://www.visitalentejo.pt/pt/brochuras/> (acedido em 2012-07-20).

Turismo de Portugal (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Lisboa, TP.

Turismo de Portugal (2011). *Plano Estratégico Nacional do Turismo Propostas para Revisão no Horizonte 2015 – Versão 2.0*, Lisboa, TP. Disponível em: http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/PE_NT_Revis%C3%A3o.pdf (acedido em 2012-01-23).

Valente, M. (2012). *O Parque Cultural como Impulsionador do Desenvolvimento Turístico. Orientações Estratégicas para o Parque Cultural da Serra d'Ossa*. Relatório de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento. Coimbra, Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra.